



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

CLAUDETE MADALENA VALADÃO

**SEGURANDO AS MÃOS QUE ESCAPAM: O PAPEL DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA REDUÇÃO DA
EVASÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IF GOIANO**

CERES (GO)
2025

CLAUDETE MADALENA VALADÃO

**SEGURANDO AS MÃOS QUE ESCAPAM: O PAPEL DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA REDUÇÃO DA
EVASÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IF GOIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Ceres do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT

Macroprojeto: Organização dos Espaços Pedagógicos na EPT

Orientadora: Profa. Dra. Rhanya Rafaella Rodrigues

Co-orientadora: Profa. Dra. Denise Dias

CERES (GO)
2025

V136s Valadão, Claudete Madalena

Segurando as mãos que escapam: o papel das políticas públicas de permanência estudantil na redução da evasão no ensino médio integrado no IF Goiano / Claudete Madalena Valadão; orientadora Dra. Rhanya Rafaella Rodrigues; co-orientadora Dra. Denise Dias. – Ceres, 2025.

134 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, campus Ceres.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Evasão Escolar. I. Rodrigues, Rhanya R. (Orientadora). II. Dias, Denise (co-orientadora). III. IFGoiano. IV. Título.

CDU 37.018

Responsável: Ítala Moreira Alves (Bibliotecário-documentalista CRB-1 nº 2772)
Sistema Integrado de Bibliotecas – Instituto Federal Goiano



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 14/2025 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

**ATA Nº/ 103
DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14:00 (quatorze horas), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Profª. Dra. Rhanya Rafaella Rodrigues (orientadora), Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa (avaliador interno) e Profª. Dra. Jackeline Silva Alves (avaliadora externa), sob a presidência do primeiro, em sessão pública realizada de forma online, para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de **Claudete Madalena Valadão**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi **APROVADA** e o Produto Educacional foi **APROVADO e VALIDADO**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.

Observações:

Profª. Dra. Rhanya Rafaella Rodrigues
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Profª. Dra. Jackeline Silva Alves
Avaliadora Externa
Universidade Estadual de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Rhanya Rafaella Rodrigues, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 22/04/2025 16:26:51.
- Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/04/2025 11:26:24.
- Jackeline Silva Alves, Jackeline Silva Alves - Professor Avaliador de Banca - Ueg (01112580000171), em 23/04/2025 13:32:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 691232

Código de Autenticação: 5b2142a16f



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100



**INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 12/2025 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

SEGURANDO AS MÃOS QUE ESCAPAM: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA REDUÇÃO DA EVASÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IF GOIANO

Autora: Claudete Madalena Valadão

Orientadora: Prof^a. Dra. Rhanya Rafaela Rodrigues

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADA, em 22 de abril 2025.

Prof^a. Dra. Rhanya Rafaela Rodrigues

Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa

Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Prof^a. Dra. Jackeline Silva Alves

Avaliadora Externa
Universidade Estadual de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Rhanya Rafaela Rodrigues, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 23/04/2025 11:35:20.
- Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 23/04/2025 11:38:50.
- Jackeline Silva Alves, Jackeline Silva Alves - Professor Avaliador de Banca - Ueg (01112580000171), em 23/04/2025 13:31:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 691243
Código de Autenticação: 75eba47957





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 13/2025 • DSPGF/CB/GPP/CMPCE/IFGOIANO

FIQUE POR DENTRO: TUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL DO IF GOIANO-CAMPUS IPORÁ

Autora: Claudete Madalena Valadão

Orientadora: Prof.ª Dra. Rhanya Rafaela Rodrigues

Trabalho Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 22 de abril de 2025.

Prof.ª Dra. Rhanya Rafaela Rodrigues

Presidente da Banca e Orientadora

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa

Avaliador Interno

Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Prof.ª Dra. Jackeline Silva Alves

Avaliadora Externa

Universidade Estadual de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Rhanya Rafaela Rodrigues, PROFESSOR ENS BÁSICO TECNOLÓGICO, em 25/04/2025 11:57:06.
- Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BÁSICO TECNOLÓGICO, em 23/04/2025 12:40:43.
- Jackeline Silva Alves, Jackeline Silva Alves - Professor Avaliador de Banca - Uesg (0311358000071), em 25/04/2025 15:31:15.

Este documento foi emitido pelo SUPP em 25/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 681248
Código de Autenticação: 30e8b7cd2f



DEDICATÓRIA

À minha querida Mariana, esta conquista é um testemunho do amor e da força que você me inspira. Você é a razão pela qual eu sigo em frente, é quem dá cor aos meus dias, mesmo nos momentos mais desafiadores. Que este trabalho seja um exemplo para você de que, com determinação e coragem, todos os sonhos são possíveis.

Com todo o meu amor, para você!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me sustentar em cada passo desta caminhada, concedendo-me forças para seguir adiante, mesmo quando os desafios pareciam intransponíveis. A mim mesma, por ter persistido, mesmo quando o sonho de ser mestra parecia inalcançável. Foram tantas adversidades ao longo dessa trajetória que renderia um bom capítulo de livro. Houve momentos em que minha mente estava exausta, as ideias não se encaixavam e o desânimo tomava conta. Enfrentei as dificuldades acadêmicas, as internações psiquiátricas de Mariana e inúmeras outras provas. Precisei utilizar todas as prorrogações possíveis e, aos 55 anos, vivi a minha primeira reprovação acadêmica. Em muitos momentos, pensei que não conseguiria, mas aqui estou, provando a mim mesma que cada obstáculo superado me tornou ainda mais forte.

À minha filha, Mariana, minha fortaleza. Durante essa jornada, sua saúde exigiu ainda mais de mim e, por diversas vezes, acreditei que deveria desistir para estar ao seu lado integralmente. Mas foi você quem me mostrou que esse sonho não podia ser abandonado. Suas palavras, ao dizer que se sentiria culpada caso eu desistisse, foram o impulso que me manteve firme até o fim, me ensinando, mais uma vez, o verdadeiro significado da resiliência.

À minha irmã Tereza, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sendo meu suporte incondicional. Seu cuidado com Mariana quando precisei me ausentar para os estudos me permitiu seguir adiante com mais tranquilidade e dedicação. Você foi essencial para que eu pudesse concluir essa etapa.

À minha orientadora, Profa. Dra Rhanya Rafaella, peça-chave nesta trajetória. Sua paciência, conhecimento, apoio e confiança foram fundamentais para que eu me sentisse capaz de chegar até aqui. Mais do que uma orientadora, foi uma mentora que acreditou no meu potencial e me incentivou a persistir, mesmo quando duvidei de mim mesma. Sua orientação não apenas me guiou no caminho acadêmico, mas também me ensinou a acreditar em minhas próprias capacidades.

A todos que, direta ou indiretamente, me apoiaram nesta caminhada, meu mais profundo e sincero agradecimento. Cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio e cada momento de compreensão foram essenciais para que eu pudesse superar os obstáculos e alcançar meu objetivo. Esta conquista não é apenas minha; é também de todos que acreditaram em mim e me ajudaram a chegar até aqui.

"Não foi a ausência de quedas que me trouxe até aqui, mas a escolha de levantar todas as vezes, mesmo quando o chão parecia mais seguro que o sonho."

Claudete Madalena Valadão

RESUMO

A evasão escolar corresponde ao abandono do curso antes de sua conclusão, caracterizado pela quebra do vínculo entre o estudante e a instituição, manifestada pela não renovação do compromisso com a continuidade dos estudos, especificamente nesse estudo, dentro do ciclo de matrícula estudado. Esse fenômeno é amplamente discutido no contexto da educação pública brasileira e representa um dos principais desafios do setor. A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar o impacto das Políticas Públicas de Permanência Estudantil (PPPEs) na redução da evasão no Ensino Médio Integrado (EMI) do IF Goiano – *Campus* Iporá, analisando a relação entre os auxílios concedidos e a permanência dos estudantes. Os objetivos específicos incluíram: (i) descrever o perfil dos estudantes do EMI do IF Goiano - *Campus* Iporá; (ii) analisar os índices de evasão no IF Goiano; (iii) comparar as taxas de evasão entre estudantes que receberam alguma PPPEs e aqueles que não receberam; (iv) verificar a associação entre a concessão de PPPEs e a redução da evasão escolar; e (v) elaborar um guia orientativo sobre o acesso às PPPEs ofertadas no IF Goiano - *Campus* Iporá. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, do tipo causal-correlacional, utilizando uma amostra de 105 estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados em Agropecuária, Química e Desenvolvimento de Sistemas. A coleta de dados foi realizada por meio de bases institucionais que disponibilizam dados abertos, garantindo a integridade científica do processo. Para a análise, utilizou-se o software R, aplicando-se a Correlação de Pearson para investigar a relação entre as variáveis estudadas. Os resultados da pesquisa evidenciam de forma clara que as PPPEs exerceram um impacto significativo na redução da evasão escolar no EMI. Esse efeito foi ainda mais expressivo entre os estudantes que foram diretamente beneficiados pelos auxílios ofertados pelas instituições. Dentre as políticas analisadas, destacaram-se, de maneira consistente, o Auxílio Permanência (AP) e o Auxílio Alimentação (AA), que apresentaram maior associação com a diminuição das taxas de evasão. Esses dois auxílios, voltados para o atendimento das necessidades básicas dos estudantes, mostraram-se fundamentais para garantir sua permanência na instituição, sobretudo entre aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, a análise estatística foi limitada pela subnotificação de informações sobre cor/raça e renda per capita, dificultando uma avaliação mais precisa do impacto dessas variáveis na permanência estudantil. Como desdobramento da pesquisa, foi desenvolvido um Guia orientativo como Produto Educacional intitulado: "Fique por dentro: Tudo Sobre as Políticas Públicas de Permanência Estudantil do IF Goiano – *Campus* Iporá", com o objetivo de facilitar o acesso dos estudantes às informações sobre as PPPEs disponíveis na instituição. Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre os fatores subjetivos da evasão, incluindo entrevistas com estudantes evadidos e a análise qualitativa das percepções dos beneficiários das PPPEs.

Palavras-Chave: políticas públicas de permanência estudantil; educação profissional e tecnológica; ensino médio integrado; evasão escolar.

ABSTRACT

School dropout refers to the abandonment of a course before its completion, characterized by the rupture of the student's bond with the institution, typically demonstrated by the failure to renew enrollment — in this study, within the analyzed enrollment cycle. This phenomenon is widely discussed within the context of Brazilian public education and represents one of the sector's main challenges. This research aimed to investigate the impact of Public Policies for Student Retention (PPPEs) on reducing dropout rates in the Integrated High School Program (EMI) at IF Goiano – Campus Iporá, by analyzing the relationship between the support provided and students' continued enrollment. The specific objectives were to: (i) describe the profile of EMI students at IF Goiano – Campus Iporá; (ii) analyze dropout rates at IF Goiano; (iii) compare dropout rates between students who received some form of PPPE and those who did not; (iv) verify the association between receiving PPPEs and reduced dropout rates; and (v) develop a guide on how to access the PPPEs offered at IF Goiano – Campus Iporá.

The research adopted a quantitative, causal-correlational approach, using a sample of 105 students enrolled in the technical programs in Agriculture, Chemistry, and Systems Development. Data were collected through institutional databases containing publicly available information, ensuring scientific integrity. For data analysis, the R software was used, applying Pearson's Correlation to investigate the relationship between the studied variables. The findings clearly show that PPPEs had a significant impact on reducing school dropout in the EMI. This effect was even more pronounced among students who directly benefited from the institutional support. Among the analyzed policies, the Student Retention Grant (Auxílio Permanência) and the Food Grant (Auxílio Alimentação) stood out as those most associated with decreased dropout rates. These two forms of support, which address students' basic needs, proved essential in ensuring their continued enrollment, especially among those in greater socioeconomic vulnerability. However, the statistical analysis was limited by underreporting of race/ethnicity and per capita income data, which hindered a more accurate assessment of the impact of these variables on student retention. As a result of this research, an educational product was developed: a Student Guide entitled “Stay Informed: Everything About the Student Retention Policies at IF Goiano – Campus Iporá,” aimed at facilitating student access to information on the institution's support programs. Future research is encouraged to explore the subjective factors of dropout, including interviews with former students and qualitative analyses of the experiences of PPPE beneficiaries.

Keywords: student retention policies; professional and technological education; integrated high school; school dropout.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Métodos utilizados.....	35
Quadro 2 - Cursos ofertados no <i>Campus</i> Iporá	40
Quadro 3 – Amostra envolvida na pesquisa	41
Quadro 4 – Filtros utilizados no SUAP	45
Quadro 5 – Filtros utilizados no Programa Tesouro Gerencial	46
Quadro 6 - Políticas Públicas de Permanência Estudantil	48
Quadro 7 - Distribuição de Auxílios por Curso.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipo de escola de origem.....	52
Gráfico 2 – Gêneros dos estudantes	53
Gráfico 3 – Etnia/Raça	54
Gráfico 4 – Renda Per Capita	55
Gráfico 5 - Comparação de Bolsas e Auxílios entre estudantes brancos e pardos.....	56
Gráfico 6 - Percentual Geral de Evasão por Unidade de Ensino (<i>Campi</i>) do IF Goiano em 2021	58
Gráfico 7 - Taxa de evasão no IF Goiano, no Campus Iporá e do EMI Campus Iporá	60
Gráfico 8 - Média e Desvio Padrão das Variáveis.....	62
Gráfico 9 - Comparação de Médias e Desvio Padrão por grupo	64
Gráfico 10 – Matriz de correlação	66
Gráfico 11 - Análise por Curso de EMI do Campus Iporá - Agropecuária.....	69
Gráfico 12 - Análise por Curso de EMI do <i>Campus</i> Iporá - Química.....	69
Gráfico 13 - Análise por Curso de EMI do Campus Iporá - Desenvolvimento de Sistemas ...	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Auxílio Alimentação
AE	Auxílio Estudantil
AP	Auxílio Permanência
BIC	Bolsa de Iniciação Científica
BM	Bolsa Monitoria
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DP	Desvio Padrão
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EXT	Bolsa de Extensão
FIC	Formação Inicial Continuada
IAs	Indicadores Acadêmicos
IC	Iniciação científica
IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFs	Institutos Federais
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSUL	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
IRA	Índice de Rendimento Acadêmico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MC-T	Método Científico-Tecnológico
MEC	Ministério da Educação

PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
PAB	Acolhimento nas Bibliotecas
PAE	Política de Assistência Estudantil
PAS	Atenção à Saúde Mental dos Estudantes
PASES	Alimentação Saudável na Educação Superior
PATE	Apoio ao Transporte do Estudante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PP	Políticas Públicas
PPPEs	Políticas Públicas de Permanência Estudantil
PROEJA	Colocar o significado no corpo do texto
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROMISAES	Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPEPE	Permanência Parental na Educação
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RIV	Relação de Inscritos por Vagas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIE	Sistemas de Informações Educacionais
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TEV	Taxa de Evasão Escolar
TG	Tesouro Gerencial
UEOF	Unidade de Execução Orçamentária e Financeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO.....	21
2.2 A EVASÃO ESCOLAR.....	25
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	28
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EVASÃO ESCOLAR: O ESTADO DA ARTE	30
3 MÉTODOS.....	37
3.1 DISPENSA DE APRECIÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	37
3.2 LOCAL DA PESQUISA	38
3.3 AMOSTRA.....	40
3.4 COLETA DE DADOS	41
3.5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	45
3.6 PROCEDIMENTOS PARA TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	46
3.7 PRODUTO EDUCACIONAL	48
4 RESULTADOS	50
4.1 ANÁLISE DO INGRESSO E EVASÃO NO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ	50
4.2 A EVASÃO NO ÂMBITO DO IF GOIANO	57
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA REDUÇÃO DA EVASÃO NO CAMPUS IPORÁ.....	60
4.4 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA REDUÇÃO DA EVASÃO POR CURSO.....	67
5 PRODUTO EDUCACIONAL	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A – ESTADO DA ARTE	81
APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL	88

1 INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) tem suas origens nas antigas Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas no início do século XX com o objetivo de formar mão de obra qualificada. No entanto, foi a partir de 2003 que o Governo Federal deu início a um processo estruturado de expansão da educação tecnológica, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal, que resultou na criação de novas unidades e no fortalecimento da estrutura já existente. Esse processo culminou, em 2008, na instituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, consolidando uma rede com maior capilaridade, abrangência e impacto social. Desde então, os IFs vêm desempenhando um papel estratégico na democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente por meio da oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, o que exige ações cada vez mais efetivas voltadas à permanência e ao sucesso escolar (Brasil, 2025).

Atualmente, a RFEPCT está presente em todos os estados da federação, com 685 unidades em funcionamento em 2025 e previsão de inauguração de mais 100 unidades até o final de 2026. Em 2024, a Rede Federal ofertou mais de 1,5 milhão de matrículas, alcançando 596 municípios brasileiros. Paralelamente à ampliação e democratização do acesso à EPT, modelo educacional que visa preparar o cidadão para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, cresce a necessidade de consolidar políticas e ações que garantam não apenas o ingresso, mas também a permanência dos estudantes nos cursos ofertados, bem como sua conclusão com êxito (Brasil, 2025).

A evasão escolar, nesse contexto, constitui um dos principais desafios enfrentados pelas instituições da Rede Federal, sobretudo nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, cuja carga horária estendida e complexidade curricular exigem maior dedicação e suporte. Trata-se de um fenômeno multifatorial, influenciado por dificuldades socioeconômicas, barreiras pedagógicas, questões familiares, além da falta de identificação com o curso ou com a instituição. Para fins desta pesquisa, adota-se a definição de evasão apresentada pelo Ministério da Educação, por meio do IBGE (2020), segundo a qual evasão corresponde ao abandono do curso antes de sua conclusão, caracterizado pela quebra do vínculo entre o estudante e a instituição, manifestada pela não renovação do compromisso com a continuidade dos estudos que pode ocorrer por diferentes razões, como a reprovação em disciplinas, a dificuldade de se adaptar ao ambiente escolar, problemas financeiros ou até mesmo questões pessoais que interferem na trajetória do estudante. Ela pode se manifestar tanto no abandono definitivo dos

estudos quanto na simples decisão de não renovar a matrícula no ano seguinte. Essa concepção, por estar alinhada aos critérios oficiais utilizados no monitoramento da educação pública brasileira, orientará a análise dos dados e a discussão dos resultados.

Os IFs têm sua educação voltada para o ensino básico, profissional e superior, além de ofertar formação continuada em nível de pós-graduação. Considerando-se que, pelo menos, 50% da oferta deve ser direcionada para o EMI, os IFs tendem a abranger jovens, especialmente oriundos de grupos vulneráveis socioeconomicamente, que frequentam a instituição em período integral para cumprir a carga horária de disciplinas técnicas e da educação básica.

O EMI, ofertado nos institutos, é pautado em uma educação integral, voltada para o crescimento global do estudante, unindo trabalho, ciência e cultura, visando uma educação crítica e emancipatória. A formação escolar na forma integrada “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (Ramos, 2014, p.36). Com uma formação humanística, Ramos (2014) acrescenta que o EMI busca assegurar um desenvolvimento pleno para a compreensão do mundo e para a atuação como cidadão integrado dignamente à sua sociedade.

Apesar do EMI ter a capacidade de profissionalizar os estudantes de maneira abrangente, obstáculos como a ausência de políticas de permanência e apoio estudantil podem restringir esse objetivo, levando a evasão escolar. Além desses fatores, Rezende (2022) destaca que, a extensa carga horária e a elevada exigência acadêmica, relacionados à oferta integrada de um curso técnico e do ensino médio, também podem influenciar na evasão escolar ou em retenções escolares, particularmente para estudantes em condições de vulnerabilidade social.

Assim, conforme destaca Góis (2020), compreender a evasão escolar em suas múltiplas causas é essencial para a construção de estratégias que promovam não apenas a permanência, mas também o êxito dos estudantes. Essa necessidade é ainda mais evidente no EMI, modalidade que exige dos estudantes dedicação em tempo integral e, muitas vezes, convívio com dificuldades financeiras, responsabilidades familiares e desafios de aprendizagem. Diante disso, as ações de assistência estudantil desempenham um papel fundamental. No âmbito das instituições federais, essas ações são organizadas por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído inicialmente pelo Decreto n. 7.234/2010 e mais recentemente fortalecido pela Lei n. 14.914/2024. Esses dispositivos legais têm como objetivo ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação pública federal, reduzir desigualdades sociais e regionais, minimizar a retenção e a evasão escolar, e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e da inclusão social. Como previsto no art. 2º do referido decreto, os programas de assistência estudantil devem ser direcionados, prioritariamente, aos

estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assegurando-lhes condições mínimas para que possam se manter e concluir sua formação com dignidade.

Complementando essa perspectiva, Rauber (2021) ressalta que as PPPEs vão além da simples concessão de auxílio financeiro, pois também possibilitam que os estudantes se dediquem aos estudos com maior tranquilidade e foco, sem a constante preocupação com sua subsistência. Essa condição é particularmente relevante no contexto do EMI, em que os estudantes permanecem por períodos mais longos nas instituições e, portanto, enfrentam necessidades mais amplas de apoio. Dessa forma, as PPPEs tornam-se instrumentos essenciais na construção de uma educação mais equitativa, voltada não apenas ao acesso, mas à garantia da continuidade e do sucesso escolar.

A evasão escolar ainda é uma realidade bastante presente nas instituições educacionais, inclusive nos IFs. Apesar dos avanços significativos e das inúmeras políticas implementadas para reduzir esse problema, muitos estudantes continuam abandonando seus cursos antes de concluí-los. Esse cenário é confirmado pelos dados oficiais mais recentes da Plataforma Nilo Peçanha (PNP): em 2022, a taxa de evasão escolar geral na rede dos IFs foi de 19,11%, enquanto no IF Goiano, instituição foco desta pesquisa, o índice chegou a 16,8%.

Esses números revelam que, embora o IF Goiano apresente um índice abaixo da média nacional, a evasão ainda permanece como um desafio significativo, demandando ações contínuas e estratégias mais eficazes.

Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar com profundidade se as PPPEs implementadas no IF Goiano – *Campus Iporá* têm sido realmente efetivas em garantir não apenas a permanência dos estudantes, mas também a melhoria no seu desempenho escolar. A presente pesquisa busca justamente investigar esses aspectos, procurando entender se as ações oferecidas pela instituição, como bolsas de auxílio financeiro, realmente contribuem para a redução significativa da evasão escolar e para o fortalecimento da trajetória acadêmica dos estudantes.

Para tanto, este estudo teve como objetivo geral investigar o impacto das PPPEs na redução da evasão no EMI do IF Goiano – *Campus Iporá*. E, dentre os objetivos específicos: i) descrever o perfil dos estudantes do EMI do IF Goiano - *Campus Iporá*; ii) analisar os índices de evasão no IF Goiano; iii) comparar as taxas de evasão entre estudantes que receberam alguma PPPEs e aqueles que não receberam; iv) verificar a associação entre a concessão de PPPEs e a redução da evasão escolar no EMI; e v) elaborar um guia orientativo para o acesso às PPPEs ofertadas no IF Goiano - *Campus Iporá*

Esta pesquisa, além da introdução, considerações finais, referências, anexos e apêndices,

apresenta um capítulo destinado ao Referencial Teórico, em que são aprofundados os principais conceitos deste estudo, tais como a EPT, o EMI, a evasão escolar e as PPPEs. Além disso, há um capítulo metodológico, em que são descritos a natureza da pesquisa, o contexto, participantes, instrumentos de coleta e procedimentos de análise de dados. Finalmente, também há dois capítulos dedicados à análise e discussão dos resultados obtidos nesta investigação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

A EPT foca na preparação de trabalhadores para atuar no mundo do trabalho, incentivando o aprimoramento de habilidades científicas, técnicas e tecnológicas. Em sua premissa inicial, ela une o ensino básico à formação técnica, capacitando os estudantes não apenas para desempenhar uma profissão, mas também para se ajustar às transformações tecnológicas e sociais, e implementa uma estratégia educacional voltada para a superação das desigualdades sociais e econômicas, particularmente entre estudantes de áreas menos favorecidas ou com contextos socioeconômicos desfavoráveis, proporcionando-lhes chances para uma educação de alto padrão.

A EPT teve um crescimento significativo no Brasil a partir de 2003, com a formação de uma rede de Institutos Federais e a expansão do número de vagas disponíveis para a população, promovendo uma maior inclusão social. Segundo Pacheco (2011, p. 6) “houve a instalação, entre 2003 e 2010, de 214 novas escolas para ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta de EPT”. Esse aumento no número de unidades do IF garantiu tanto a ampliação do acesso a uma educação de alto padrão, mas também contribuiu para a redução das disparidades regionais, oferecendo cursos e infraestrutura adequadas em áreas mais isoladas e menos desenvolvidas.

Além desses objetivos, a EPT busca desenvolver uma educação mais justa e adequada às demandas reais do mundo de trabalho, oferecendo aos estudantes um alicerce mais robusto para o crescimento profissional e pessoal. Em grande medida, isso é obtido pela fusão entre a educação profissional e a educação geral, por meio do EMI, que visa a integração da teoria e da prática, no contexto da Educação Básica. Conforme apontado por Pacheco (2011, p. 8), na EPT se preconiza a importância da preparação de cidadãos que sejam capazes de atuar de forma crítica e transformadora na sociedade.

Nesse sentido, a proposta pedagógica dos Institutos Federais se fundamenta na união entre ciência, tecnologia e cultura como aspectos inseparáveis da existência humana, incentivando o aprimoramento da habilidade de pesquisa científica (Pacheco, 2011). Assim, a EPT não só capacita os estudantes para o mercado de trabalho, como também promove o crescimento regional e social, em consonância com a política de interiorização dos Institutos Federais, que auxilia no progresso das regiões onde essas instituições estão estabelecidas.

Portanto, ela se apresenta como um instrumento de formação profissional e de inclusão e mudança social, ao procurar satisfazer as necessidades locais e regionais oferecendo uma educação completa e crítica aos estudantes.

Portanto, a EPT reflete um compromisso com uma educação mais completa e reflexiva, alinhada com as necessidades e complexidades da vida contemporânea, a qual foi fundamentada em uma visão humanista de educação. Esse tipo de educação valoriza os estudantes em suas múltiplas dimensões sociais, e é orientada por políticas educacionais que visam garantir o acesso, a permanência e o sucesso destes estudantes, por meio de uma formação completa. Sob esse viés, partindo de uma visão ampla, que defende a igualdade de direitos e a formação de cidadãos críticos, Gramsci (2006, p. 33) afirma que o processo educativo deve ser “[...] destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida”. Dessa forma, o autor defende uma educação comprometida com a emancipação, que forme indivíduos no e pelo trabalho.

Historicamente, a EPT no Brasil tem raízes na primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Lei nº 4.024 de 1961, que equiparou o ensino técnico ao ensino acadêmico. Naquele período, em resposta ao acelerado processo de industrialização, o governo priorizou a formação urgente de trabalhadores qualificados, resultando em um aumento expressivo de matrículas nas Escolas Técnicas Federais e na criação de novos cursos profissionalizantes.

Nesse contexto, o sistema educacional foi reorganizado, sendo que o Ensino Médio foi dividido em dois ciclos: ginásial, que atendia o nível primário (entre a quinta e a oitava série) e o colegial, que abarcava o curso secundário (curso técnico e curso de formação de professores para ensino primário e pré-primário). Dessa forma, o ensino profissional permitiu que as escolas oferecessem cursos do tipo técnico profissionalizante e acadêmico de nível médio, sendo um avanço para a educação acadêmica e profissional, permitindo que ambos concluintes pudessem ingressar no ensino superior universitário. No entanto, para os exames de acesso ao ensino superior, eram exigidas áreas específicas, como conhecimentos gerais, das letras, das ciências e das humanidades, conhecimentos estes que eram facultados aos filhos da classe de melhor poder aquisitivo, o que colaborou para a manutenção da dualidade na educação.

A LDB, nº. 5.692/71, teve o desígnio de acabar com a dualidade estrutural da educação brasileira e foi também responsável por tornar compulsória a inclusão do ensino técnico profissional no currículo de segundo grau (Moura, 2007).

Nesse contexto, as oportunidades no ensino superior em universidades públicas eram bastantes limitadas, sendo, no geral, oferecida por instituições situadas em áreas metropolitanas. Essa restrição geográfica e de oferta afetava diretamente a chance de a classe trabalhadora continuar seus estudos, estabelecendo um obstáculo à inclusão educacional.

Esse panorama evidenciou uma estrutura de persistência da marginalização da classe trabalhadora no âmbito educacional, obstaculizando seu progresso acadêmico e social. Nessa linha, Frigotto (2001, p. 04) afirma que “a história nos mostra, como nos lembra Marx, que os seres humanos vivem a pré-história das sociedades de classe, nas quais um grupo ou classe dominante escraviza ou aliena os demais grupos ou classes”. Aqui, entendemos que a alienação referida não se restringe apenas ao trabalho, mas também à segregação da classe trabalhadora do sistema educacional, perpetuando a sua exclusão e marginalização.

Nessa perspectiva, Ramos (2014, p. 24) apresenta um contraste entre o ensino médio básico e profissional. Segundo a autora, “o que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes”. A educação propedêutica tinha como objetivo preparar os estudantes para ingressar no ensino superior, proporcionando uma formação geral, humanística e cultural voltada para a elite. Em contraste, aqueles fora desse grupo elitizado tinham acesso principalmente a uma formação técnica e profissional, focada em habilidades práticas para o mercado de trabalho. Essa formação, embora essencial para a economia, era muitas vezes vista como inferior e menos valorizada em comparação com a educação propedêutica, refletindo uma dualidade histórica na educação que limitava as oportunidades e perpetuava desigualdades sociais e econômicas.

Para combater a elitização do ensino, foi proposta a integração entre disciplinas propedêuticas e técnicas. As disciplinas propedêuticas, como Cálculo, Física e Química em um curso de Engenharia, visam fornecer uma base sólida de conhecimentos fundamentais para o estudo de áreas específicas. Já as disciplinas técnicas, como Eletrônica Digital e Manutenção de Equipamentos Eletrônicos em um curso Técnico em Eletrônica, são projetadas para capacitar os estudantes com habilidades práticas e diretamente aplicáveis ao desempenho profissional no mundo real.

Essa integração resultou no EMI, uma iniciativa fruto de políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso à educação pública e de qualidade, desenvolvido principalmente para os filhos da classe trabalhadora. Esse modelo articula a formação para a atuação cidadã e para o mundo de trabalho, por meio da EPT, que objetiva o desenvolvimento de competências técnicas e habilidades específicas necessárias para o ingresso e progresso em uma área profissional. Segundo Ramos (2008), o EMI é fundamentado em três sentidos:

[o] sentido da omnilateralidade, que considera a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”; o sentido da integração, que considera a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade” (p. 16).

Dessa forma, a educação politécnica surge, como uma alternativa para superar a dualidade estrutural marcada pela divisão histórica entre a Educação Básica e Técnica. Considerando que, o Ensino Médio regular, ofertado em escolas durante os comuns três anos de duração, é constituído de disciplinas fragmentadas por áreas de conhecimento, e a Educação Profissional, oferecida por meio dos cursos técnicos profissionalizantes, destinados à capacitação de trabalhadores para o exercício de uma profissão (Silva; Henrique, 2017), o EMI se apresenta como uma excelente alternativa para integrar uma educação, que inclui os conhecimentos científicos além dos objetivos adicionais da formação profissional, conforme argumentam Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005).

Na visão de Santos e Nascimento (2018) a integração é, portanto, princípio fundamental para a construção de uma educação voltada não apenas para a preparação de mão-de-obra para atender às demandas do mercado, mas também, e principalmente, para a formação de sujeitos que enxergam o mundo em sua totalidade e querem estar preparados para agir no mundo à sua volta de maneira crítica.

O ensino médio integrado à educação profissional certamente é mais condizente com a formação omnilateral e está pautado em princípios e concepções coerentes com um projeto de sociedade voltado para uma educação libertadora, como o trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura. Essa modalidade tem, portanto, a capacidade de proporcionar ao estudante as condições para alcançar a necessária profissionalização (Santos; Nascimento, 2018, p. 9).

Desse modo, o EMI surge como uma alternativa educacional mais abrangente, pois tem como objetivo oferecer uma formação inicial que acelere a rápida inserção dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, essa modalidade, normalmente disponibilizada em período integral, possui características que podem tanto incentivar a continuidade dos estudantes na escola quanto impactar a evasão escolar. A extensa carga horária e a necessidade de equilibrar os estudos com as responsabilidades familiares podem ser obstáculos para alguns estudantes, particularmente aqueles de contextos socioeconômicos mais frágeis. Fatores esses também apontados por Rezende (2022):

a evasão de jovens trabalhadores geralmente está associada ao extremo cansaço e ao desempenho insuficiente do estudante no curso e à queda das notas no Ensino Médio, encontrando agravantes no ritmo corrido das aulas e na carga horária do curso, que alguns consideraram exaustiva (p. 6).

Em vista do exposto, observa-se que a oferta do EMI em período integral pode ser percebida como um obstáculo para os estudantes que necessitam trabalhar para sustentar suas famílias. Por isso, sem políticas apropriadas de suporte ao estudante, como auxílio financeiro e programas de permanência, a evasão escolar pode se tornar uma ameaça concreta. Portanto, é crucial ponderar sobre o perfil do público que ingressa no EMI e como essas circunstâncias podem afetar as taxas de evasão escolar.

2.2 A EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar caracterizada pelo abandono do curso antes da conclusão, marcado pela interrupção do vínculo do estudante com a instituição é um fenômeno complexo, com causas variadas que incluem fatores institucionais, socioeconômicos, pedagógicos e familiares. Segundo Lins e Araújo (2021, p. 19), "fatores internos e externos à escola, como a falta de infraestrutura adequada, dificuldades pedagógicas e questões socioeconômicas, influenciam diretamente a evasão dos estudantes nos cursos técnicos de nível médio integrado". Estes elementos, quando combinados, estabelecem um cenário que pode desencorajar o estudante a prosseguir com sua formação, comprometendo seu percurso educacional e afetando o investimento das instituições em PPPEs.

Esse fenômeno ocorre quando os estudantes interrompem sua trajetória educacional antes de concluir os estudos exigidos ou planejados. Trata-se de uma característica que pode atingir qualquer nível de ensino, desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação. Essa interrupção nem sempre ocorre de maneira abrupta; muitas vezes acontece gradualmente, como quando o estudante planeja uma mudança de escola ou opta por outro curso e acaba não concluindo o ciclo atual. Além do abandono propriamente dito, outras situações como a perda de vínculo com a instituição antes da conclusão do curso ou a repetência frequente (retenção escolar) também são consideradas formas de interrupção da formação escolar (Moraes et al., 2018).

Nos últimos anos, estudos sobre evasão se intensificaram, o que reflete a crescente preocupação com o êxito na educação dos jovens. As pesquisas buscam compreender os fatores que causam a evasão para propor medidas que contribuam para a sua redução. Diante desse contexto, a pesquisa conduzida por Rezende (2022) identificou que os maiores índices de evasão ocorrem nos anos finais da Educação Básica, ou seja, justamente no período que antecede o ingresso no Ensino Superior e/ou no mundo do trabalho. Foram identificadas ainda três classes de fatores e dimensões da evasão, a saber:

a) fatores internos às instituições ou engajamento e ambiente escolar, que envolvem questões relacionadas à reprovação, baixo engajamento dos estudantes, falta de identificação com a escola e baixa expectativa com o curso; b) fatores externos às instituições (socioculturais e econômicos); e c) fatores individuais ou dimensões individuais de saúde e comportamentais relacionados ao comportamento dos estudantes dentro e fora da escola, bem como a seus relacionamentos com colegas, professores e equipe gestora (Rezende, 2022, p. 86).

Observa-se que os fatores internos apontam para a importância de um ambiente escolar acolhedor, motivador e que estimule o interesse dos estudantes pela aprendizagem, já os externos às instituições ou razões de ordem socioculturais e econômicas, são aqueles que enfatizam a necessidade de políticas e programas que abordem as desigualdades socioeconômicas e garantam oportunidades educacionais mais equitativas. Por fim, fatores individuais ou dimensões individuais de saúde e comportamentais que enfatizam a importância de compreender o papel das características individuais dos estudantes no processo de evasão e de oferecer suporte e intervenções adequadas para lidar com questões comportamentais e de saúde.

Ainda nesse viés, Brandão (1983), ao definir fatores extrínsecos associados à evasão, destaca a família como o principal elemento que influencia negativamente o desempenho acadêmico. Isso pode ocorrer devido à falta de acompanhamento das atividades escolares pelos pais ou devido às condições de vida proporcionadas pela família. A pesquisa também revela uma correlação positiva entre o nível educacional da mãe e a permanência escolar e desempenho acadêmico do estudante. De forma complementar, porém, no âmbito intrínseco, escolas com pior qualidade, segundo a percepção do próprio discente, tendem a possuir maior índice de abandono (Hanushek; Lavy; Hitomi, 2006).

Quanto aos fatores individuais, em concordância com Brandão (1983), Rezende (2022) ressalta a ausência de supervisão dos pais ou tutores nas tarefas escolares, com as mulheres sendo as mais impactadas. “Pela sobrecarga física e mental, muitas vezes elas deixam a escola para cuidar de afazeres domésticos ou dos filhos, sendo a gravidez precoce outro fator importante para a evasão” (Rezende, 2022, p. 87).

Nesse contexto, a implementação de políticas e programas que auxiliem na diminuição da evasão pode aumentar as possibilidades de êxito, principalmente dos grupos que tendem a ser excluídos do sistema escolar. O desenvolvimento de ações que promovam igualdade de gênero também pode ser estratégia fundamental para garantir a permanência das mães estudantes. Significa assegurar que todas as meninas e mulheres tenham oportunidades e o apoio necessário para conciliar seus estudos com suas obrigações familiares, possibilitando que concluam seus estudos sem precisar fazer escolhas complicadas entre educação e família. Isso

não só favorece as mulheres, mas também a sociedade em geral, fomentando uma educação mais inclusiva e ampliando as oportunidades para todos.

Para Gontijo *et al.* (2019), diferente do que demonstra Hanushek; Lavy; Hitomi (2006,) os problemas de evasão não pertencem a uma instituição em si, mas se difundem entre as diferentes instituições e seus efeitos se despontam de forma sistêmica. Além disso, Branco *et al* (2020, p. 137) acrescenta que a “infraestrutura escolar precária, a necessidade de formação inicial e continuada dos professores, os possíveis desajustes na prática didático-metodológica, a desmotivação, a gestão autoritária, a falta de identidade do estudante com a escola, entre outros” também podem influenciar na evasão estudantil.

Em relação a estes problemas sistêmicos de evasão que se difundem entre as diferentes instituições, observa-se que os Institutos Federais têm sido desafiados a pensar e agir de forma proativa em relação ao impacto destes em suas metas institucionais, o que implica na adoção de estratégias e políticas que busquem enfrentar as causas subjacentes à evasão e retenção, bem como na promoção de ações de acolhimento, apoio e acompanhamento aos estudantes em situação de vulnerabilidade ou dificuldades acadêmicas. Além disso, é necessário promover uma cultura institucional voltada para a permanência e o sucesso dos estudantes, valorizando a diversidade e a inclusão, e implementando práticas pedagógicas inovadoras que estimulem o engajamento e o interesse dos estudantes.

Vasconcelos *et al.* (2023) defendem que essas dificuldades devem ser sanadas, por meio da implementação de políticas públicas capazes de mudar a realidade retratada de forma precisa, e a partir daí, se tornar um instrumento básico para planejamento e tomada de decisões acerca da implementação de políticas públicas visando a melhoria da educação.

Conforme dados do Censo Escolar de 2023¹, o ensino médio, no contexto da educação escolar urbana, registrou uma taxa de evasão de 5,9%. Esse percentual aumentou para 6,2% na educação especial. A lista foi completada, respectivamente, pela educação rural 5,9%, indígena 5,2% e quilombola 4,6%. Diante desse contexto, os Institutos Federais têm sido desafiados a pensar e agir de forma proativa em relação ao impacto desses problemas em suas metas institucionais, o que implica na adoção de estratégias e políticas que busquem enfrentar as causas da evasão, bem como na promoção de ações de acolhimento, apoio e acompanhamento aos estudantes em situação de vulnerabilidade ou dificuldades acadêmicas. Além disso, é necessário intensificar a cultura institucional voltada para a permanência e o sucesso dos estudantes, valorizando a diversidade e a inclusão, e implementando práticas pedagógicas

¹ <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica>

inovadoras que estimulem o engajamento e o interesse dos estudantes.

No contexto da EPT, combater a evasão escolar no EMI é fundamental para garantir a diminuição das desigualdades sociais e educacionais, a fim de que os estudantes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, tenham acesso a oportunidades educacionais e profissionais que contribuam para o seu futuro e para o progresso da sociedade como um todo.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

As Políticas Públicas de Permanência Estudantil constituem um conceito multifacetado, pois englobam estratégias voltadas para diferentes objetivos, de acordo com os interesses e prioridades dos diversos grupos envolvidos no processo decisório. Esses fatores influenciam diretamente sua eficácia, afetando aspectos como a qualidade de ensino oferecido, a acessibilidade a programas integrados, suporte psicossocial a estudantes e a adequação de currículos às demandas locais. De acordo com Martins (2020 p. 18) “O principal emprego das políticas públicas estudantis é garantir aos estudantes menos favorecidos permanência e êxito nas instituições de ensino”.

As Políticas de Assistência Estudantil, instituídas pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, têm como principal objetivo garantir a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas instituições federais de ensino. Essas políticas são fundamentais para cobrir custos essenciais que poderiam impedir a continuidade dos estudos, como moradia, transporte, alimentação, aquisição de materiais acadêmicos e outras despesas eventuais. Dessa forma, buscam promover a inclusão social, a formação ampliada, a melhoria do desempenho acadêmico e, conseqüentemente, o aumento da qualidade de vida dos estudantes atendidos.

Os Institutos Federais ofertam diversas modalidades de ensino, abrangendo graduação, pós-graduação, EMI e ensino técnico. No entanto, é no EMI que a assistência estudantil exerce um impacto mais significativo. Isso se deve ao fato de que a maioria dos beneficiários dessa política são estudantes em idade escolar, que passam um período maior dentro da instituição e, muitas vezes, não possuem fonte de renda própria. Além disso, a carga horária ampliada desse modelo de ensino exige um suporte institucional ainda maior, especialmente em relação à alimentação e ao transporte.

A ausência desses benefícios pode aumentar as taxas de evasão escolar, especialmente entre estudantes de baixa renda, tornando a assistência estudantil um instrumento essencial para garantir equidade no acesso e na permanência no ensino. Assim, mais do que conceder auxílios

financeiros, essa política desempenha um papel estratégico na redução da evasão escolar e na democratização do ensino, assegurando que fatores socioeconômicos não se tornem um obstáculo para a formação acadêmica. Dessa forma, as Políticas de Assistência Estudantil reafirmam o compromisso do Estado com a educação pública, promovendo condições mais justas e igualitárias para que todos os estudantes possam concluir seus estudos e se desenvolver plenamente.

No contexto estudantil, em 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi regulamentado pelo Decreto nº 7.234. Posteriormente, em 2014, a Lei nº 13.005 aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Ambos destacam a Assistência Estudantil como um instrumento essencial para garantir as condições materiais necessárias à permanência e conclusão dos estudos.

Além do Programa de Assistência Estudantil, o PNAES abrange diversas iniciativas, como o Programa Bolsa Permanência; Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES); Apoio ao Transporte do Estudante (PATE); Incluir – Acessibilidade na Educação (Incluir); Permanência Parental na Educação (PROPEPE); Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); e o recém-lançado Programa Pé-de-Meia.

Diante da diversidade de PPPEs ofertadas, a eficácia dessas iniciativas pode variar significativamente, dependendo de fatores como sua implementação, a capacidade do governo e as condições específicas de cada sociedade. Essa variação ocorre, sobretudo, em função da forma como os interesses dos diferentes atores são alinhados no processo de tomada de decisão política. Portanto, além da categorização das políticas, a escolha e a execução criteriosa dessas ações são determinantes para alcançar resultados positivos e atender efetivamente às necessidades da sociedade.

No contexto da EPT, a análise das PPPEs direcionadas ao EMI pode contribuir para a compreensão dos fatores que causam a evasão, permitindo o desenvolvimento de estratégias para fortalecer a permanência e o êxito estudantil. Conforme Neto Oliveira e Lopes (2022, p. 3), “as PP educacionais e os programas apresentados do ponto de vista legal, que tratam especificamente de demandas da EPT, atuam como mecanismos que interferem nas concepções, princípios e objetivos da formação para o trabalho”.

Assim, as PPPEs e os programas legais voltados para a EPT parecem exercer uma influência significativa, não apenas refletindo, mas também moldando as concepções, princípios e objetivos da formação para o trabalho. No atendimento às demandas da EPT, as

PPPEs desempenham um papel central, destacando a importância da legislação e das políticas educacionais na forma como são concebidas e implementadas (Neto Oliveira; Lopes, 2022).

Dessa forma, é importante que se analise criticamente a formulação e a implementação dessas políticas, garantindo que sua finalidade vá além da lógica mercadológica e efetivamente promova a inclusão e a formação integral dos estudantes.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EVASÃO ESCOLAR: O ESTADO DA ARTE

Esta seção apresenta o levantamento do Estado da Arte, a fim de retratar o que aponta a literatura sobre o impacto das PPPEs na redução da evasão escolar no EMI. Como base de dados, foram utilizados o Portal de Periódicos CAPES² e o Observatório do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)³.

O Portal de Periódicos da CAPES foi selecionado por sua ampla abrangência e pelo acesso a publicações científicas rigorosamente revisadas, possibilitando uma visão abrangente das políticas educacionais disponíveis e suas aplicações, o que enriquece a análise e fundamenta teoricamente o estudo. Já o Observatório do ProfEPT foi selecionado por ser uma fonte especializada em EPT. Este espaço compila estudos, dissertações, artigos e relatórios que abordam, entre outros temas, as PPPEs para a EPT, permitindo uma análise mais detalhada e alinhada aos objetivos da pesquisa.

Para realizar a busca dos estudos, foram utilizados descritores específicos combinados com operadores booleanos ("AND", "OR") para ampliar o escopo e garantir precisão. Essa estratégia permitiu identificar pesquisas relevantes ao estabelecer relações entre termos-chave do tema, com a seguinte combinação: ("Ensino Médio Integrado" OR "Educação Profissional e Tecnológica") AND ("políticas públicas de permanência" OR "evasão escolar" OR "assistência estudantil").

A pesquisa considerou estudos publicados entre os anos de 2019 e 2023, com o objetivo de garantir a atualização dos dados e incorporar produções que refletissem as recentes transformações nas políticas educacionais, sobretudo no campo da assistência estudantil e da permanência escolar. Essa delimitação temporal permitiu contemplar mudanças relevantes no cenário educacional brasileiro. Para assegurar o rigor e a qualidade científica das fontes analisadas, foram aplicados filtros específicos na seleção dos materiais, contemplando

² <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez369.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/lista-a-z-periodicos.html>

³ <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>

exclusivamente artigos revisados por pares, teses e dissertações vinculadas a programas de pós-graduação reconhecidos. A escolha por esse tipo de produção visou garantir não apenas a credibilidade dos dados, mas também a diversidade metodológica e teórica necessária para embasar a discussão do tema. A triagem foi realizada a partir da leitura criteriosa de títulos e resumos, priorizando pesquisas com abordagens empíricas que tratassem diretamente dos impactos das PPPEs na redução da evasão escolar.

Além desses critérios, a busca bibliográfica também levou em consideração a contextualização institucional das pesquisas, com ênfase em estudos realizados no âmbito dos IFs ou em contextos que ofertam EPT. Essa opção metodológica teve como finalidade aproximar os achados da literatura da realidade local investigada, tornando os resultados mais comparáveis e aplicáveis ao contexto do Instituto Federal Goiano – *Campus Iporá*. Ao final do processo, foram selecionados 27 estudos que atenderam aos critérios definidos e que compuseram o estado da arte da pesquisa. As informações relativas à identificação das pesquisas selecionadas, incluindo título, autor, ano de publicação, objetivos, métodos e principais resultados, foram sistematizadas no Apêndice A.

Os estudos analisados revelaram diferentes aspectos relacionados à permanência e à evasão no EMI, destacando o papel central das PPPEs na redução dos índices de evasão escolar. Melo *et al.* (2019) investigou a colaboração da Política de Assistência Estudantil no EMI, destacando sua importância para a permanência dos estudantes. No entanto, o estudo apontou desafios como burocracia, recursos insuficientes e dificuldades de integração entre ações pedagógicas e sociais, fatores que limitam a eficácia da política. Barbosa (2019), por sua vez, analisou as causas da evasão no CEFET-MG, identificando fatores como falta de apoio escolar, desmotivação, uso excessivo de redes sociais e sobrecarga de atividades. O estudo propôs intervenções para reduzir esses índices, sugerindo ações que visam melhorar o engajamento dos estudantes e a qualidade do apoio oferecido pela instituição.

Costa e Borges (2019) focaram na evasão no curso de Eletrotécnica do IF Sertão Pernambucano, apontando desmotivação, falta de adaptação ao curso e fatores socioeconômicos como principais causas de abandono. Esses fatores refletem a necessidade de políticas que ajudem os estudantes a se identificarem com o curso e a superarem desafios financeiros e pessoais. Silva *et al.* (2019) investigou a evasão na Escola Luiz Girão, destacando fatores externos como emprego, trabalho e saúde como influências no abandono escolar. Esses resultados mostram que questões externas ao ambiente escolar, como a necessidade de trabalhar ou problemas de saúde, podem impactar significativamente a permanência dos estudantes.

Oliveira (2019) analisou a evasão no curso técnico em Informática do IF Goiano, concluindo que a maioria dos evadidos pertence a classes menos favorecidas e enfrenta dificuldades para conciliar trabalho e estudo. Esse estudo reforça a importância de políticas que ajudem os estudantes a equilibrarem suas responsabilidades acadêmicas e profissionais. Rosales (2019) discutiu os fatores que influenciam a permanência no EMI do IFSUL, destacando a complexidade dos motivos de evasão, que envolvem fatores pessoais, como falta de interesse, e institucionais, como metodologias de ensino. Essa complexidade exige abordagens multifacetadas para garantir a permanência dos estudantes.

Garcia (2020) investigou as causas da evasão e retenção no IFSC, destacando o sentimento de pertencimento e a conexão com o mundo do trabalho como fatores essenciais para a permanência. O estudo sugere que políticas que promovam a integração dos estudantes e a conexão com o mercado de trabalho podem reduzir a evasão. Por sua vez, Medeiros (2020) analisou a oferta do PNAES no IF Goiano, concluindo que muitos estudantes não conhecem o programa, o que impacta sua eficácia. Esse resultado aponta para a necessidade de melhorar a divulgação e o acesso às políticas de assistência estudantil.

Góis (2020) estudou o impacto do PAAE no IFBA, mostrando que o programa reduz a evasão, mas enfrenta desafios como falta de recursos humanos e financeiros. Esses desafios limitam a capacidade do programa de atender a todos os estudantes em situação de vulnerabilidade. Bettoni (2021) investigou a percepção dos estudantes sobre o PNAES no IFC, concluindo que o programa foi decisivo para a permanência e êxito acadêmico de muitos estudantes. Esse estudo reforça a importância das políticas de assistência estudantil para o sucesso dos estudantes.

Lopes (2021) analisou a Política de Assistência Estudantil do IFPI, destacando sua importância para a permanência, mas apontando a necessidade de maior divulgação e conhecimento sobre o programa. A falta de informação entre os estudantes pode limitar o impacto positivo dessas políticas. Falco e Oliveira (2021) refletiram sobre o impacto da Política de Assistência Estudantil na permanência dos estudantes, destacando sua importância para o atendimento de necessidades básicas e educacionais. Essas políticas são vistas como fundamentais para garantir que os estudantes tenham condições de se dedicar aos estudos.

Silva (2021) analisou a seleção de assistência estudantil no IFMS, apontando que a complexidade dos editais e a falta de compreensão dos estudantes são barreiras para o acesso ao programa. Esse estudo sugere a necessidade de simplificar os processos de inscrição e aumentar a orientação aos estudantes. Silva et al. (2020) revisou políticas públicas de combate

à evasão na educação básica, destacando a necessidade de ações que reduzam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como questões socioeconômicas e falta de apoio escolar.

Silva e Azevedo (2021) investigaram a evasão no *Campus Avançado* Manacapuru, apontando desânimo, dificuldades financeiras e problemas de saúde como principais causas. Esses fatores mostram que a evasão é um problema multifatorial, que exige abordagens integradas. Branco et al. (2021) exploraram os desafios para a permanência na educação básica, destacando a descontinuidade educacional e a falta de organização pedagógica como fatores de evasão. Esses resultados reforçam a importância de políticas que promovam a continuidade e a qualidade do ensino.

Alvaréz (2021) analisou a evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no IFMG, destacando fatores individuais, como adaptação ao curso, e institucionais, como metodologias de ensino, como determinantes para a permanência. Esse estudo sugere que a motivação dos estudantes e a qualidade do ensino são fatores-chave para reduzir a evasão. Ferreira (2021) desenvolveu um painel de controle para prevenir a evasão no IFAM, identificando vulnerabilidade social e falta de identificação com o curso como principais causas. Esse painel pode ser uma ferramenta útil para identificar estudantes em risco e implementar ações preventivas.

Nunes (2021) investigou indicadores de equidade no IFNMG, apontando que estudantes do sexo masculino, cotistas e de baixa renda têm maior probabilidade de evadir. Esses resultados destacam a necessidade de políticas que promovam a equidade e o apoio a grupos vulneráveis. Melo e Peplinski (2021) refletiram sobre a evasão no ensino médio público, destacando a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos estudantes. Essas políticas devem ser discutidas e aprimoradas para atender às necessidades dos jovens.

Miranda (2022) analisou a percepção dos estudantes sobre a POLAE no IFPI, destacando sua importância para a permanência e o êxito escolar. Os estudantes veem a política como essencial para o atendimento de suas necessidades básicas e educacionais. Soares (2022) propôs uma identidade para a assistência estudantil no IFAC, sugerindo a inclusão de aspectos educacionais e culturais além dos auxílios financeiros. Essa abordagem ampliada pode fortalecer a identidade institucional e o impacto das políticas de assistência.

Oliveira e Coutinho (2022) investigaram o impacto das políticas de assistência estudantil na permanência dos estudantes do primeiro ano do EMI, destacando sua importância para o desenvolvimento pleno dos estudantes. Essas políticas não apenas oferecem recursos financeiros, mas também ações que contemplam todas as dimensões dos estudantes. Rezende

(2022) analisou os fatores de evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, apontando que estudantes do sexo masculino, negros e de baixa renda têm maior risco de evadir. Esse estudo reforça a necessidade de políticas públicas e ações específicas para enfrentar a evasão nesses cursos.

Kostrycki e Urbanetz (2023) investigaram o abandono escolar entre estudantes cotistas no IFPR, destacando que a política de cotas teve impacto positivo no acesso, mas o abandono ainda é um desafio significativo. Esse resultado sugere que as políticas de cotas precisam ser complementadas por outras ações para garantir a permanência. Doriguetto e Barbosa (2023) analisaram a evasão no curso técnico em agropecuária do IF Sudeste MG, concluindo que a assistência estudantil tem cumprido seu papel na redução da evasão, mas ainda há desafios como desinteresse pelo curso e questões familiares.

Por fim, Coutinho (2023) desenvolveu um aplicativo para identificar estudantes com maior probabilidade de evasão no IFSUL, propondo ações para reduzir a exclusão escolar. Essa ferramenta pode ser útil para direcionar esforços e recursos para os estudantes que mais precisam de apoio, contribuindo para a redução da evasão e a promoção da permanência escolar.

Em relação à abordagem metodológica, observou-se que a pesquisa qualitativa foi o método mais recorrente entre os estudos analisados, sendo amplamente utilizada em trabalhos como os de Melo et al. (2019), Costa e Borges (2019), Silva et al. (2019), Rosales (2019), Garcia (2020), Bettoni (2021), Lopes (2021), Falco e Oliveira (2021), Silva (2021), Silva e Azevedo (2021), Melo e Peplinski (2021), Miranda (2022), Soares (2022), Oliveira e Coutinho (2022), Rezende (2022), Kostrycki e Urbanetz (2023) e Doriguetto e Barbosa (2023). Esse método permitiu uma análise aprofundada das percepções, experiências e contextos dos estudantes, contribuindo para a compreensão dos fatores que influenciam a evasão e a permanência escolar. Já a pesquisa mista também foi bastante utilizada, especialmente em estudos como os de Barbosa (2019), Oliveira (2019), Medeiros (2020), Góis (2020), Silva et al. (2020), Branco et al. (2021), Alvaréz (2021) e Coutinho (2023). A combinação de abordagens quantitativas e qualitativas permitiu uma visão mais abrangente dos fenômenos estudados, integrando dados estatísticos com análises contextuais.

O estudo de caso foi outra abordagem frequente, presente em pesquisas como as de Silva et al. (2019), Rosales (2019), Garcia (2020), Bettoni (2021), Silva e Azevedo (2021), Melo e Peplinski (2021) e Kostrycki e Urbanetz (2023). Por fim, a revisão de literatura foi utilizada em estudos como os de Silva et al. (2020) e Rezende (2022). Esses métodos, embora diversos, complementam-se ao oferecer diferentes perspectivas sobre os desafios da evasão

escolar e as estratégias para promover a permanência dos estudantes. O Quadro 1, apresentado a seguir, sintetiza a distribuição das pesquisas, conforme a abordagem metodológica adotada.

Quadro 1 – Métodos utilizados

Tipo de método	Nº de Estudos	Exemplos
Qualitativo	13	Melo et al, 2019; Costa e Borges, 2019; Rosales, 2019; Garcia, 2020; Medeiros, 2020; Falco e Oliveira, 2021; Branco et al., 2021; Melo e Peplinski, 2021; Kostrycki, e Urbanetz, 2023.
Misto	10	Barbosa, 2019; Silva et al. 2019; Oliveira, 2019; Góis, 2020; Bettoni, 2021; Alvaréz, 2021; Oliveira e Coutinho, 2022.
Quantitativo	4	Rezende, 2022; Silva et al., 2020; Nunes, 2021.

Fonte: elaboração própria

Os estudos apresentados no quadro abrangem um período de cinco anos, de 2019 a 2023, com uma concentração significativa de pesquisas realizadas entre 2019 e 2021. Esse período reflete um interesse crescente em investigar as causas da evasão escolar e a eficácia das políticas de assistência estudantil, especialmente no contexto do ensino médio e técnico integrado. A partir de 2022 e 2023, observa-se uma continuidade nas pesquisas, mas com um foco mais específico em análises de políticas públicas, como as cotas e a assistência estudantil, e no desenvolvimento de ferramentas para monitoramento e prevenção da evasão, como no estudo de Coutinho (2023), que propôs um aplicativo para identificar estudantes em risco de evasão.

Os estudos estão distribuídos em diversas regiões do Brasil, sendo observado um número expressivo de estudos na Região Sudeste, especialmente em Minas Gerais e São Paulo. Em Minas Gerais, destacam-se pesquisas como as de Barbosa (2019), que analisou a evasão no CEFET-MG, e Alvaréz (2021), que investigou a evasão no IFMG. Em São Paulo, o estudo de Falco e Oliveira (2021) analisou o impacto da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de São Paulo, destacando a importância dessas políticas para a permanência dos estudantes. Na Região Sul, os estudos incluem trabalhos como os de Garcia (2020), que investigou a evasão no IFSC, e Bettoni (2021), que analisou a percepção dos estudantes sobre o PNAES no IFC, em Santa Catarina. Além disso, Kostrycki e Urbanetz (2023) realizaram um estudo no IFPR, no Paraná, sobre o impacto das políticas de cotas.

A Região Nordeste também é representada, com estudos como os de Costa e Borges (2019), que investigaram a evasão no IF Sertão Pernambucano, e Silva et al. (2019), que analisaram a evasão na Escola Luiz Girão, no Ceará. Além disso, Lopes (2021) e Miranda (2022) realizaram pesquisas no IFPI, no Piauí, destacando a importância da assistência estudantil para a permanência dos estudantes. A Região Norte está representada por estudos

como os de Ferreira (2021), que desenvolveu um painel de controle para prevenir a evasão no IFAM, no Amazonas, e Silva e Azevedo (2021), que investigaram a evasão no *Campus Avançado Manacapuru*, também no Amazonas. Por fim, na Região Centro-Oeste, destacam-se estudos como os de Oliveira (2019) e Rezende (2022) que analisaram a evasão no IF Goiano. Em síntese, a distribuição geográfica dos estudos reflete a diversidade de desafios enfrentados pelas diferentes regiões do Brasil, destacando a necessidade de políticas e estratégias adaptadas às realidades locais.

Os estudos convergem ao apontar que a evasão escolar está frequentemente associada a fatores socioeconômicos, falta de motivação, desinteresse pelo curso e dificuldades de adaptação. Por exemplo, Barbosa (2019) identificou a falta de apoio escolar e a sobrecarga de atividades como causas da evasão, enquanto Costa e Borges (2019) destacaram a desmotivação e a falta de adaptação ao curso. Além disso, muitos estudos ressaltam a importância das políticas de assistência estudantil para reduzir a evasão e promover a permanência. Melo et al. (2019) destacaram que a assistência estudantil é essencial para a permanência, mas enfrenta desafios como burocracia e falta de recursos. Góis (2020) e Bettoni (2021) também reforçaram o papel positivo dessas políticas, embora apontem para a necessidade de melhorias na implementação e divulgação.

No entanto, há divergências entre os estudos, especialmente em relação ao impacto de políticas específicas, como as cotas. Kostrycki e Urbanetz (2023) destacaram que a política de cotas teve um impacto positivo no acesso, mas não resolveu o problema do abandono escolar. Por outro lado, outros estudos, como os de Góis (2020) e Bettoni (2021), focam mais na assistência estudantil como solução para a evasão. Além disso, há diferenças nos métodos de análise: enquanto alguns estudos, como Rezende (2022), utilizam métodos quantitativos e revisões sistemáticas, outros, como Melo *et al.* (2019) e Silva *et al.* (2019), adotam abordagens qualitativas e estudos de caso.

Em síntese, os estudos apresentados no documento compartilham a visão de que a evasão escolar é um problema multifatorial, influenciado por questões socioeconômicas, falta de motivação e dificuldades de adaptação. A maioria dos pesquisadores concorda que as políticas de assistência estudantil são fundamentais para reduzir a evasão e promover a permanência, mas há divergências em relação ao impacto de outras políticas, como as cotas, e aos métodos de análise utilizados. Essas diferenças refletem a complexidade do tema e a necessidade de abordagens diversificadas para enfrentar o desafio da evasão escolar.

3 MÉTODOS

O estudo em questão utilizou uma metodologia quantitativa, caracterizando-se como uma investigação causal-correlacional. O objetivo geral foi investigar o impacto das PPPEs na redução da evasão no EMI do IF Goiano – *Campus Iporá*.

A pesquisa utilizou, como fonte para a coleta de informações, dados abertos ou públicos que “são representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento” (Brasil, 2012, p. 3). Assim, dados abertos referem-se à disponibilização de informações em formatos acessíveis que não sejam proprietários e utilizáveis por qualquer pessoa, sem restrições significativas, ou seja, sem barreiras, como taxas ou requisitos de registro.

3.1 DISPENSA DE APRECIÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Esta pesquisa não foi formalmente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois está em total conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Conforme disposto no artigo 1º, inciso V, essa resolução dispensa a necessidade de avaliação ética para estudos que utilizam exclusivamente dados secundários, devidamente anonimizados, nos quais não há possibilidade de identificação dos participantes, nem risco à sua integridade.

Foram utilizados dados provenientes de fontes institucionais reconhecidas, como sistemas acadêmicos, a Plataforma de Disseminação de Dados Governamentais e o Tesouro Nacional. Esses dados foram coletados, tratados e analisados seguindo rigorosos critérios de anonimização, garantindo a proteção da privacidade e o sigilo das informações pessoais em todas as etapas do estudo. Desta forma, assegurou-se que nenhuma informação sensível fosse exposta, eliminando qualquer risco de violação da ética ou de prejuízo aos indivíduos cujos dados foram analisados.

Além disso, a natureza da pesquisa e sua metodologia reforçam a ausência de necessidade de submissão ao CEP. O estudo fundamenta-se exclusivamente na análise de dados secundários, ou seja, informações previamente coletadas e disponíveis em bases institucionais, sem qualquer interação direta com os sujeitos da pesquisa. Isso significa que não houve aplicação de questionários, entrevistas ou coletas que pudessem gerar impacto emocional, psicológico ou social nos indivíduos. A ausência dessas interações elimina a possibilidade de

coerção, influência indevida ou exposição de informações pessoais, fatores que normalmente exigiriam uma avaliação ética formal.

Outro ponto relevante é que a anonimização dos dados foi conduzida com rigor técnico, seguindo boas práticas de sigilo e segurança da informação. Foram adotadas medidas como remoção de identificadores diretos e indiretos, garantindo que nenhum elemento, isoladamente ou em combinação com outros, pudesse levar à identificação dos participantes. Isso inclui a exclusão de nomes, números de matrícula, documentos pessoais e quaisquer outros dados que pudessem ser rastreados individualmente.

A Resolução nº 510/2016 não apenas dispensa a submissão ao CEP em casos como este, mas também ressalta que estudos baseados em dados secundários anonimizados e de acesso público não representam riscos éticos significativos. Isso ocorre porque tais pesquisas não envolvem coleta de dados primários, contato direto com indivíduos ou obtenção de informações sigilosas que possam expor os participantes a danos sociais, psicológicos ou institucionais. A não submissão ao CEP, portanto, não compromete a integridade ética da pesquisa, pois a legislação vigente reconhece a segurança metodológica desse tipo de abordagem.

Optar pelo uso de dados secundários anonimizados foi uma decisão importante nesta pesquisa, pois tornou possível analisar um conjunto mais amplo de informações sem comprometer a privacidade de ninguém. Esse tipo de dado já está disponível nos sistemas institucionais e permite uma leitura mais abrangente da realidade estudada, além de facilitar a transparência e a coerência dos resultados. Essa prática é bastante utilizada em estudos que envolvem educação, políticas públicas e avaliação de programas, especialmente quando se busca compreender tendências e impactos em contextos institucionais.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

Para a definição de escolha da instituição de realização da pesquisa, foram ponderados três principais fatores: primeiro, por compreender a área de concentração do ProfEPT, contemplando “os processos educativos em espaços formais e não formais relacionados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, com vistas à integração dos campos do Trabalho, da Ciência, da Cultura e da Tecnologia” (Brasil, 2018b); segundo, a pesquisadora atuar como servidora efetiva da escola campo de estudo e ser, desde o ano de 2015, a pessoa responsável pela alimentação dos Sistemas de Informações Educacionais (SIE) da instituição, dessa forma, tem total aceitação, bom relacionamento e abertura integral

por parte da gestão para colocar em prática e discorrer sobre a pesquisa; e, por fim, poder contribuir com a escola campo pesquisada, uma vez que o estudo é inédito na instituição.

A pesquisa foi conduzida em um dos *Campi* do IF Goiano. Em 2023, conforme dados PNP, o IF Goiano contava com 12 unidades localizadas nas cidades de Campos Belos, Catalão, Ceres, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí. Nesse ano, a instituição registrou 14.517 matrículas em seus diversos cursos, sendo 5.714 novos ingressantes e 2.509 concluintes.

O *Campus* Iporá, onde a pesquisa foi realizada, foi criado pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a RFEPCT e deu origem aos IFs, embora suas atividades só tenham sido iniciadas em fevereiro de 2010. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019–2023), uma de suas finalidades centrais é apoiar os arranjos produtivos locais, o que implica oferecer formação profissional alinhada às demandas específicas da microrregião. Na prática, isso significa formar estudantes para atuar em setores estratégicos da economia local, como a agropecuária e o comércio regional. Ao ofertar cursos técnicos e ações de extensão voltadas para essas áreas, o *Campus* contribui para o fortalecimento da economia regional e para a geração de oportunidades aos jovens oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis.

As atividades acadêmicas no *Campus* começaram em agosto de 2010, com os cursos técnicos em Agropecuária e Informática. Em 2011, foram acrescentados os cursos Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Secretariado, Técnico em Química e Licenciatura em Química. No ano seguinte, passaram a ser oferecidos o curso de Tecnologia em Agronegócio e o Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. No ano de 2013, com a sua expansão e a adesão ao Programa e-Tec Brasil, o *Campus* passou a ofertar cursos na modalidade a distância, além de dar início aos cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2013) e Bacharelado em Agronomia (2014).

Atualmente, o *Campus* Iporá oferece uma ampla variedade de cursos, desde o nível técnico à pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Essa diversidade busca atender às necessidades dos estudantes, adotando como estratégia educacional a verticalização do ensino, permitindo a continuidade e progressão acadêmica dentro da mesma instituição, desde a formação técnica até a pós-graduação, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional e profissional da região. A seguir, o Quadro 2 apresenta os cursos oferecidos no *Campus* Iporá.

Quadro 2 - Cursos ofertados no *Campus Iporá*

Nível	Nome do Curso	Tipo do Curso	Modalidade
Médio	Agropecuária	Técnico Integrado ao Ensino Médio	Presencial
	Desenvolvimento de Sistemas		
	Química		
	Qualificação Profissional - PROEJA	Formação Inicial Continuada (FIC)	
	Administração	Técnico Concomitante / Subsequente	A distância
	Secretariado		Presencial
Superior	Agronomia	Bacharelado	Presencial
	Ciência da Computação		
	Gestão do Agronegócio	Tecnólogo	
	Química	Licenciatura	A distância
	Pedagogia		

Fonte: elaboração própria

3.3 AMOSTRA

A pesquisa foi centrada na análise de dados referentes apenas aos estudantes que ingressaram nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, no âmbito do IF Goiano – *Campus Iporá*, com entrada no ano de 2021. Foi feito o acompanhamento dos índices desses estudantes até a finalização do ciclo de matrícula dos mesmos em 2023 na modalidade presencial, que excepcionalmente em virtude da Pandemia de 2019, culminou em aulas remotas de fevereiro a setembro de 2021, retomando de forma presencial apenas no mês de outubro.

Estudantes de outros níveis e modalidades, como cursos subsequentes, cursos superiores, de formação inicial e continuada, Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e outros, assim como os ingressantes em anos diferentes de recorte temporal, foram excluídos da análise. Esta decisão foi tomada com a finalidade de analisar um ciclo completo de matrículas (2021 a 2023) pós-pandemia, garantindo que os dados refletissem um período homogêneo e relevante para a investigação das PPPEs's implementadas neste intervalo de tempo. A exclusão desses grupos visou evitar vieses que poderiam surgir devido a diferentes contextos acadêmicos e temporais, proporcionando uma visão mais clara e precisa dos efeitos das PPPs sobre um grupo específico sob a ótica da evasão escolar.

É importante ressaltar que os parâmetros estabelecidos pelos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) dos cursos sob escrutínio nesta investigação indicam que regularmente são

disponibilizadas 35 vagas anuais por curso. Essa informação contextual é crucial para compreender a dimensão dos grupos de estudantes envolvidos na pesquisa.

Conforme os critérios definidos, 105 estudantes compuseram a amostra participaram desta pesquisa. Para a escolha desta amostra censitária, foram levados em conta os critérios de inclusão: i) ser estudante estudantes do EMI ingressado em que ingressaram no ano de 2021; e ii) ter previsão de conclusão do curso em que tinham a expectativa de finalizar o curso em 2023. Este período de tempo foi selecionado para examinar um ciclo completo de formação, desde a admissão no EMI até o término previsto. Essa metodologia permite uma avaliação mais acurada da permanência e evasão escolar ao longo dos três anos, além de possibilitar a avaliação dos efeitos das PPPs e sua efetividade em manter os estudantes até o término do curso.

A população envolvida está descrita de forma detalhada no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Amostra envolvida na pesquisa

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	Estudantes matriculados
Agropecuária	34
Química	35
Desenvolvimento de Sistemas	36
População total da pesquisa	105

Fonte: elaboração própria

3.4 COLETA DE DADOS

A presente pesquisa utilizou o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) como uma das principais fontes de dados para a análise da efetividade PPPEs a fim de analisar seu impacto na redução da evasão escolar no IF Goiano *Campus* Iporá. O sistema, por centralizar informações acadêmicas e administrativas, mostrou-se ideal para uma coleta de dados detalhada e precisa. A data de referência para a coleta foi o dia 29 de abril de 2024, o que garantiu que as informações fossem atuais e relevantes, refletindo as condições mais recentes da instituição.

Os filtros utilizados no SUAP foram: curso, etnia/raça, forma de ingresso com cota, Índice de Rendimento Acadêmico⁴ (IRA) o qual é identificado a partir da fórmula $IRA =$

⁴ indicador quantitativo que mede o desempenho dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

$\frac{\Sigma(\text{Nota da disciplina} \times \text{Carga horária da disciplina})}{\Sigma(\text{Carga horária cursada})}$, renda per capita, sexo, situação no curso e tipo de

escola de origem. A seguir, é detalhado a importância de cada um desses filtros para a pesquisa:

- Curso: identificou o curso ao qual o estudante está matriculado. Possibilitou a compreensão de como diferentes áreas de estudo impactam a retenção de estudantes, já que a evasão pode variar conforme o curso escolhido, mostrando se determinados cursos têm mais ou menos retenção de estudantes;
- Etnia/Raça: demonstrou a classificação do estudante em categorias étnico-raciais possibilitando investigar se a permanência do estudante pode ser influenciada em contextos de diversidade racial e étnica;
- Forma de Ingresso com Cota: classificou o tipo de ingresso do estudante, indicando se ele ingressou por cotas sociais, raciais, ou em ampla concorrência, permitindo analisar se as políticas de ações afirmativas estão contribuindo para a redução da evasão escolar, especialmente para estudantes que ingressaram por meio de cotas sociais ou raciais, comparando com aqueles que entraram por ampla concorrência;
- Índice de Rendimento Acadêmico (I.R.A): forneceu a média ponderada das notas do estudante. Esse filtro permitiu identificar se baixos desempenhos acadêmicos estão correlacionados com altas taxas de evasão escolar;
- Renda Per Capita: identificou a média de renda por pessoa no domicílio do estudante permitiu analisar se a relação entre a renda familiar do estudante pode impactar a decisão de permanência ou evasão no curso;
- Sexo: ajudou a entender se o gênero do estudante revela diferenças nas respostas às PPPEs apontando se homens e mulheres têm necessidades ou enfrentam desafios distintos quanto à evasão escolar;
- Situação no Curso: foi utilizado para verificar o status atual do estudante no curso durante o período analisado, evadido ou concluído;
- Tipo de Escola de Origem: classificou a escola de origem do estudante, como pública ou privada, permitindo examinar as diferenças na preparação educacional prévia dos estudantes e como isso pode influenciar o desempenho acadêmico.

O SUAP, ao centralizar essas informações de forma organizada e acessível, desempenhou um papel essencial em garantir a precisão e confiabilidade dos dados utilizados na pesquisa. A busca e análise também possibilitaram o cruzamento de dados entre diversas variáveis, aprofundando a compreensão das interações entre fatores acadêmicos, socioeconômicos e questões de diversidade racial.

Na PNP, que é uma plataforma virtual que coleta, valida e compartilha as estatísticas oficiais da RFEPCT foram extraídos os dados relativos à Relação de Inscritos por Vaga (RIV) no IF Goiano como um todo, no *Campus* Iporá e no EMI do *Campus*, bem como por unidade de ensino (*Campi*) do IF Goiano foram utilizados uma série de filtros para a obtenção dos dados conforme segue. A partir dos Indicadores de Gestão disponíveis na PNP⁵ para o Ano Base 2021, foram utilizados uma série de filtros que possibilitaram uma análise detalhada da RIV, indicador que mede a relação entre a quantidade de candidatos inscritos e a quantidade de vagas disponibilizadas. Esses indicadores são especialmente úteis pois permitem que a instituição faça ajustes baseados em informações precisas sobre a demanda e a oferta de vagas. Aqui estão os filtros e utilizados: Instituição foi selecionado o IF Goiano, e ao fazer isso, a plataforma automaticamente remete a pesquisa para todos os *Campi* do IF Goiano, oferecendo uma visão consolidada dos dados da instituição como um todo. Isso permitiu comparar e analisar a RIV em todos os *Campi* do IF Goiano, proporcionando uma visão mais ampla da situação.

- Percentuais Legais, indicador utilizado para acompanhar se as instituições estão cumprindo as exigências legais sobre a distribuição das vagas de acordo com a legislação vigente.
- Relação Inscrito/Vaga forneceu uma visão clara da competitividade do processo seletivo, ou seja, quantos candidatos estão competindo por cada vaga.
- Múltiplas Seleções permitiu a segmentação dos dados de acordo com várias variáveis desejadas de acordo com a pesquisa Instituição, Unidade de Ensino, Tipo de Curso e Turno.
- Unidade, foi selecionado os *Campi* da instituição, esse filtro permitiu uma análise mais abrangente considerando todos os *Campi*.
- Tipo de oferta, foi permitido filtrar os dados de oferta integrada. Esse filtro foi útil para entender a demanda e a concorrência por vagas especificamente em cursos técnicos oferecidos pelo IF Goiano.

Assim como para a obtenção de dados referentes às TEV (Taxa de Evasão) que mensura o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas no IF Goiano como um todo, no *Campus* Iporá e no EMI do *Campus*, bem como por unidade de ensino (*Campi*) do IF Goiano, de igual forma a partir dos Indicadores de Gestão disponíveis na PNP para o Ano Base 2021 foram

⁵<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlLWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWY1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>

aplicados filtros que possibilitaram uma análise detalhada das TEVs. Indicadores Acadêmicos > Taxa de Evasão > Múltiplas Seleções > Unidade > Tipo de Oferta.

Para a obtenção dos dados de pagamentos aos estudantes contemplados pelas PPPEs, utilizamos um relatório fornecido pela Unidade de Execução Orçamentária e Financeira do IF Goiano *Campus* Iporá (UEOF – IP), o qual foi gerado pelo Programa Tesouro Gerencial (TG). Este sistema se baseia em informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Operacional (SIAFI), possibilitando a extração de informações baseadas no documento de lançamento contábil e garantindo a confiabilidade e a integridade dos dados, aspectos fundamentais para a validação da pesquisa.

A análise concentrou-se exclusivamente nas despesas relacionadas à liquidação de bolsas e/ou auxílios. Este filtro foi fundamental para garantir que apenas os gastos diretamente ligados às PPPEs fossem incluídos. Tal abordagem permitiu uma avaliação precisa dos recursos destinados a estas políticas, possibilitando identificar o impacto real sobre a redução das taxas de evasão escolar, bem como a identificação de cada estudante que foi contemplado com o recebimento de quaisquer PPPEs, sendo fornecido os dados baseados em número de matrículas a fim de manter a anonimidade da pesquisa.

A seguir, detalharemos cada filtro empregado, explicando como contribuíram para a condução desta pesquisa e como cada um pode ajudar a identificar pontos críticos que requerem atenção na formulação de políticas mais eficazes e inclusivas.

- DH – Documento Hábil, permitiu selecionar o ano em que a liquidação do pagamento foi realizada. A finalidade desse filtro é garantir a rastreabilidade das transações financeiras, possibilitando que os dados sejam organizados de acordo com o ano de liquidação, facilitando a análise temporal dos gastos e sua identificação;
- DH – Tipo RP, destinado à liquidação de bolsas e/ou auxílios entregando a categorização das despesas relacionadas ao pagamento das bolsas e auxílios dos estudantes;
- Natureza da Despesa, classifica os gastos em categorias específicas, como materiais, serviços ou despesas administrativas, no caso da pesquisa qual a natureza ou tipo de auxílio foi pago;
- DH - UG Emitente, identifica a Unidade Gestora Emitente, ou seja, a unidade responsável pela emissão do pagamento, garantindo que os pagamentos sejam rastreados corretamente, para a pesquisa o *Campus* Iporá do IF Goiano;
- Favorecido Doc, identifica o destinatário das despesas, ou seja, quem recebeu o pagamento, os quais foram fornecidos por número de matrículas.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os dados do SUAP foram fornecidos pelo Setor de Registro Escolar do *Campus*, garantindo sempre a anonimidade da pesquisa e o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Dessa forma, informações pessoais ou quaisquer dados que possam identificar os estudantes não foram compartilhados. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram aplicados filtros específicos no SUAP, os quais estão detalhados no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Filtros utilizados no SUAP

Filtro	Descrição
Curso	Identifica o curso ao qual o estudante está matriculado
Etnia/Raça	Classificação do estudante em categorias étnico-raciais
Forma de Ingresso com Cota	Tipo de ingresso do estudante, indicando se entrou por cotas sociais, raciais, ou em Ampla Concorrência
Índice de Rendimento Acadêmico (I.R.A)	Média ponderada das notas do estudante
Renda Per Capita	Renda média por pessoa no domicílio do estudante
Sexo	Gênero do estudante
Situação no Curso	Status atual do estudante no curso
Tipo de Escola de Origem	Classificação da escola de origem do estudante, como pública ou privada

Fonte: elaboração própria

A análise de indicadores foi fundamental para entender as dinâmicas acadêmicas e o impacto no período analisado. Entre os principais indicadores utilizados para essa avaliação estão a RIV e a TEV, que fornecem informações essenciais sobre a demanda por cursos e a continuidade dos estudantes no sistema educacional. A RIV que é feita a partir da fórmula: $RIV = \frac{Inscritos}{Vagas}$ fornece uma visão crítica sobre a competitividade dos processos seletivos, permitindo avaliar se a quantidade de vagas está de acordo com o número de candidatos interessados, enquanto a TEV analisada a partir da fórmula: $Ev[\%] = \frac{Ev}{M} \times 100$. Representa o percentual de estudantes que abandonaram o curso, sendo fator essencial para identificar áreas que necessitam de intervenção e para fortalecer as PPPEs.

A seguir, apresentamos no Quadro 5 os principais filtros utilizados nesta análise:

Quadro 5 – Filtros utilizados no Programa Tesouro Gerencial

Filtro utilizado	Descrição/finalidade
DH – Documento Hábil	Permite selecionar o ano em que foi realizada a liquidação do pagamento.
DH – Tipo RP	Destinado à liquidação de bolsas e/ou auxílios.
Natureza da Despesa	Classifica os gastos em categorias específicas.
DH - UG Emitente	Identifica a Unidade Gestora Emitente.
Favorecido Doc.	Identifica o destinatário das despesas.

Fonte: elaboração própria

Estes filtros asseguraram que a análise das PPPEs fosse conduzida de maneira precisa e detalhada, permitindo uma avaliação clara e fundamentada do impacto dessas políticas sobre os estudantes. A utilização desses critérios específicos garantiu que os dados coletados fossem relevantes e confiáveis, proporcionando uma base sólida para a avaliação da eficácia das PPPEs implementadas no IF Goiano - *Campus Iporá*.

Em síntese, esta pesquisa teve como objetivo analisar a efetividade das PPPEs no EMI, implementadas no IF Goiano – *Campus Iporá*, buscando compreender se tais políticas contribuíram, de fato, para a redução da evasão escolar no período de 2021 a 2023. A proposta se fundamenta em uma abordagem quantitativa, de caráter causal-correlacional, na qual se investigou a existência de relação entre os índices de evasão e o acesso ou não dos estudantes aos auxílios estudantis. Considerou-se como variável dependente a evasão escolar, e como variáveis independentes: o IRA, a Assistência Estudantil (AE), o AA, o AP, a Bolsa Monitoria (BM), a Bolsa de Iniciação Científica (IC) e os Projetos de Extensão com apoio à Arte e Cultura (EXT). Ao longo da análise, buscou-se observar se a presença desses auxílios esteve associada a melhores indicadores de permanência. A seguir, apresenta-se a análise dos dados obtidos, com base nos critérios definidos ao longo da metodologia.

3.6 PROCEDIMENTOS PARA TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados de evasão do IF Goiano foram extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), utilizando uma abordagem criteriosa para garantir a precisão da análise. A coleta de dados foi realizada com data de referência em 29 de abril de 2024, permitindo um levantamento atualizado sobre a situação dos estudantes e sua permanência no EMI. Para a extração das informações, foram aplicados filtros essenciais, incluindo curso, ano de ingresso, etnia/raça, forma de ingresso com cota, IRA, renda per capita, sexo, situação no curso e tipo de escola de origem. Esses critérios foram fundamentais para identificar padrões

de evasão e compreender o impacto das PPPEs.

A definição da evasão adotada na pesquisa considerou estudantes que realizaram transferência externa, abandonaram seus estudos sem conclusão ou reprovaram antes da finalização do ciclo de matrícula de forma a focar na evasão real. A partir dos dados extraídos, foi possível realizar análises detalhadas, cruzando diferentes variáveis para identificar grupos mais suscetíveis à evasão, como estudantes de baixa renda, beneficiários de auxílios estudantis e aqueles que ingressaram por cotas.

A obtenção e análise desses dados desempenham um papel fundamental na avaliação da efetividade das PPPEs voltadas à permanência estudantil, permitindo verificar se os auxílios e bolsas têm contribuído significativamente para a redução da evasão. Dessa forma, os resultados desta pesquisa auxiliam na identificação de desafios e possíveis melhorias nas políticas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes no IF Goiano.

As PPPEs consideradas na pesquisa foram limitadas àquelas ofertadas aos estudantes EMI durante o período estudado, especificamente as que possuem fluxo contínuo, ou seja, aquelas que oferecem apoio de forma frequente e regular por meio de editais. Por outro lado, programas e projetos de pagamentos esporádicos, embora valiosos, não oferecem o mesmo nível de suporte contínuo. Por exemplo, a Bolsa Atleta, que proporciona um incentivo significativo, é destinada a um grupo específico de estudantes e tem uma natureza mais pontual. Da mesma forma, o Intercâmbio Sociocultural para a Argentina, que oferece experiências enriquecedoras e amplia os horizontes culturais dos estudantes, não constitui uma fonte constante de apoio financeiro.

Dessa forma, ao focar nas PPPEs de fluxo contínuo ofertadas por meio de editais, a pesquisa visa analisar o impacto dessas medidas, avaliando como a regularidade no apoio financeiro contribui para a redução das taxas de evasão escolar e para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes do EMI. As PPPEs analisadas na pesquisa estão descritas no Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 - Políticas Públicas de Permanência Estudantil

PPPEs	Descrição
Auxílio Alimentação (AA)	Apoio financeiro para garantir alimentação adequada aos estudantes durante sua permanência no <i>Campus</i> ⁶ .
Auxílio Permanência (AP)	Suporte financeiro para cobrir custos como transporte e materiais didáticos, mantendo os estudantes engajados nas atividades acadêmicas.
Bolsa de Monitoria de Ensino (BM)	Incentivo financeiro para estudantes que atuam como monitores, melhorando a qualidade do ensino e promovendo a colaboração entre estudantes.
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica de Ensino Médio (IC)	Incentivo financeiro para a participação em projetos de pesquisa científica, despertando interesse pela ciência e desenvolvendo habilidades de pesquisa no ensino médio.
Projeto de Apoio a Programas ou Projetos de Extensão - Apoio à Arte e Cultura (EXT)	Incentivo financeiro para a participação em projetos que promovem a integração entre a instituição e a comunidade, fortalecendo o desenvolvimento social, cultural, artístico e educacional.

Fonte: elaboração própria

Para a análise dos dados, foi adotada uma abordagem quantitativa, utilizando uma codificação binária para categorizar os estudantes de acordo com o acesso às PPPEs ofertadas no *Campus* Iporá. As PPPEs consideradas incluem: AE, AA, AP, BM, IC e EXT. Especificamente, foi atribuído o valor "0" para os estudantes que não receberam nenhum tipo de PPPEs e "1" para aqueles que foram beneficiados por pelo menos uma dessas políticas. Além disso, foi tabulado o IRA dos estudantes, por meio da média disponibilizada no SUAP. Por fim, a evasão foi tabulada, com base na conclusão (1) ou abandono (0) do curso. Essa metodologia permite uma análise clara e direta, com o objetivo de verificar se os estudantes que tiveram acesso a alguma PPPEs apresentaram um índice de evasão escolar menor em comparação aos que não foram beneficiados. Após a obtenção e tabulação dos dados, foram realizadas análises estatísticas descritivas e inferenciais (Teste de Correlação de Pearson) no *Software R*.

3.7 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional desenvolvido no âmbito desta dissertação tem como principal finalidade orientar os estudantes do IF Goiano – *Campus* Iporá acerca das PPPEs disponíveis na instituição. Intitulado "Fique por dentro: Tudo sobre as Políticas Públicas de Permanência Estudantil do IF Goiano – *Campus* Iporá", o material foi idealizado como uma ferramenta de apoio aos estudantes, reunindo, de forma clara e acessível, informações sobre os auxílios e

⁶ No caso do *Campus* Iporá, por não existir refeitório, os estudantes recebem a refeição balanceada em forma de marmitas.

bolsas ofertados, os critérios de acesso, os procedimentos de solicitação e demais orientações práticas, a fim de que os estudantes possam compreender e utilizar os recursos disponíveis a que têm direito.

Sua elaboração baseou-se em pesquisa documental e normativa, resultando em um material gráfico e digital, pensado para facilitar sua ampla divulgação entre estudantes, servidores e demais interessados. A linguagem adotada buscou ser objetiva, acolhedora e alinhada ao perfil do público-alvo, considerando, sobretudo, a realidade de estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, que muitas vezes não têm acesso facilitado às informações institucionais.

A validação do conteúdo se dará no momento da Banca Examinadora da Dissertação, por meio da avaliação dos membros que a compõem, visto que, por se tratar de uma pesquisa fundamentada exclusivamente em dados abertos e sem envolvimento direto com sujeitos da pesquisa, não houve a necessidade de submissão ao CEP. Esse processo de análise final permitirá ajustes e aprimoramentos antes da disponibilização definitiva do material, assegurando que ele atenda de forma efetiva às necessidades informacionais da comunidade escolar. O Produto Educacional encontra-se disponível no Apêndice B desta dissertação. Na seção seguinte são apresentados as análises e discussão dos dados.

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DO INGRESSO E EVASÃO NO IF GOIANO - CAMPUS IPORÁ

Quanto ao perfil e à caracterização dos participantes, foram considerados os seguintes dados: área de moradia (urbana ou rural), tipo de instituição educacional de origem (pública ou privada), sexo (masculino ou feminino), raça/cor (amarela, branca, indígena, parda, preta ou não declarada) e renda familiar *per capita*, calculada com base na quantidade de salários-mínimos recebidos por pessoa no núcleo familiar. A escolha desses indicadores se fundamenta na sua relevância para a compreensão das condições sociais, econômicas e culturais que influenciam diretamente o percurso escolar dos estudantes. Esses elementos permitem uma análise mais detalhada dos fatores que podem favorecer ou dificultar a permanência no EMI, oferecendo subsídios para a interpretação dos dados de evasão e das possíveis relações com o acesso às PPPEs.

O levantamento dos dados referente ao município de residência dos estudantes revelou que a maioria dos estudantes reside em Iporá, totalizando 76 estudantes, sendo 29 deles provenientes de cidades próximas a Iporá, os quais se mudam para Iporá ou utilizam transportes públicos ou próprios para que possam frequentar as aulas. As cidades próximas com estudantes residentes identificadas foram: Amorinópolis, Caiapônia, Diorama, Doverlândia, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Montes Claros de Goiás, Montividiu, Palestina de Goiás e Piranhas.

Esse cenário ilustra a eficácia da interiorização proposta pelos IFs, que têm como objetivo levar educação de qualidade para regiões mais distantes dos grandes centros urbanos. A presença significativa de estudantes de diversas cidades próximas a Iporá é uma evidência de que os IFs estão cumprindo seu propósito de democratizar o acesso ao ensino técnico e superior. Além disso, essa interiorização promove o desenvolvimento educacional e socioeconômico nas áreas interioranas, proporcionando oportunidades de crescimento pessoal e profissional para os jovens do oeste goiano (Góis, 2020).

Quanto à zona de moradia dos participantes, foi identificada uma predominância de estudantes que residem em áreas urbanas. Entre os estudantes matriculados no curso de Agropecuária, apenas três residiam na zona rural. Por outro lado, todos os estudantes dos cursos de Química e Desenvolvimento de Sistemas residiam exclusivamente na zona urbana. Essa distribuição reflete uma tendência de maior concentração de estudantes em áreas urbanas, com exceção de um pequeno grupo do curso de Agropecuária, que pode estar relacionado ao perfil do curso e à sua conexão com atividades rurais.

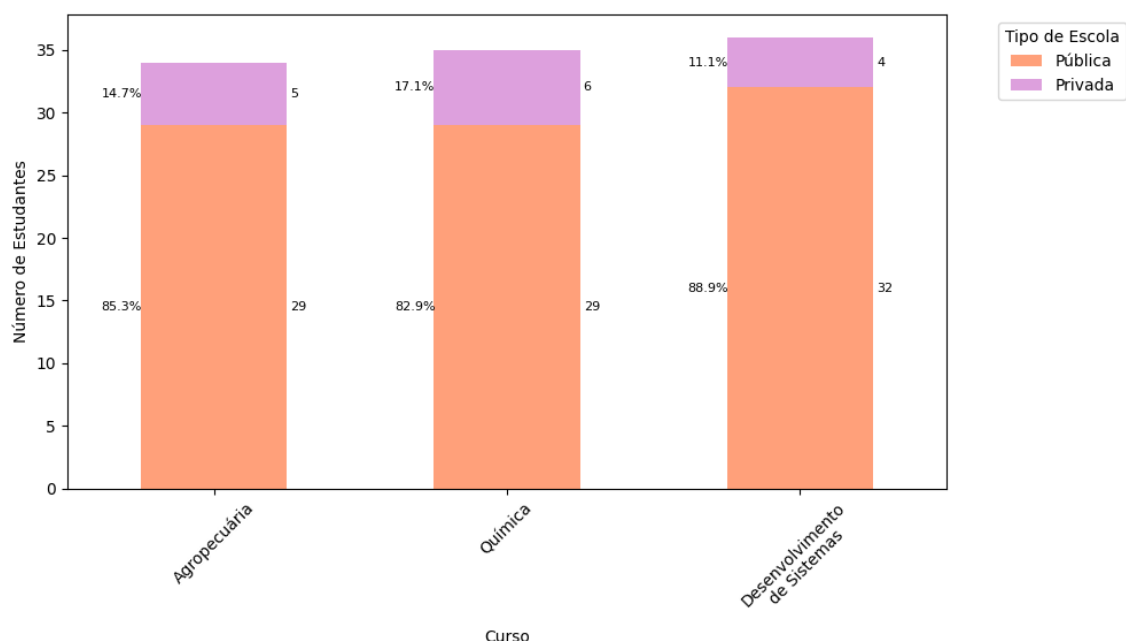
No que diz respeito ao contexto educacional prévio dos participantes, notou-se uma grande predominância de estudantes provenientes de escolas públicas em todos os cursos analisados. No curso de Desenvolvimento de Sistemas, 88,9% dos estudantes vêm de instituições públicas de ensino, o que é a maior porcentagem entre os três cursos. Este dado pode estar ligado ao perfil socioeconômico dos estudantes que têm mais acesso a escolas públicas e enxergam no curso de Desenvolvimento de Sistemas uma chance de se qualificar em um campo de trabalho em expansão.

No curso de Química, 82,9% dos estudantes vêm de escolas públicas, sendo a maioria, porém a proporção é a mais baixa entre os três cursos examinados. O que se sobressai neste curso é a elevada proporção de estudantes oriundos de escolas privadas, representando 17,1% dos estudantes, um percentual significativamente superior ao de outros cursos. Essa predominância de estudantes de escolas privadas pode ser justificada por várias razões. Um ponto a considerar é a possível valorização das ciências exatas nas escolas privadas, com acesso a laboratórios e recursos específicos.

No curso de Agropecuária, 85,3% dos estudantes vêm de escolas públicas, posicionando-se como o segundo curso com a maior proporção desses estudantes. Em contrapartida, 14,7% dos estudantes provêm de instituições privadas, uma porcentagem que, apesar de ser superior à do curso de Desenvolvimento de Sistemas, ainda é inferior à do curso de Química. Esses são similares aos achados de Moraes *et al.*, (2023, reforçando a predominância de estudantes oriundos de escolas públicas e que sempre estudaram em escolas públicas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, o que parece demonstrar a importância de políticas de apoio para garantir a permanência e o sucesso desses estudantes.

O gráfico 1, ilustrado abaixo, apresenta a distribuição dos estudantes dos três cursos analisados de acordo com o tipo de escola de origem.

Gráfico 1 – Tipo de escola de origem



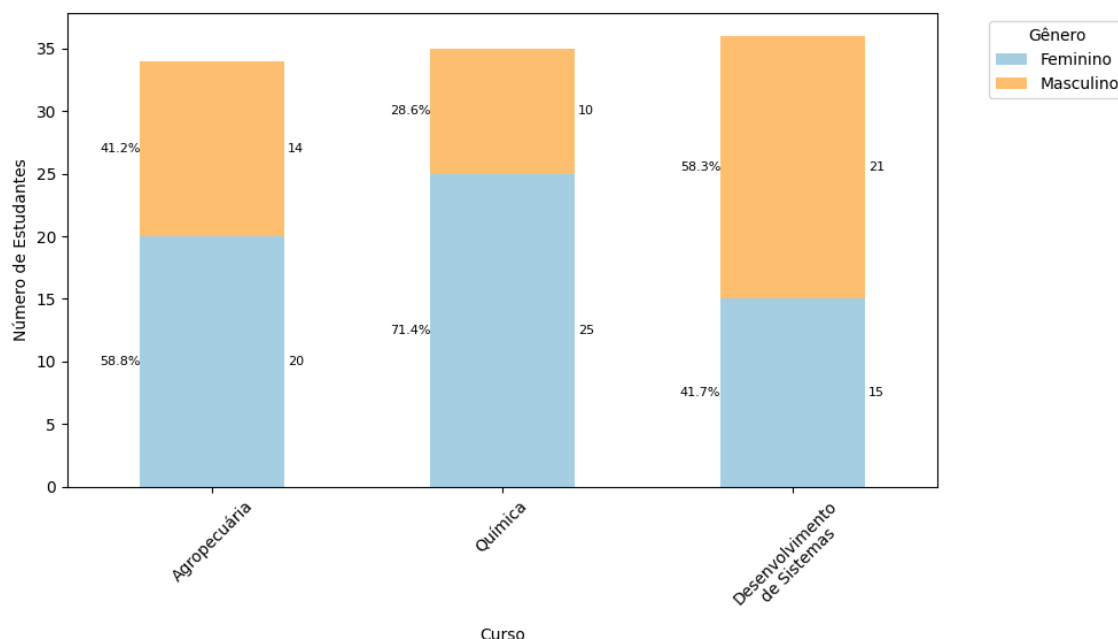
Fonte: elaboração própria

Conforme ilustra o Gráfico 2, apresentado abaixo, em relação ao gênero⁷ dos estudantes, notou-se uma maior presença de mulheres nos cursos de Agropecuária e Química, ao passo que, no curso de Desenvolvimento de Sistemas, a maioria dos estudantes são do sexo masculino. Apesar da diversidade na distribuição de sexo entre os cursos, é importante salientar que, mesmo nos cursos com maior participação feminina, menos da metade dos estudantes são mulheres, evidenciando uma representação feminina restrita.

Em relação ao curso de Desenvolvimento de Sistemas, essa predominância masculina espelha uma tendência histórica de menor presença feminina em profissões ligadas à tecnologia. Este dado demonstra a contínua exclusão das mulheres nesses campos, destacando os obstáculos que elas ainda encontram para entrar e se manter em cursos e carreiras tecnológicas. A falta de representatividade feminina pode estar relacionada a fatores históricos, culturais e sociais que afetam as preferências e decisões de carreira, além de possíveis obstáculos estruturais no meio acadêmico e profissional que inibem a participação feminina nesse setor (Santos, 2021).

⁷ Cabe destacar que a distribuição binária (masculino e feminino) se deve ao tipo de dado disponibilizado na base de dados.

Gráfico 2 – Gêneros dos estudantes



Fonte: elaboração própria

Assim, a avaliação dos dados indica a necessidade constante de fomentar ações que promovam a participação feminina em cursos tecnológicos, como o de Desenvolvimento de Sistemas, com o objetivo de diminuir essa desigualdade e estabelecer um ambiente mais justo em relação ao gênero.

No que diz respeito à etnia dos participantes, observou-se um número considerável de estudantes pardos e brancos em todos os cursos examinados. No entanto, é notável a quantidade significativa de estudantes que escolheram não declarar sua raça, com uma proporção notável nos três cursos. Esta subnotificação pode sinalizar a necessidade de maior conscientização e estímulo para que os estudantes autodeclarem a sua raça, a fim de assegurar uma avaliação mais acurada das políticas de inclusão.

Contudo, um aspecto crucial a ser abordado é a escassa quantidade de estudantes que se identificaram como pretos. Além da ausência de estudantes autodeclarados indígenas. Isso indica uma possível marginalização ou ausência de representatividade dos indivíduos negros e povos originários nos cursos técnicos examinados, algo que requer maior cuidado, pois a inclusão racial é um dos pilares das políticas públicas de permanência e democratização do acesso à educação.

A avaliação também indica que, embora os cursos de Agropecuária e Desenvolvimento de Sistemas apresentem uma distribuição mais equilibrada entre estudantes brancos e pardos, o de Química se sobressai pela predominância de estudantes brancos. Esta distribuição indica que

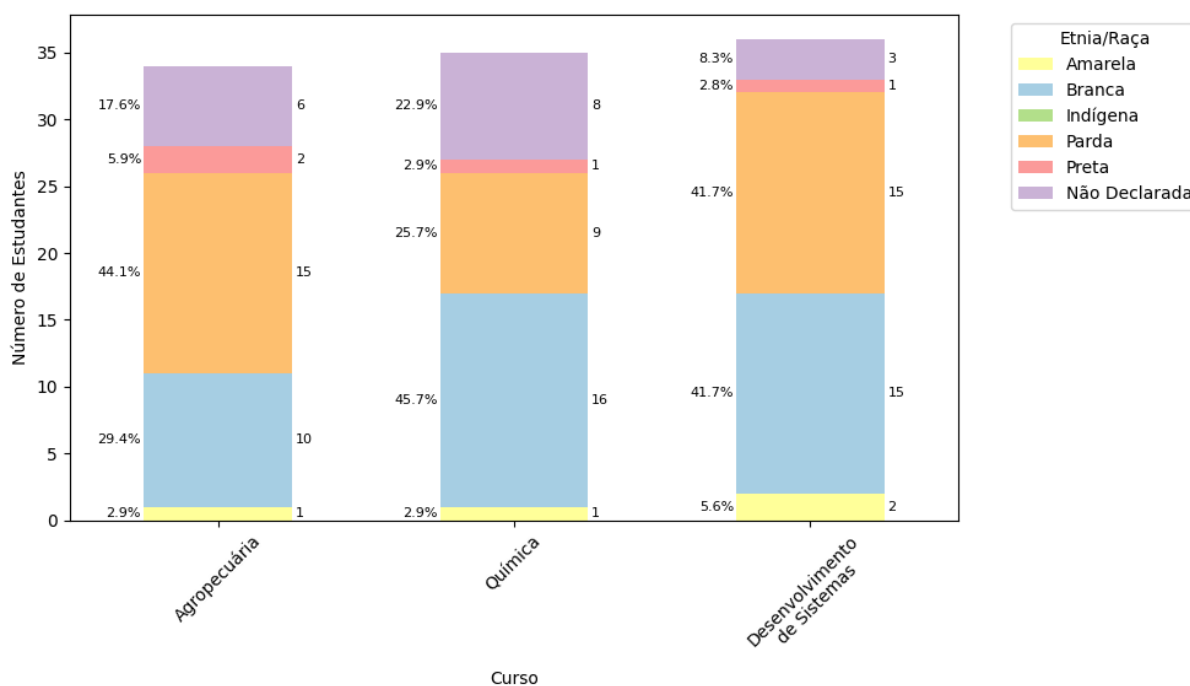
o perfil de cada curso pode atrair variados grupos étnico-raciais, o que pode ser resultado de elementos como acesso a recursos educacionais, interesse pelas áreas de conhecimento e obstáculos socioeconômicos.

Assim, a avaliação indica a necessidade de intensificar as políticas de inclusão racial, com ênfase particular na comunidade negra e na conscientização dos estudantes para a autodeclaração de sua raça, com o objetivo de um acompanhamento mais preciso das disparidades raciais no ingresso e na continuidade dos cursos técnicos.

Nesse bojo, Alves, Amorim e Souza (2021) conduziram um estudo apontando a questão do alto índice de estudantes que optam por não declarar sua raça, o que fragiliza as possibilidades de análises mais concretas, dificultando assim a implementação de políticas públicas direcionadas à questão em tela.

Os dados estão referentes à raça dos participantes são apresentados no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 – Etnia/Raça

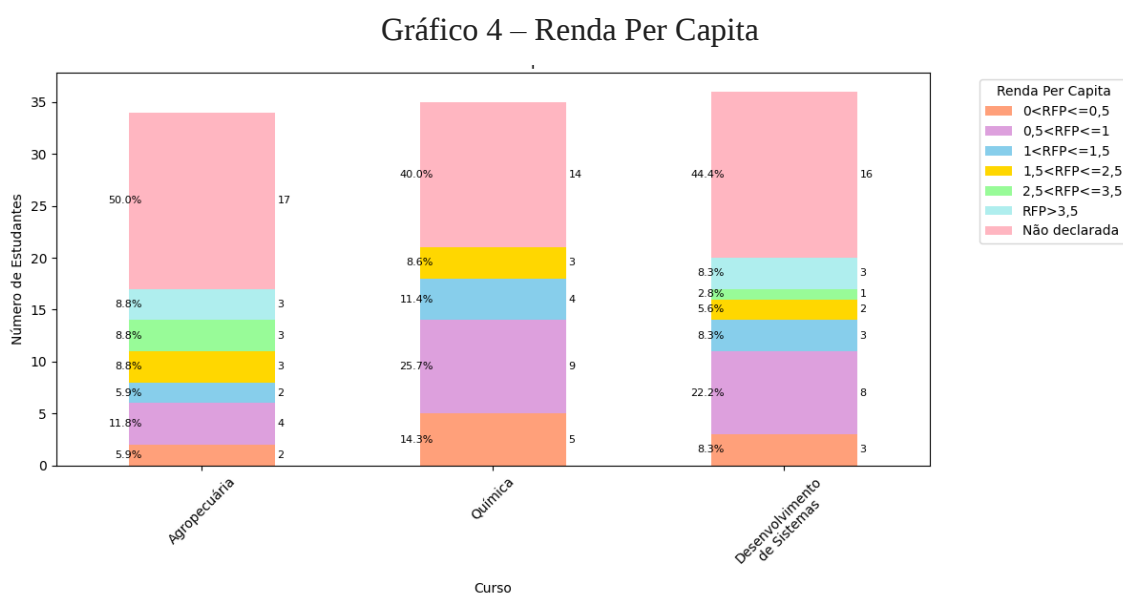


Fonte: elaboração própria

O perfil traçado dos participantes também revelou a distribuição dos estudantes em relação à renda familiar per capita. Observou-se que uma parcela considerável de estudantes em todos os cursos escolheu não informar sua renda per capita, o que pode restringir a avaliação integral deste indicador. Contudo, entre os estudantes que informaram sua renda, a média mais

frequente em todos os cursos é de 0,5 a 1 salário-mínimo per capita, indicando que um grande número dos estudantes vem de famílias de baixa renda.

As classes de renda mais elevada, com rendimentos acima de 2,5 salários-mínimos per capita, apresentam uma representação muito reduzida ou nula, evidenciando que a maior parte da população analisada se encontra em situações socioeconômicas vulneráveis. Esta informação parece indicar a importância de disponibilização de ofertas das PPPEs, incluindo apoio financeiro, transporte e alimentação, a fim de assegurar que os estudantes provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos consigam continuar seus estudos durante os três anos do EMI. Os dados referentes à distribuição de renda dos participantes são apresentados no Gráfico 4 abaixo:



Fonte: elaboração própria

Nesse mesmo sentido, *Morais et al.*, (2023) fornece uma análise significativa sobre o perfil socioeconômico de estudantes, revelando que 62,80% dos 200 participantes que compuseram a amostra de seu estudo possuem renda familiar de dois salários mínimos. Assim, a predominância de estudantes com renda familiar baixa no contexto dos IFs indica a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades sociais e econômicas no acesso à educação enfatizando a urgência em desenvolver estratégias para promover a inclusão educacional e consequentemente a redução da evasão escolar, especialmente entre aqueles que se encontram em situações socioeconômicas desfavoráveis.

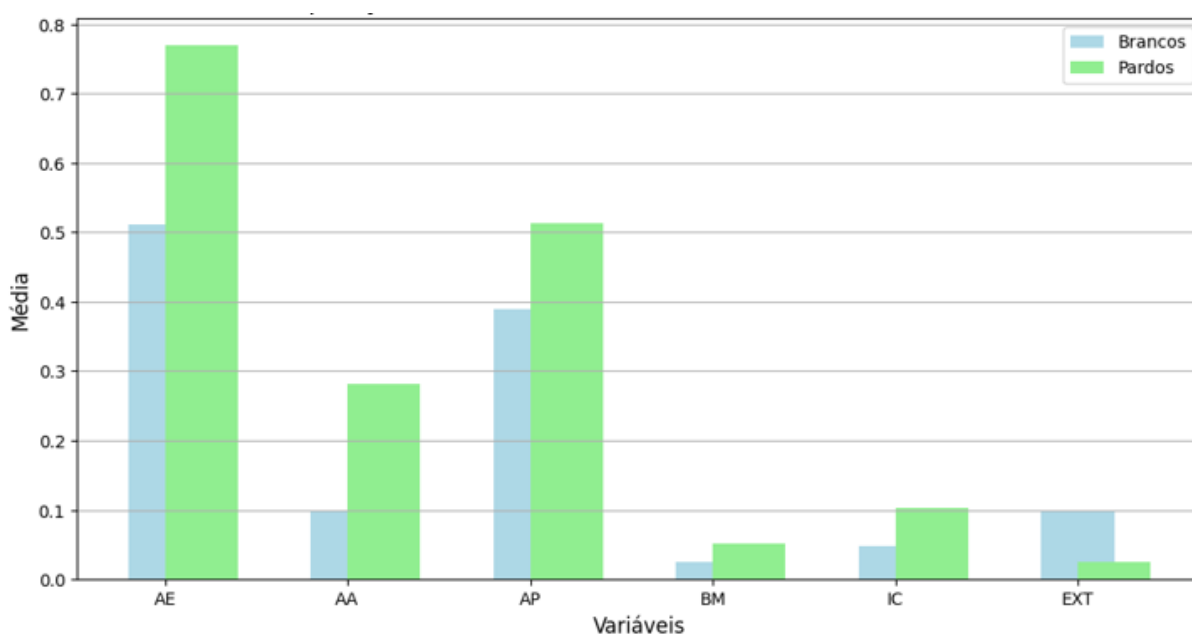
Ao comparar os dados referentes à raça e ao recebimento de PPPEs, a pesquisa revelou informações extremamente relevantes. A média de estudantes pardos que recebem algum tipo

de Auxílio Estudantil é quase o dobro da observada entre estudantes brancos ($M=2,18$ e $M=1,20$, respectivamente). Esse dado pode refletir a maior vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes pardos, que frequentemente necessitam de auxílios para garantir sua permanência nos estudos, evidenciando, assim, a importância das PPPEs no acesso e na continuidade da educação.

Essa tendência também se confirma nos indicadores de AA e AP, nos quais os estudantes pardos apresentam maior demanda por auxílios em comparação aos estudantes brancos. Por outro lado, para os auxílios que não dependem diretamente da condição socioeconômica, como BM, IC e EXT, observa-se uma redução nos índices de participação. Isso ocorre porque os critérios de elegibilidade para esses programas são distintos e não necessariamente priorizam estudantes em situação de vulnerabilidade financeira.

Os dados detalhados podem ser conferidos no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Comparação de Bolsas e Auxílios entre estudantes brancos e pardos



AE – Assistência Estudantil AA – Auxílio Alimentação AP – Auxílio Permanência BM – Bolsa Monitoria IC – Iniciação Científica EXT – Projetos de Extensão

Fonte: elaboração própria

Para entender o efeito das PPPs na diminuição da evasão escolar no *Campus* Iporá, conduziu-se uma avaliação dos IRAs e êxito nos cursos de Agropecuária, Química e Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas, bem como na distribuição de bolsas e no acesso às políticas de assistência estudantil. Os resultados podem ser visualizados na próxima seção, onde os

resultados são detalhados e comparados para uma compreensão mais aprofundada do efeito dessas políticas em cada curso.

4.2 A EVASÃO NO ÂMBITO DO IF GOIANO

Com base em informações obtidas na PNP, observa-se que a taxa geral de evasão escolar na Rede Federal em 2021 atingiu 5,9%. Ao restringir a análise à Região Centro-Oeste, o índice subiu para 8,4%, enquanto nas instituições federais localizadas em Goiás (IFG e IF Goiano), o percentual atingiu 7,3%. No IF Goiano, especificamente, a taxa de evasão foi de 9,4%, enquanto no *Campus* Iporá, objeto deste estudo, os índices de evasão atingiram 12,4%. Esses dados evidenciam um desafio considerável para as PPPEs em vigor, especialmente levando em conta o perfil socioeconômico dos estudantes e a necessidade de dedicação integral nos cursos disponibilizados.

Os dados analisados indicam que o índice de evasão no EMI tende a aumentar à medida que a análise se torna mais específica, partindo de uma perspectiva nacional para a região Centro-Oeste e, em particular, no IF Goiano e no *Campus* Iporá. A alta taxa de evasão observada no *Campus* Iporá pode estar relacionada ao período pandêmico, durante o qual a instituição ainda estava em fase de consolidação, ou à necessidade de PPPEs mais efetivas na instituição. Esses fatores sugerem que a evasão pode ser influenciada tanto por questões contextuais, como a pandemia, quanto por desafios institucionais, como a falta de suporte adequado aos estudantes.

A pesquisa buscou analisar a Taxa de Evasão (TEV) no âmbito do IF Goiano no ano de 2021, a fim de compreender as variações entre os diferentes *Campi* da instituição. Esse recorte temporal foi escolhido por representar os dados mais recentes disponíveis na PNP no momento da análise, garantindo uma visão atualizada sobre o comportamento da evasão nos *Campi* do IF Goiano. Além disso, a escolha de 2021 como referência permite uma análise comparativa entre os diferentes *Campi*, contribuindo para a identificação de fatores institucionais que podem influenciar a permanência dos estudantes.

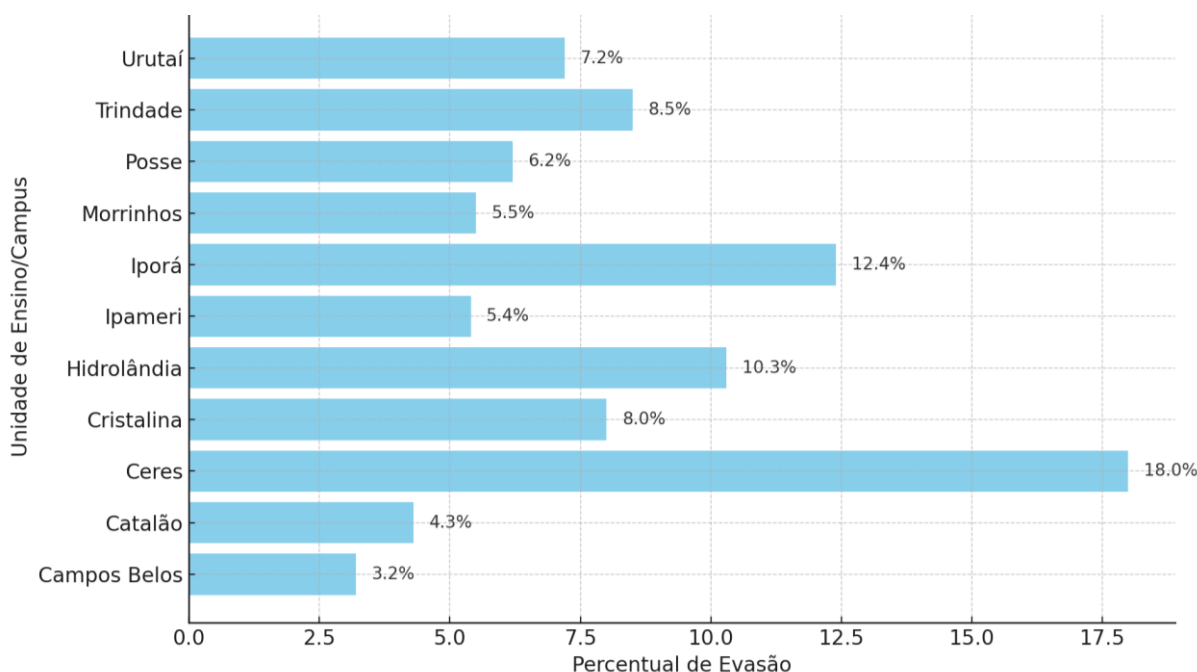
A análise comparativa evidencia que, no ano de 2021, os *Campi* com maior taxa de evasão, superior a 10%, foram Ceres (18%), Iporá (12,4%) e Hidrolândia (10,3%). Esses índices refletem, em grande parte, as peculiaridades de cada unidade. O *Campus* Ceres, por exemplo, está localizado em uma zona rural, mas conta com estrutura de alojamento e refeitório, o que pode favorecer a permanência dos estudantes. Já o *Campus* Iporá, por não possuir refeitório próprio, oferece marmitas como alternativa para os estudantes que dependem da alimentação

no *Campus*. No entanto, essa solução, aliada à limitação orçamentária do AA, que não contempla todos os estudantes, pode representar um fator relevante para a evasão, considerando que os estudantes permanecem em tempo integral na instituição e podem enfrentar dificuldades para se manterem no ambiente acadêmico.

A escolha de 2021 como referência para essa análise comparativa entre os *Campi* possibilita uma avaliação mais detalhada dos desafios institucionais e das condições que impactam a evasão, fornecendo subsídios para o aprimoramento das PPPEs e para a adoção de estratégias mais eficazes na retenção estudantil no IF Goiano.

Os *Campi* com TEV moderada, variando entre 5% e 10%, são Cristalina, Trindade, Urutaí, Posse, Ipameri e Morrinhos. Já os *Campi* com TEV baixa, inferior a 5%, são Catalão e Campos Belos. Essa distribuição indica que, no âmbito institucional, enquanto alguns *Campi* enfrentam desafios significativos em relação à evasão, outros conseguem manter índices mais controlados, possivelmente devido a políticas locais eficazes ou a características específicas dessas unidades. Os dados estão dispostos no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Percentual Geral de Evasão por Unidade de Ensino (*Campi*) do IF Goiano em 2021



Fonte: PNP/2024; Elaboração própria

Para Góis (2020), a evasão escolar é um problema cuja solução ainda parece distante, como evidenciam os índices crescentes de abandono e reprovação observados nas instituições de ensino. Essa afirmação corrobora a análise dos dados do presente estudo, que revelou que a

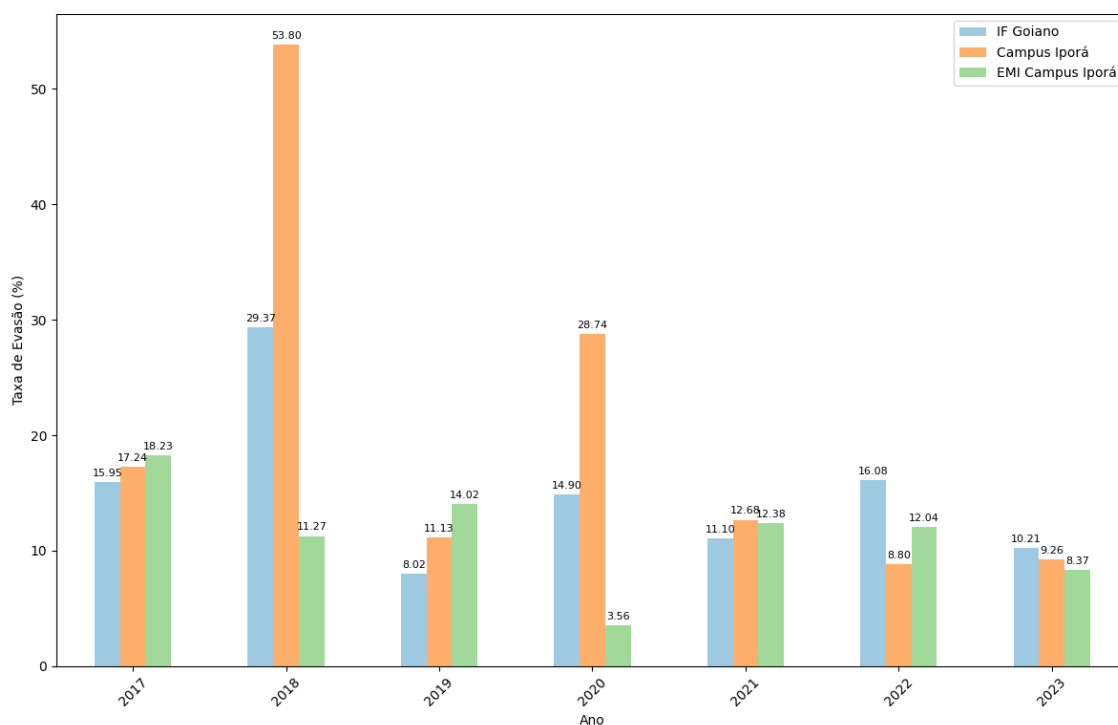
evasão é um problema mais crítico em alguns *Campi* do IF Goiano, como Ceres, Iporá e Hidrolândia, os quais apresentam percentuais superiores a 10%. Esses *Campi* podem demandar um foco maior em PPPEs, além de orientação e apoio direcionados aos estudantes, especialmente àqueles provenientes de contextos socioeconômicos mais vulneráveis.

A pesquisa também buscou analisar a TEV no âmbito do IF Goiano como um todo, no *Campus* Iporá e, de forma mais específica, entre os estudantes do EMI no período de 2017 a 2023. No início do período analisado, em 2017, a TEV no IF Goiano foi moderada, enquanto no *Campus* Iporá foi mais alta, semelhante à do EMI. Em 2018, a TEV no IF Goiano aumentou de forma acentuada, e o *Campus* Iporá também registrou um aumento significativo, atingindo um pico preocupante. Esse crescimento pode estar relacionado a fatores locais específicos, como o início da implantação do curso de Pedagogia na modalidade a distância, quando, de acordo com a Unidade de Registro Escolar, muitos estudantes se matricularam, mas não frequentaram as aulas. Paralelamente, a TEV no EMI caiu de forma significativa.

Em 2019, a TEV no IF Goiano caiu drasticamente, e no *Campus* Iporá também houve redução, enquanto no EMI houve um aumento. Já em 2020, a TEV no IF Goiano e no *Campus* Iporá teve um aumento, possivelmente devido à pandemia de COVID-19 e suas implicações. Contrariamente, a TEV no EMI do *Campus* Iporá teve uma redução significativa, provavelmente em decorrência de adaptações específicas feitas para o EMI durante o período pandêmico.

No ano de 2021, a TEV no IF Goiano mostrou sinais de recuperação pós-pandemia, enquanto no *Campus* Iporá caiu drasticamente. No EMI, houve um pequeno aumento na taxa de evasão, mas ainda em níveis baixos em comparação aos anos anteriores. Em 2022, a TEV no IF Goiano aumentou, enquanto no *Campus* Iporá caiu de maneira significativa. No EMI, a taxa permaneceu estável. Finalmente, em 2023, a TEV no IF Goiano caiu para o nível mais baixo do período analisado, no *Campus* Iporá permaneceu baixa, e no EMI do *Campus* Iporá houve uma leve queda. Esses dados podem ser conferidos no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Taxa de evasão no IF Goiano, no Campus Iporá e do EMI Campus Iporá



Fonte: elaboração própria

Segundo Rezende (2022), para minimizar os índices de evasão escolar nas instituições de ensino é fundamental promover e estabelecer condições que tornem o ambiente escolar mais atrativo, uma vez que, além da carga horária extensa, a falta de engajamento nos estudos e a ausência de um senso de pertencimento à escola são fatores que contribuem para o abandono escolar.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA REDUÇÃO DA EVASÃO NO CAMPUS IPORÁ

No que se refere à distribuição de AE no período estudado, foi possível verificar diferenças expressivas no quantitativo de bolsas concedidas entre os cursos envolvidos na pesquisa (Agropecuária, Química e Desenvolvimento de Sistemas) no recorte temporal de 2021 a 2023. O curso de Agropecuária destacou-se em relação aos demais, com 52 bolsas concedidas, seguido pelo curso de Química, com 23, e, por fim, pelo curso de Desenvolvimento de Sistemas, com 29 bolsas pagas no período analisado.

Ao analisar o número de estudantes que receberam AE, a pesquisa identificou que os estudantes do curso de Agropecuária foram os mais beneficiados, com 44 estudantes contemplados, seguidos pelos cursos de Química, com 22, e Desenvolvimento de Sistemas, com 17. Esses dados sugerem que os estudantes do curso de Agropecuária apresentam uma

maior demanda por suporte financeiro, possivelmente devido ao perfil socioeconômico dos estudantes ou às características específicas do curso.

Em relação aos tipos específicos de AE concedidos, observou-se que o AP foi o único benefício distribuído de forma igualitária entre os cursos de Química e Desenvolvimento de Sistemas, com 15 bolsas concedidas para cada um deles e 30 bolsas para o curso de Agropecuária.

Quanto ao AA, houve uma variação expressiva entre os cursos, sugerindo perfis socioeconômicos distintos entre os estudantes. Os estudantes de Química foram os que menos utilizaram esse benefício, com apenas 2 contemplados, enquanto os estudantes de Desenvolvimento de Sistemas com 8 estudantes contemplados e 18 contemplados do curso de Agropecuária receberam benefícios. Essa discrepância indica que os estudantes de Química podem ter menos necessidade desse auxílio, possivelmente devido a um perfil socioeconômico mais favorável. Além disso, é importante considerar que o benefício de AA teve início no *Campus* apenas no segundo semestre de 2023, o que pode ter limitado seu alcance.

No caso da Bolsa de Monitoria (BM), a concessão foi baixa para todos os cursos, sendo inexistente para os estudantes de Química e reduzida para os demais: Agropecuária e Desenvolvimento de Sistemas receberam 2 bolsas. A baixa adesão pode estar associada aos critérios de seleção, que exigem que o estudante já tenha atuado como monitor voluntário na disciplina em que pleiteia a bolsa, o que pode limitar o acesso a esse benefício.

Em relação à IC, os estudantes de Química se destacaram, recebendo 3 bolsas, enquanto os cursos de Agropecuária e Desenvolvimento de Sistemas com 2 e 1 respectivamente. Isso sugere um maior engajamento dos estudantes de Química com a pesquisa acadêmica. Já as bolsas de EXT também apresentaram variações, com Química e Desenvolvimento de Sistemas obtendo 3 bolsas cada, enquanto o curso de Agropecuária não recebeu nenhuma. Esse cenário indica um maior envolvimento dos estudantes desses cursos em atividades de extensão e projetos externos.

De modo geral, a pesquisa revela que os estudantes de Agropecuária são os que mais buscam os AEs, enquanto os de Química demonstram menor demanda por AA, mas estão mais envolvidos em IC e EXT. O curso de Desenvolvimento de Sistemas apresenta um perfil mais equilibrado, embora com um acesso reduzido aos AEs. Esses resultados apontam para a necessidade de revisar a distribuição de bolsas e auxílios, com ênfase em estimular a participação dos estudantes de Agropecuária em atividades de extensão, expandir as bolsas de IC para outros cursos e promover maior participação na BM, especialmente no curso de Química. Esses dados são fundamentais para o aprimoramento das PPPEs, assegurando uma

alocação mais equitativa e eficiente dos suportes. Os dados podem ser acompanhados no Quadro 7.

Quadro 7 - Distribuição de Auxílios por Curso

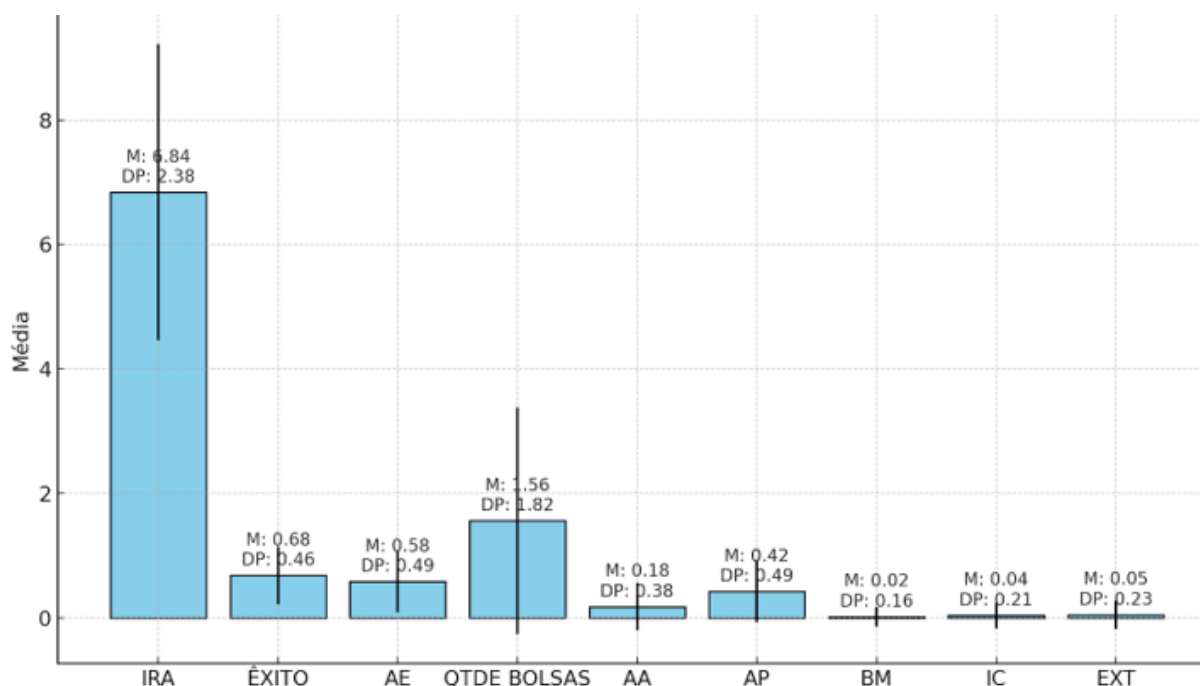
Curso	Bolsas Pagas (Total)	AE	AP	AA	BM	IC	EXT
Agropecuária	52	44	30	18	2	2	0
Química	23	22	15	2	0	3	3
Desenvolvimento de Sistemas	29	17	15	8	2	1	3

Auxílio Estudantil (AE) Auxílio Permanência (AP) Auxílio Alimentação (AA) Bolsa Monitoria (BM) Iniciação Científica (IC) Extensão (EXT)

Fonte: elaboração própria

Realizou-se uma análise descritiva das Médias (M) das variáveis analisadas, conforme ilustra o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Média e Desvio Padrão das Variáveis



IRA – Índice de Rendimento Acadêmico ÊXITO – Conclusão de Curso AE – Assistência Estudantil QTDE BOLSAS – Quantidade de Bolsas AA – Auxílio Alimentação AP – Auxílio Permanência BM – Bolsa Monitoria IC – Iniciação Científica EXT – Projetos de Extensão

Fonte: elaboração Própria

Conforme ilustra o Gráfico 9, o IRA dos estudantes analisados apresentou uma média (M) de 6,84, com um desvio padrão (DP) de 2,38, indicando uma variação considerável. Isso significa que, enquanto alguns estudantes tiveram notas mais altas, outros obtiveram desempenhos significativamente mais baixos.

Para a variável referente à quantidade de bolsas e/ou auxílios recebidos, a média foi de 1,56 bolsas por estudante, com um DP de 1,82. Essa grande variação indica que alguns estudantes receberam múltiplas bolsas, enquanto outros não foram contemplados. Já a variável de êxito acadêmico, ou seja, a conclusão do curso, apresentou uma média de 0,68, com DP de 0,46, o que demonstra uma taxa de conclusão positiva, com 68% dos 105 participantes finalizando seus cursos.

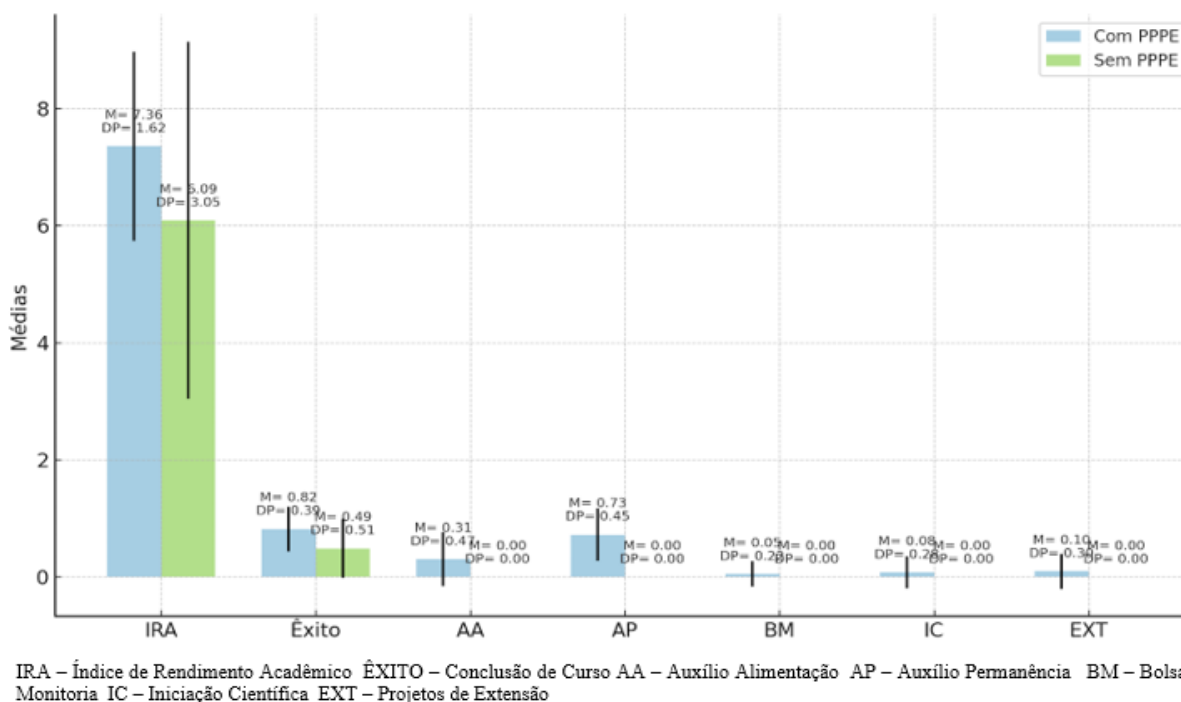
A análise dos auxílios e bolsas disponibilizados aos estudantes revelou que os AA e AP foram distribuídos de maneira relativamente uniforme, embora alguns estudantes tenham recebido mais assistência do que outros. O AA apresentou uma média de 0,18 e um DP de 0,38, indicando que apenas uma pequena parcela de estudantes recebeu esse benefício. Esse resultado pode ser justificado pelo fato de que o auxílio passou a ser disponibilizado no *Campus* apenas a partir do segundo semestre de 2023.

O AP, por sua vez, registrou uma média de 0,42 e um DP de 0,49, evidenciando uma dispersão significativa entre os estudantes beneficiados. Esse foi o auxílio com o maior número de contemplados, refletindo sua importância para a permanência acadêmica. No grupo analisado, 58% dos estudantes necessitaram de algum tipo de auxílio.

As BM, IC e EXT apresentaram médias baixas, indicando que poucos estudantes foram contemplados. A pequena variação nessas bolsas pode ser explicada por seus critérios de concessão mais restritivos, sendo a BM a bolsa com menor número de beneficiários ($M = 0,02$).

O estudo também examinou os dados dos 105 estudantes participantes, comparando o desempenho acadêmico entre dois grupos: um formado por 62 estudantes que receberam PPPEs e outro com 43 estudantes que não foram beneficiados. As variáveis analisadas incluíram IRA, êxito acadêmico, AA, AP, BM, IC e EXT, considerando tanto a média quanto a variação (DP) dos resultados em cada grupo. Os dados podem ser conferidos no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Comparação de Médias e Desvio Padrão por grupo



Fonte: elaboração Própria

Os estudantes que receberam PPPEs apresentaram um IRA médio de 7,36, enquanto os que não receberam tiveram um IRA médio de 6,09. O maior DP no grupo sem PPPEs (3,05 contra 1,62 no grupo com PPPEs) sugere uma performance acadêmica mais irregular. Em contrapartida, os estudantes que receberam os auxílios apresentaram resultados mais estáveis, o que indica que o suporte das PPPEs pode ter contribuído para uma maior regularidade no rendimento escolar.

A taxa de êxito acadêmico, ou seja, a conclusão do curso, foi maior entre os estudantes que receberam PPPEs ($M = 0,82$) em comparação aos que não receberam ($M = 0,49$). O DP mais elevado no grupo sem PPPEs (0,51 contra 0,39 no grupo beneficiado) indica uma maior variabilidade na taxa de conclusão, sugerindo que os estudantes contemplados pelos auxílios tiveram uma maior probabilidade de sucesso acadêmico.

Os auxílios financeiros, como o AA, destinados exclusivamente a estudantes de baixa renda, apresentaram uma média de 0,31 e um DP de 0,47, demonstrando a especificidade desse benefício. O AP, também voltado para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, teve uma média de 0,73 e um DP de 0,45, indicando que a maioria dos estudantes com PPPEs foi beneficiada. Esses achados reforçam a importância desses auxílios na manutenção dos estudantes na instituição, oferecendo suporte financeiro essencial para sua

permanência e conclusão dos estudos.

A BM teve uma frequência reduzida, com $M = 0,05$ e $DP = 0,22$, demonstrando um número limitado de concessões. Da mesma forma, a IC registrou uma média de 0,08 e um DP de 0,28, indicando que poucos estudantes foram beneficiados, possivelmente devido aos critérios específicos de elegibilidade. EXT também foi concedida a uma pequena parcela de estudantes, com $M = 0,10$ e $DP = 0,30$, evidenciando uma distribuição mais restrita.

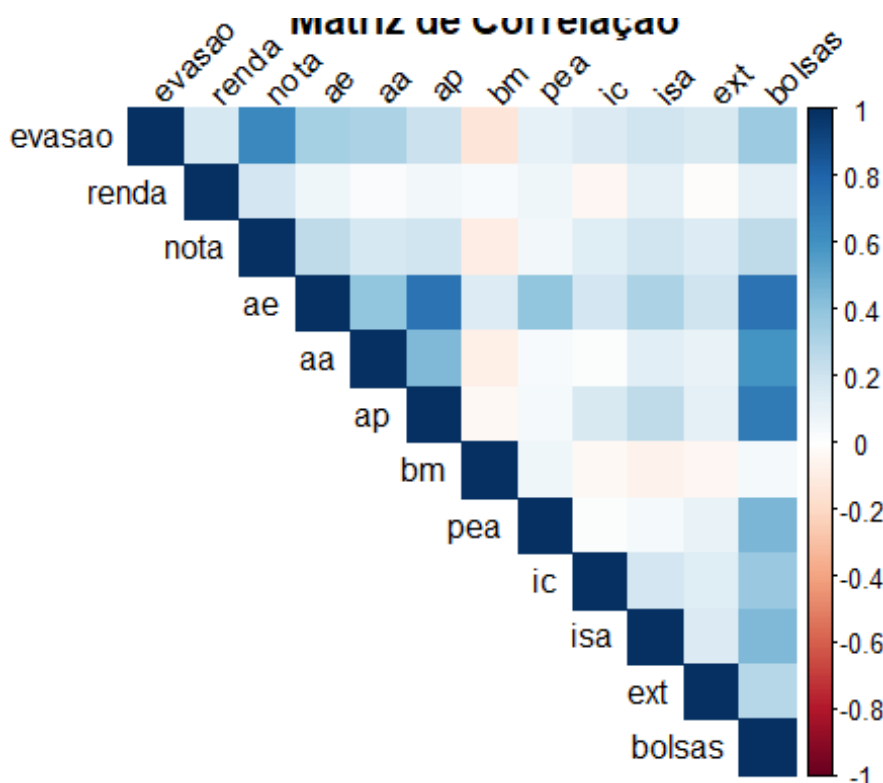
Em síntese, os dados sugerem que as PPPEs desempenham um papel fundamental no suporte aos estudantes, especialmente no que se refere à melhoria do desempenho acadêmico e à redução das dificuldades financeiras, por meio de auxílios como o AA e o AP. No entanto, bolsas como BM, IC e EXT são concedidas a um número mais restrito de estudantes devido à sua natureza mais específica. Esse cenário destaca a relevância dessas políticas para a permanência estudantil, mas também aponta para a necessidade de ampliar o acesso a algumas bolsas, garantindo que um maior número de estudantes seja beneficiado.

A pesquisa revelou dados importantes sobre o desempenho acadêmico e a necessidade de apoio aos estudantes durante sua permanência no IF Goiano – *Campus Iporá*. Em relação ao índice de conclusão dos participantes, observou-se que 68% dos estudantes que compuseram esta pesquisa finalizaram seus cursos. Em outras palavras, a maioria dos estudantes concluiu sua formação com sucesso dentro do ciclo de matrícula, refletindo um desempenho acadêmico positivo na instituição.

Além disso, observou-se que mais da metade dos participantes da pesquisa (58%) necessitou de algum tipo de AE durante seus estudos. Esse dado ressalta a importância das PPPEs na redução da evasão escolar e na garantia da conclusão dos cursos, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. A análise da distribuição das bolsas indicou que, em média, cada estudante recebeu 1,56 bolsas ao longo de sua trajetória acadêmica. Esse dado demonstra que um número significativo de estudantes contou com múltiplos tipos de apoio, evidenciando a relevância desses auxílios para a continuidade dos estudos.

Finalmente, o Gráfico 10 ilustra a Análise de Correlação de Pearson.

Gráfico 10 – Matriz de correlação



Nota: ae (assistência estudantil); aa (auxílio alimentação); ap (auxílio permanência); bm (bolsa de monitoria); pea (programa atleta); ic (iniciação científica); isa (intercâmbio sociocultural); ext (extensão).

Fonte: Software R

De maneira geral, conforme ilustra o gráfico acima, a concessão de qualquer tipo de bolsa no âmbito das PPPEs apresentou correlação moderada com a evasão ($r = 0,34$), demonstrando que esses auxílios estão associados à redução da desistência escolar. Entre os diferentes tipos de bolsas, as bolsas de AA e AP mostraram correlações mais significativas com a evasão ($r = 0,32$ e $r = 0,21$, respectivamente). Esse resultado pode ser atribuído ao fato de que esses auxílios são voltados diretamente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os quais devem comprovar baixa renda para acessá-los. Dessa forma, esses auxílios se tornam essenciais para garantir a permanência dos estudantes, que muitas vezes dependem desse suporte para cobrir necessidades básicas, como alimentação e transporte. Assim, o impacto desses auxílios na redução da evasão tende a ser mais significativo, evidenciando o papel decisivo das PPPEs no combate à evasão escolar.

Por outro lado, as bolsas de IC, EXT e BM apresentaram correlação negativa com a evasão. Esses resultados podem ser explicados pela especificidade dos auxílios, uma vez que os requisitos e critérios de elegibilidade para participação nos programas variam e podem

restringir o número de estudantes beneficiados. No caso da IC, por exemplo, o estudante deve demonstrar interesse e aptidão para a pesquisa, além de dedicar 10 horas semanais à atividade. Para as bolsas de EXT, é necessário ter um projeto de extensão aprovado pela instituição e disponibilidade de 10 ou 20 horas semanais para se dedicar ao projeto. Já a BM é concedida com base no desempenho acadêmico destacado em determinada disciplina, o que pode influenciar sua relação com a evasão.

4.4 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA REDUÇÃO DA EVASÃO POR CURSO

Esta pesquisa encontrou resultados significativos baseados nos índices de M e DP dos cursos examinados, indicando algumas diferenças e similaridades significativas entre os cursos de Agropecuária, Química e Desenvolvimento de Sistemas. Em relação ao IRA, o curso de Química se sobressaiu com a média mais alta (7.36), mesmo com um desvio-padrão relativamente elevado (2.01), sinalizando uma maior variabilidade no rendimento dos estudantes. A média do curso de Agropecuária foi de 6.84, com um desvio padrão de 1.68, indicando um rendimento mais uniforme. Por outro lado, o curso de Desenvolvimento de Sistemas apresentou a menor média de IRA (6.34), porém apresentou o maior desvio-padrão (3.13), demonstrando uma ampla variação no desempenho dos estudantes.

No que diz respeito à taxa de êxito, o curso de Química obteve a maior média (0.77), enquanto os cursos de Agropecuária (0.64) e Desenvolvimento de Sistemas (0.63) tiveram médias bastante similares. A pequena variação entre os cursos indica que a maioria dos estudantes apresenta um rendimento similar em termos de sucesso acadêmico, apesar de a Química se destacar. Em relação à AE, as médias dos cursos de Agropecuária (0.64) e Química (0.62) foram bastante similares, sugerindo que uma parcela significativa dos estudantes dessas áreas recebeu algum tipo de auxílio financeiro. Por outro lado, o curso de Desenvolvimento de Sistemas exibiu uma média inferior (0.47), indicando que menos estudantes desse curso se beneficiam de políticas de assistência.

Ao considerar o número de bolsas disponíveis, o curso de Agropecuária se sobressai com a média mais alta (1.71), seguido por Química (1.57) e Desenvolvimento de Sistemas (1.42). Contudo, o alto desvio-padrão para todos os cursos sugere que a distribuição de bolsas é bastante desequilibrada, com alguns estudantes recebendo mais do que outros.

No que diz respeito aos auxílios específicos, o AA foi mais comum nos cursos de Agropecuária (0.26) e Desenvolvimento de Sistemas (0.22), ao passo que no curso de Química

esse auxílio foi praticamente inexistente (0.05). Por outro lado, o AP apresentou uma distribuição relativamente equilibrada entre os três cursos, com médias oscilando entre 0.40 e 0.44, evidenciando uma distribuição mais homogênea deste tipo de assistência.

Finalmente, em relação à BM, IC e EXT, os achados indicaram que a participação dos estudantes nesses programas é bastante reduzida em todos os cursos, com destaque para o curso de Química, que apresentou uma média um pouco superior em IC (0.08).

Em geral, o curso de Química demonstrou o melhor rendimento acadêmico, com a maior taxa de rendimento e êxito. Contudo, a Agropecuária se destacou na concessão de bolsas e suporte estudantil. O curso de Desenvolvimento de Sistemas se sobressaiu pela ampla variação no rendimento dos seus estudantes, indicando uma maior desigualdade entre estudantes de alto e baixo rendimento.

A pesquisa demonstra que os estudantes do curso de Química têm um perfil distinto em comparação com os demais cursos examinados. A maior parte dos estudantes deste curso é identificada como branca e de provenientes de escolas privadas, características que se destacam em relação aos perfis dos estudantes dos cursos de Agropecuária e Desenvolvimento de Sistemas. Ademais, os estudantes de Química apresentam um IRA mais alto do que os de outros cursos, com uma média de 7.36, o que indica um alto rendimento acadêmico.

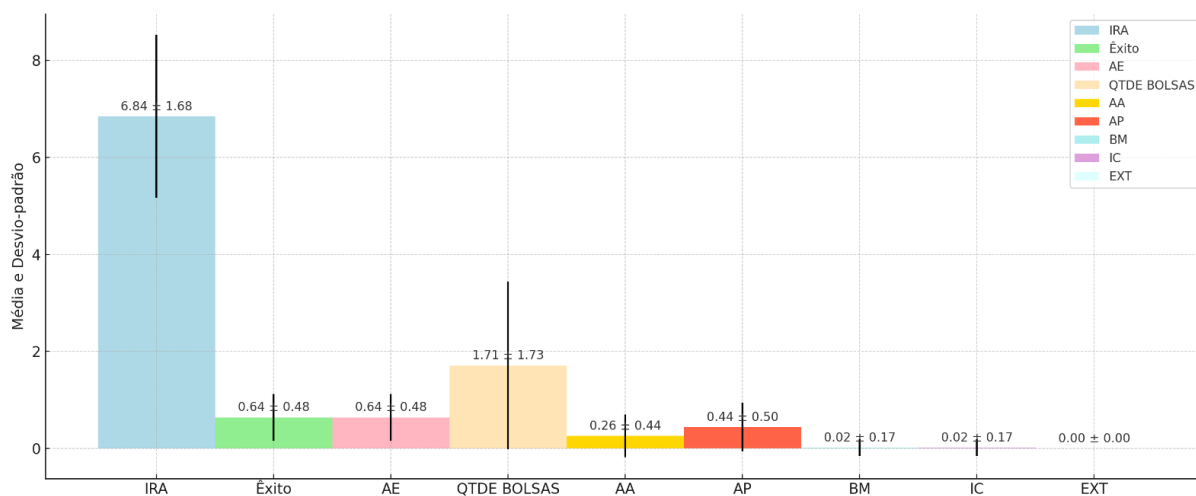
Outro ponto importante é a menor necessidade de apoio estudantil entre os estudantes de Química. Embora os estudantes dos outros cursos dependam mais de políticas de auxílio, como o AP e o AA, os estudantes de Química demonstram uma menor demanda por auxílio financeiro. Isso pode estar ligado ao fato de que muitos provêm de famílias com maior capacidade financeira, conforme evidenciado pela predominância de estudantes de escolas privadas.

Este perfil indica que os estudantes de Química têm uma base acadêmica e socioeconômica mais robusta, o que resulta em um melhor desempenho acadêmico e uma menor dependência das PPPs implementadas no *Campus* Iporá.

Estes achados podem sugerir a necessidade de políticas mais focadas para balancear o suporte entre os cursos, particularmente no que diz respeito à distribuição de bolsas e auxílios.

Os dados podem ser mais bem visualizados nos Gráficos 11, 12 e 13.

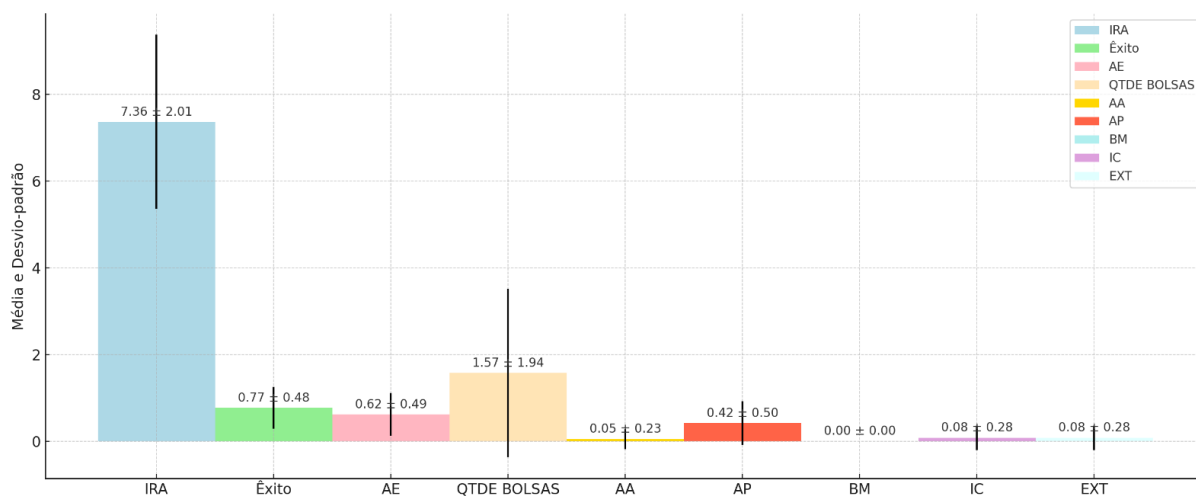
Gráfico 11 - Análise por Curso de EMI do Campus Iporá - Agropecuária



IRA – Índice de Rendimento Acadêmico ÊXITO – Conclusão de Curso AE – Assistência Estudantil QTDE BOLSAS – Quantidade de Bolsas
 AA – Auxílio Alimentação AP – Auxílio Permanência I BM – Bolsa Monitoria IC – Iniciação Científica EXT – Projetos de Extensão

Fonte: elaboração Própria

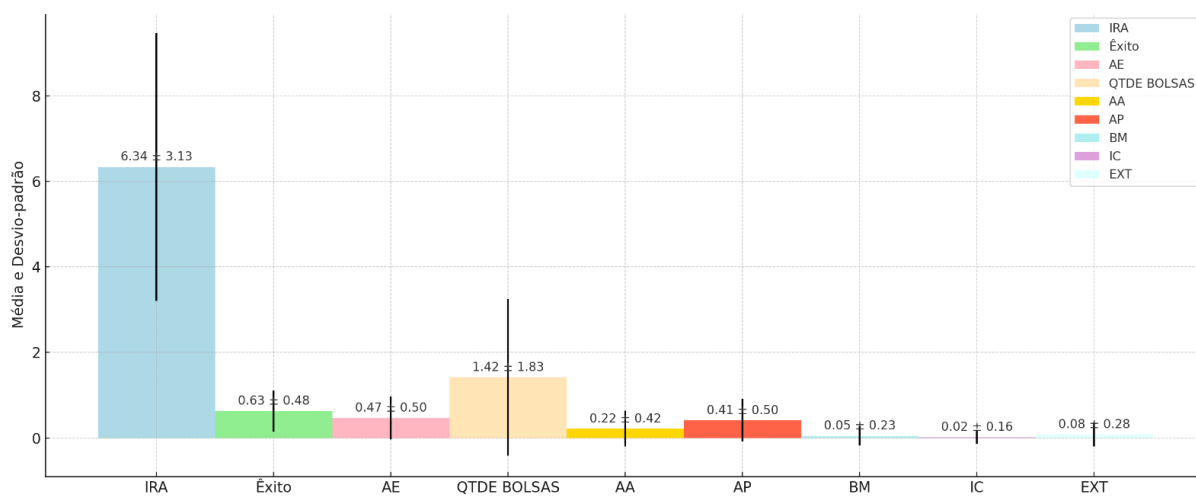
Gráfico 12 - Análise por Curso de EMI do Campus Iporá - Química



IRA – Índice de Rendimento Acadêmico ÊXITO – Conclusão de Curso AE – Assistência Estudantil QTDE BOLSAS – Quantidade de Bolsas
 AA – Auxílio Alimentação AP – Auxílio Permanência I BM – Bolsa Monitoria IC – Iniciação Científica EXT – Projetos de Extensão

Fonte: elaboração Própria

Gráfico 13 - Análise por Curso de EMI do Campus Iporá - Desenvolvimento de Sistemas



IRA – Índice de Rendimento Acadêmico ÊXITO – Conclusão de Curso AE – Assistência Estudantil QTDE BOLSAS – Quantidade de Bolsas
 AA – Auxílio Alimentação AP – Auxílio Permanência I BM – Bolsa Monitoria IC – Iniciação Científica EXT – Projetos de Extensão

Fonte:elaboração Própria

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O ProfEPT é um programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, reconhecido pela CAPES, que oferece um mestrado profissional em rede nacional. Seu objetivo é combinar a produção de conhecimento com o desenvolvimento de produtos educacionais aplicáveis para a comunidade escolar, além das dissertações e artigos derivados dos projetos de pesquisa. O programa destaca-se por sua abordagem prática e teórica, contribuindo para a qualificação de profissionais e o aprimoramento da EPT no país.

De acordo com o Regulamento Geral do Programa, o trabalho de conclusão de curso a ser defendido deverá contemplar um Produto Educacional, com aplicabilidade imediata, além do relatório de pesquisa na forma de dissertação (Brasil, 2018). O Produto Educacional proposto é um Guia de Orientação aos Estudantes, intitulado "Fique por dentro: tudo sobre as Políticas Públicas de Permanência Estudantil (PPPEs) do IF Goiano - *Campus* Iporá" (Apêndice B).

O objetivo do Guia foi fornecer orientações aos estudantes do IF Goiano - *Campus* Iporá sobre as PPPEs oferecidas pela instituição. Nele, os estudantes encontrarão informações essenciais para entender e aproveitar ao máximo as bolsas, auxílios e benefícios disponíveis, facilitando sua integração à vida acadêmica. O Guia visa detalhar como essas políticas funcionam, quais são os critérios para participação e como se candidatar, garantindo que os estudantes possam acessar e utilizar todos os recursos que a instituição oferece para apoiar seu sucesso acadêmico.

O Guia conta com uma representação visual que combina elementos gráficos, ícones, ilustrações e textos, de forma a apresentar o conteúdo de maneira visualmente impactante e será validado pela Banca Examinadora da Dissertação no ato da defesa da dissertação. Quanto à disseminação e apresentação, o Guia será disponibilizado no *Campus* por meio das mídias sociais institucionais, encaminhamentos via e-mail, apresentações em eventos institucionais e participação em conferências, simpósios, workshops e eventos acadêmicos, com o objetivo de disseminar as informações para o maior número possível de estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo examinar a eficácia das PPPEs na redução da evasão nos cursos Técnicos Integrados em Agropecuária, Química e Desenvolvimento de Sistemas do IF Goiano – *Campus* Iporá, considerando a trajetória dos estudantes que ingressaram em 2021 até o ano de 2023. O estudo buscou compreender de que forma essas políticas têm contribuído para manter os estudantes na instituição, observando tanto aspectos acadêmicos quanto socioeconômicos que influenciam diretamente essa permanência.

Para isso, foram traçados objetivos específicos: (i) descrever o perfil dos estudantes do EMI do IF Goiano - *Campus* Iporá; (ii) analisar os índices de evasão no IF Goiano; (iii) comparar as taxas de evasão entre estudantes que receberam alguma PPPEs e aqueles que não receberam; (iv) verificar a associação entre a concessão de PPPEs e a redução da evasão escolar; e (v) elaborar um guia orientativo sobre o acesso às PPPEs ofertadas no IF Goiano - *Campus* Iporá.

A metodologia adotada foi de natureza quantitativa, com abordagem causal-correlacional, utilizando dados extraídos do SUAP, da PNP e do TG. A amostra foi composta por 105 estudantes matriculados em 2021 nos cursos mencionados. As análises estatísticas, realizadas com o software R, consideraram variáveis como IRA, recebimento de auxílios financeiros e taxas de evasão.

Os resultados apontaram que as PPPEs são fundamentais para reduzir a evasão escolar, principalmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Aqueles que receberam algum tipo de AE, como o AA ou o AP, demonstraram maior engajamento, melhores desempenhos acadêmicos e, conseqüentemente, uma menor taxa de evasão. Esses achados corroboram estudos anteriores (Falco; Oliveira, 2021; Medeiros, 2020) e reforçam que a assistência estudantil vai muito além do apoio financeiro: ela representa uma ponte para a continuidade dos estudos desses jovens.

Outro ponto importante observado foi que estudantes com perfil socioeconômico mais fragilizado, quando assistidos pelas PPPEs, conseguiram superar com mais facilidade os obstáculos que muitas vezes levam à evasão escolar. Isso evidencia a importância de fortalecer e ampliar esses auxílios, garantindo não só mais vagas, mas também uma maior diversificação de apoios, adaptados às necessidades reais dos estudantes.

Além disso, o estudo trouxe à tona a necessidade de ações integradas para manter os estudantes na escola. O envolvimento da família nesse processo é essencial, ela é o primeiro espaço de apoio emocional e muitas vezes decisivo na continuidade dos estudos. Campanhas

de sensibilização e atividades que fortaleçam os vínculos entre escola, estudante e família podem contribuir significativamente para a permanência escolar.

Outro aspecto que merece destaque é a subnotificação de dados importantes, como a autodeclaração de raça/cor e renda per capita. A ausência dessas informações compromete parte das análises, dificultando a compreensão mais aprofundada sobre os impactos das PPPEs em diferentes grupos sociais. É fundamental que os estudantes sejam orientados e sensibilizados sobre a importância de declarar corretamente esses dados. Isso permite não só diagnósticos mais precisos, como também políticas mais justas e eficazes.

Diante dessas limitações, propõe-se que futuras pesquisas e ações institucionais adotem estratégias para qualificar a base de dados, como: campanhas de sensibilização, integração de abordagens qualitativas, e ampliação dos estudos para outros *Campi* da Rede Federal. A comparação entre estudantes autodeclarados e os que não informam esses dados também pode revelar padrões relevantes e contribuir para o aprimoramento das PPPEs.

Portanto, este estudo confirma que as PPPEs não apenas reduzem a evasão, mas também promovem o sucesso acadêmico e a inclusão social. A ampliação do acesso aos auxílios e a melhoria na comunicação institucional sobre os benefícios disponíveis são caminhos promissores para garantir uma educação mais equitativa e de qualidade.

Como fruto prático da pesquisa, foi desenvolvido o guia orientativo intitulado: "Fique por dentro: tudo sobre as Políticas Públicas de Permanência Estudantil do IF Goiano – *Campus Iporá*", que visa facilitar o acesso dos estudantes às informações sobre os programas de apoio disponíveis, tornando o processo mais transparente, acessível e eficaz.

Por fim, espera-se que esta pesquisa inspire a formulação de estratégias mais robustas e sensíveis à realidade dos estudantes, fortalecendo o papel das PPPEs como um verdadeiro instrumento de transformação social. Mais do que reduzir números de evasão, trata-se de garantir que cada estudante tenha a oportunidade de permanecer, pertencer e concluir sua formação com dignidade e esperança no futuro.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, KR; ALVES, SC.; MATOS, R.P. Evasão escolar em cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal: Levantamento de fatores motivacionais e propostas de intervenção. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 6, pág. e12510615630, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15630. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15630>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ALVES, Maria Railma; AMORIM, Mônica Maria Teixeira; SOUZA, Aneuzimira Caldeira. Classificação racial no censo escolar da educação básica e o problema da “não declaração”. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, v. 5, n. 12, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/18662>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BARBOSA, R. F. **Evasão e reprovação no ensino médio integrado do CEFET- MG campus Leopoldina**: uma proposta de manual para a comissão de permanência e êxito. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Rio Pomba, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7893708. Acesso em: 03 de out. de 2024.

BETTONI, Vanessa. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**: um estudo e caso no Instituto Federal Catarinense – *Campus Videira*. 2021. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11026678.

BRANCO, E. P. *et al.* Evasão Escolar: Desafios Para Permanência dos Estudantes na Educação Básica. **Revista Contemporânea de Educação**, v.15, n.34, p.133-155, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/352011627>. Acesso em: 17 de jul. 2023.

BRANDÃO, Carlos R. **Casa de escola**: cultura camponesa e educação rural. Campinas: Papirus, 1983.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos**

maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>.

BRASIL. **Regulamento geral 2023:** [Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)]. 2017. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012. **Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.** Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/dadosabertos/arquivos-raiz/in04_2012.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 10 janeiro de 2025.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São. Paulo: Cortez, 2005.

COSTA, J. B. da.; BORGES, A. P. F. Evasão escolar no curso de Eletrotécnica do Ensino Médio Integrado do IF Sertão Pernambucano. **Revista Semiárido De Visu, [S. l.]**, v. 7, n. 3, p. 366–379, 2019. DOI: 10.31416/rsdv.v7i3.85. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/85>. Acesso em: 29 jan. 2025.

COUTINHO, Antônio Marcos Pacheco. **A exclusão escolar de estudantes dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados no Ifsul/Campus Camaquã: motivos da reprovação e da evasão.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – *Câmpus* Charqueadas) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Charqueadas 2019. 63 p. Charqueadas, 2023. 319 p. Disponível em: https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=13959944. Acesso em: 20 set. 2024.

DORIGUETTO, G. N. S.; BARBOSA, L. da F. A assistência estudantil no ensino médio integrado: uma análise sobre a evasão no curso técnico em agropecuária do IF Sudeste MG - *Campus* Rio Pomba. **Educação, [S. l.]**, v. 48, n. 1, p. e125/1–17, 2023. DOI: 10.5902/1984644468714. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/68714>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FALCO, Beatriz Simonaio Birelli; OLIVEIRA, Isabel Cristina das Chagas. A política de assistência estudantil e seu impacto na permanência dos estudantes. **Cadernos Cajuína, [S. l.]**, v. 6, n. 3, p. 176–190, 2021. DOI: 10.52641/cadcaj.v6i3.500. Disponível em: <https://old.cadernoscajuina.pro.br/index.php/cadcajuina/article/view/500>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FERREIRA, Júlia Angélica de Oliveira Athaíde. **Criação de um painel de controle para prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.** 2021. 133 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Educação Profissional e

Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, Manaus, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/665>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GARCIA, Fernanda Corrêa. **Fatores da (não) permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Tubarão na voz de estudantes concluintes e evadidos**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Florianópolis, 2020. 103 p. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1537>. Acesso em 20 jun. 2024.

GÓIS, Luana Santana. **A repercussão do programa de assistência e apoio aos estudantes na evasão escolar do Instituto Federal da Bahia - Campus Porto Seguro**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Bahia, *Campus Salvador*) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Salvador, 2020. 154 p. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/profep/pdf/dissertacoes/turma1/dissertacao-luana-santana-gois.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

GONTIJO, S. B. F. *et al.* Permanência estudantil no ensino médio integrado. **Rev. Nova Paideia**. Brasília-DF. v. 1 n. 1 p. 51-72 - jan./jun. ano 2019. Doi: 10.36732/RIEP.V1I1.16.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. In: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HANUSHEK, Eric. A.; LAVY, Victor; HITOMI, Kohtaro. Do students care about school quality? Determinants of dropout Behavior in developing countries. **NBER Working Paper Series**, n. 12737, Cambridge, 2006. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w12737/w12737.pdf.

KOSTRYCKI, Xana Machado; URBANETZ, Sandra Terezinha. Más allá del acceso: la política de cuotas y el abandono escolar en el Instituto Federal do Paraná, *Campus Paranaguá*. **Paradigma**, Maracay, v. 44, n. 1, p. 90–115, 2023. DOI: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023. p90-115.id1196. Disponível em: <https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1196>. Acesso em: 30 jan. 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 1997, n.04, p.77-95. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n04/n04a07.pdf>. Acesso em 25 nov. 2024.

LINS, P. G.; ARAÚJO F. O. de. Fatores causadores da evasão escolar na educação profissional de uma Instituição Federal. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, 3.ed., v.13, p.19-47, mar. 2021. ISSN: 2448-0959. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/56nstitui/56nstituição-federal. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/instituicao-federal>. Acesso em 7 de maio de 2022.

LOPES, Shirley Raquel Frazão. **Assistência estudantil como instrumento de permanência na EPT**: um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal do Piauí, *Campus Parnaíba*, Parnaíba-PI, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11315229.

MARTINS, João Paulo Lira. **Política de Assistência estudantil no ensino médio integrado**: análise sob a ótica dos alunos dos cursos de agropecuária do IFPI – *Campus Oeiras*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus Salgueiro*, Salgueiro-PE, 167f., 2020.

MEDEIROS, Sidineya Aires de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica**: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - *Campus Morrinhos*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano, *Campus Morrinhos*) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Ceres, 2020. 135 p. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1417>. Acesso em: 2 set. 2024. Acesso em: 20 set. 2023.

MELO, Alessandro de; PEPLINSKI, Emanuely. Reflexões sobre a Evasão Escolar no Ensino Médio a partir do olhar de educadores: um estudo de caso. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 26, p. 236–256, 2021. DOI: 10.29148/labor.v1i26.71828. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/71828>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MIRANDA, Jakelinne Lopes de Sousa. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência e êxito escolar**: percepções dos estudantes do ensino médio integrado. 2022. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Mossoró-RN, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11905668.

MORAES, Alessandro dos Santos; MELO, Alessandro Franco; CYPRIANO, Carlos Alex Cantuária; ALMEIDA, Jéssica Silva; RIOS, Jocelma Almeida; ALMEIDA, Maria da Conceição Silva. A colaboração da política de assistência estudantil na perspectiva do ensino médio integrado como travessia rumo à formação humana integral. **Educação Profissional e Tecnológica**, v. 3, n. 2, 2019. ISSN 2594-4827. Disponível em: <file:///C:/Users/2702133/Downloads/malverdi,+37+Moraes,+Melo,+Cypriano,+Almeida,+Rios,+Almeida.pdf>.

MORAES, Gustavo Henrique *et al.* **Plataforma Nilo Peçanha**: guia de referência metodológica. Brasília, DF: Editora Evobiz, 2018.

MORAIS, Leucivaldo Carneiro. Perfil socioeconômico e evasão escolar dos estudantes de ensino médio profissionalizante do IFMS *Campus Naviraí*: um estudo de caso. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 3603–3624, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n4-

033. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1321>. Acesso em: 3 fev. 2025.

MOURA, D.H. (Org.). **Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/881/EDUCACAO%20PROFISSIONAL%20-%20Dante%20-%20miolo%20-%20ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10/11/2023.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**, v. 2, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 19 de julho de 2022.

NETO DE OLIVEIRA, M. C.; LOPES de Lima, J. F. As políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: tipologias e implicações. **Epistemologia e Práxis Educativa - EPEduc**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2022. DOI: 10.26694/epeduc.v5i2.2993. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/2993>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NUNES, André Marcos de Sousa. **Indicadores de equidade e de trajetórias da educação profissional e tecnológica**: monitoramento dos índices de acesso e de evasão no Ensino Médio Integrado do IFNMG – *Campus Araçuaí*. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Norte de Minas Gerais – *Campus Montes Claros*) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Montes Claros-MG, 2021. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/dissertacoes-e-produtos-educacionais-profept>.

OLIVEIRA, Flávia Alves de Castro. **Evasão escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano, *Campus Ceres*) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Ceres, 2019. 146 p. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/580>. Acesso em 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. **Revista Eixo**, v. 10 n. 1, 2021: DOI: <https://doi.org/10.19123/eixo.v10i1.809>. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/809>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

OLIVEIRA, J. D. de.; COUTINHO, R. X. Políticas de assistência estudantil e a permanência escolar em um Instituto Federal. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. e414111234786, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34786. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34786>. Acesso em: 2 set. 2024.

PACHECO, E. M. (org). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo/Brasília: **Fundação Santillana/Moderna**, 2011. 122p. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. In: Seminário Sobre Ensino Médio, 2008. Secretaria de Educação do Pará. 08-09-05-2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrad

o5.pdf. Acesso em: 28 de julho de /2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adica-daeduca%c3%a7%c3%a3o-profissional.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

RAUBER, Daniela Thomas. **Descomplicando para incluir:** um estudo sobre o programa de auxílios estudantis do Instituto Federal Catarinense. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, *Campus Blumenau*), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Salvador, 2021. 115 p. Disponível em: <https://profept.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/54/2023/09/DISSERTACAO-DANIELA-THOMAS-RAUBER-PDF-A.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

REZENDE, Sarah Elayne de Freitas. **Fatores de evasão escolar nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano, *Campus Ceres*) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Ceres, 2022. 131 p. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3358>. Acesso em: 20 set. 2023

ROSALES, Graziela Fagundes. **Evasão e permanência em Educação Profissional e Tecnológica:** um estudo a partir dos Cursos Técnicos Integrados do Ifsul *Câmpus Camaquã*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – *Câmpus Charquedas*) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Charquedas 2019. 63 p. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7837322. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTOS, Érika Moreira; NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. Ensino Médio Integrado: concepções e princípios. **Anais...** Editora Realize. Conedu - VII Congresso Nacional de Educação, 2018.

SANTOS, Sylvana Karla S. L.. Análise da Participação de Meninas e Mulheres no Ensino Médio em Informática do Instituto Federal de Brasília. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 15., 2021, Evento Online. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 270-274. ISSN 2763-8626. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2021.15864>. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/wit/article/view/15864?utm_source=chatgpt.com. Acesso e; 03 jan. 2025.

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI Elisabete. Org. Políticas Públicas; Coletânea. In: SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública.** Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>. Acesso em 10/10/2023.

SILVA, Alyne Campelo da; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Docentes não licenciados que atuam na educação profissional: relação entre formação, saberes e práticas. In: COLÓQUIO NACIONAL, 4; COLÓQUIO INTERNACIONAL, 1., 2017. Natal. **Anais [...]**. Natal, RN, 2017.

SILVA, Francisco *et al.* Evasão escolar como desafio contemporâneo à Escola de Ensino Médio Luiz Girão, em Maranguape-CE. **Research, Society and Development**. 8, 2019. e43881251. 10.33448/rsd-v8i8.1251. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662199043/560662199043.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SILVA, Jeane de Lima; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. A Voz da Evasão Escolar: um estudo de caso no *Campus* avançado Manacapuru. **Revista Labor**, [S. l.], v. 2, n. 26, p. 275–297, 2021. DOI: 10.29148/labor.v2i26.72008. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/labor/article/view/72008>. Acesso em: 2 set. 2024.

SILVA. Et al 2020. Políticas públicas no combate à evasão e abandono escolar na educação básica brasileira: uma revisão de literatura. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v14i53.2925>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOARES, Priscila da Silva. **Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: contribuições para uma identidade para além dos auxílios financeiros**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Rio Branco, 2022. 109 p. Disponível em: <https://repositorio.ifac.edu.br/jspui/handle/123456789/59>. Acesso em 30 nov. 2024.

VASCONCELOS, Gibran Medeiros Chaves de; SILVA, João Carlos Sedraz; SILVA, Augusto Santana Palma; SILVA, Eliene; MACÊDO, Vanderlan Feitosa de. Integralização curricular: Uma análise de dados dos indicadores de permanência e êxito de estudantes de graduação de uma instituição pública de ensino. **Id on Line Rev. Psic.**, Fevereiro/2023, vol. 17, n. 65, p. 47-61.

APÊNDICE A – ESTADO DA ARTE

Título/ Autor e Ano	Objetivos principais	Método	Resultados obtidos
A colaboração da Política de Assistência Estudantil na perspectiva do Ensino Médio Integrado como travessia rumo à formação humana integral (Moraes <i>et al.</i> , 2019)	Investigar em que medida a Política de Assistência Estudantil e Permanência colabora com o ensino médio integrado para a travessia rumo a formação humana integral.	Qualitativa, bibliográfica e documental.	A assistência estudantil é essencial para a permanência dos estudantes, mas enfrenta desafios como burocracia, recursos insuficientes, e dificuldade de integração entre as ações pedagógicas e sociais.
Evasão e Reprovação no Ensino Médio Integrado do CEFET-MG – <i>Campus Leopoldina</i> : Uma proposta de Guia para a Comissão de Permanência e Êxito (Barbosa, 2019)	Analisar as causas da evasão e estabelecer estratégias de ação para atuar frente ao problema	Pesquisa-ação, mista com entrevistas e análise documental.	A pesquisa apontou como algumas causas da evasão e reprovação: falta de apoio da escola, de base educacional e de motivação para os estudos; utilização de redes sociais e jogos; carga horária elevada e sobrecarga de atividades e foi proposto intervenções a fim de reduzir tais índices
Evasão escolar no curso de Eletrotécnica do Ensino Médio Integrado do IF Sertão Pernambucano (Costa; Borges, 2019)	Compreender as causas da evasão escolar no curso de Eletrotécnica do Ensino Médio Integrado ofertado pelo IF Sertão Pernambucano - <i>Campus Petrolina</i> .	Qualitativo com entrevistas com estudantes e ex-estudantes e análise documental.	Os principais fatores de evasão identificados foram a falta de identificação e adaptação ao curso, desmotivação pelos professores, e fatores socioeconômicos e familiares.
Evasão escolar como desafio contemporâneo à Escola de Ensino Médio Luiz Girão em Maranguape-CE (Silva <i>et al.</i> 2019)	Conhecer algumas das causas que contribuíram para o abandono escolar e consequente evasão de um determinado número de estudantes da 1ª série do Ensino Médio	Estudo de caso com abordagem mista, questionários e entrevistas.	As causas da evasão escolar identificadas no estudo incluem fatores externos ao ambiente escolar, como questões de emprego, trabalho, renda e saúde.
Evasão Escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: Um Estudo de Caso no Instituto Federal Goiano – <i>Campus Ceres</i> (Oliveira, 2019)	Analisar as causas determinantes para a evasão escolar no Curso Técnico em Informática Subsequente/Concomitante do IF Goiano – <i>Campus Ceres</i> na modalidade presencial e no período noturno	Pesquisa mista, bibliográfica, documental, pesquisa de campo e questionário semiestruturado.	A maioria dos estudantes evadidos pertence a classes menos favorecidas economicamente, vive do próprio trabalho, vem de escolas públicas e contribui para o sustento familiar e como principal fator a dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

Evasão e permanência em Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo a partir dos cursos técnicos integrados do IFSUL - <i>Campus Camaquã</i> (Rosales, 2019)	Discutir os fatores que influenciam a decisão dos estudantes sobre sua permanência nos cursos do Ensino Médio Integrado.	Estudo de caso qualitativo utilizando questionários e entrevistas.	Os resultados revelam que o ensino Médio Integrado pode contribuir com a superação da dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e educação profissional; os motivos de abandono e ou evasão são complexos e envolvem fatores pessoais como falta de interesse, necessidade de trabalhar, falta de identificação com o curso, bem como fatores institucionais como metodologias utilizadas pelos docentes.
Fatores da (Não) Permanência e Êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – <i>Campus Tubarão</i> na voz de estudantes concluintes e evadidos (Garcia, 2020)	Investigar sobre as principais causas da evasão e retenção escolar e os fatores que mais contribuem para a permanência e êxito nos cursos técnicos da Rede da Educação Profissional e Tecnológica.	Pesquisa qualitativa com estudo de caso, incluindo entrevistas com estudantes concluintes e evadidos.	A pesquisa apontou que o sentimento de pertencimento e o foco dos cursos nas demandas do mundo do trabalho da região na qual os estudantes estão inseridos são os principais fatores para assegurar a permanência e o êxito
Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo de caso no Instituto Federal Goiano – <i>Campus Morrinhos</i> (Medeiros, 2020)	Identificar como a Política de Assistência Estudantil (PAE) é ofertada nos cursos técnicos de nível médio do IF Goiano <i>Campus - Morrinhos</i> e quais são as possíveis implicações do desenvolvimento de tal política no processo de permanência e êxito dos discentes dos referidos cursos.	Qualitativa com Estudo de caso com análise documental, questionários e entrevistas.	Verificou-se que a maioria dos estudantes não conhece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
A repercussão do Programa de Assistência e apoio aos estudantes na evasão escolar do Instituto Federal da Bahia - <i>Campus Porto Seguro</i> (Góis, 2020)	Investigar se o suporte do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), por meio da concessão de bolsas e auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é fator determinante para a permanência dos estudantes na instituição.	Pesquisa mista, com estudo de caso e observação participativa	Os resultados indicam que as ações do PAAE estão associadas a menores índices de evasão escolar e, portanto, e se mostrado como uma relevante ferramenta na promoção e efetivação da permanência escolar; o <i>Campus</i> tem insuficiência de recursos humanos para operacionalizar o programa, espaço físico inadequado, ausência de um sistema informatizado e possui alcance limitado devido, à escassez dos recursos financeiros disponibilizados.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): Um estudo de caso no Instituto Federal Catarinense - <i>Campus Videira</i> (Bettoni, 2021)	Investigar a percepção do estudante da educação profissional técnica de nível médio do Instituto Federal Catarinense (IFC) <i>Campus Videira</i> contemplado pelo PNAES, no ano de 2019 para a sua permanência e êxito.	Pesquisa mista com entrevistas e questionários com estudantes beneficiados.	Os resultados dessa pesquisa permitem concluir que o PAE contribuiu de forma significativa para sua permanência e êxito acadêmico, sendo que para muitos ele foi fator decisivo na qualidade do ensino.
Assistência estudantil como instrumento de permanência na EPT: Um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE) (Lopes, 2021)	Analisar como o acesso aos programas, serviços e ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI pode contribuir para a qualidade na permanência dos estudantes	Pesquisa mista com análise documental, entrevistas com estudantes e aplicação de questionários.	Evidenciou-se a importância dos programas, serviços e ações previstos na POLAE para a permanência escolar com qualidade dos estudantes do IFPI. Entretanto, o conhecimento ainda insuficiente e equivocado sobre a POLAE por parte dos estudantes, revelando a necessidade de ampliar as formas de divulgação.
A Política de Assistência Estudantil e seu Impacto na Permanência dos Estudantes (Falco; Oliveira, 2021)	Apresentar uma reflexão sobre as políticas de democratização de ensino e sua atuação na permanência e êxito dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo <i>Campus Capivari</i>	Abordagem quantitativa	Os resultados obtidos mostraram que a política de assistência estudantil é um programa decisivo para a permanência dos estudantes garantindo necessidades básicas e auxiliando nos estudos e desenvolvimento de suas potencialidades
Guia orientativo enquanto ferramenta para auxiliar estudantes na compreensão dos editais de assistência estudantil do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (Silva, 2021)	Analisar a seleção da assistência estudantil por meio do estudo de editais desenvolvidos pelo IFMS, visando entender qual é a dificuldade para o acesso aos programas de assistência estudantil ofertados pela instituição.	Abordagem qualitativa, de natureza aplicada e de caráter descritivo, bibliográfico e documental.	Observou-se que a maior parte dos estudantes não acessam políticas públicas por incompreensão dos editais, o que leva a não inserção de toda a documentação exigida pelos editais.
Políticas públicas no combate à evasão e abandono escolar na educação básica brasileira: uma revisão de literatura (Silva et al., 2020)	Estudar as políticas públicas educacionais direcionadas ao enfrentamento da evasão e abandono escolar na educação básica brasileira.	Pesquisa bibliométrica e documental, revisão de literatura na base de dados Periódicos Capes.	Foi possível averiguar os diferentes motivos que levam os estudantes a evadirem ou abandonarem a escola e conhecer algumas políticas públicas educacionais voltadas para reduzir as dificuldades encontradas pelos estudantes para sua permanência na escola

A Voz da Evasão Escolar: um estudo de caso no <i>Campus</i> avançado Manacapuru (Silva; Azevedo, 2021)	Identificar quais fatores têm levado à evasão escolar dos estudantes da modalidade subsequente do <i>Campus</i> Avançado Manacapuru.	Estudo de caso com entrevistas e análise documental.	Os resultados da pesquisa apontaram como principais fatores para a evasão: a sensação de desânimo com o curso; dificuldades financeiras por não possuir ocupação profissional; afastamento por saúde e novo emprego; insegurança e dificuldades pessoais. Aponta que as políticas de Assistência estudantil como fator essencial para permanência dos estudantes.
Evasão Escolar: Desafios para Permanência dos Estudantes na educação básica (Branco <i>et al.</i> , 2021)	Explorar os desafios enfrentados pelos estudantes na educação básica, focando na evasão escolar.	Pesquisa qualitativa com entrevistas e análise documental.	A análise permitiu evidenciar como os índices se elevam conforme o avanço dos níveis de ensino, a descontinuidade e as lacunas na organização educacional, a falta de compreensão e organização pedagógica, os problemas sociais e a exigência econômica sobre os jovens.
Evasão e permanência nos cursos técnicos integrados ao ensino médio: Um estudo no IFMG <i>Campus</i> Ribeirão das Neves (Alvaréz, 2021)	Analisar quais fatores influenciam a trajetória escolar dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFMG <i>Campus</i> Ribeirão das Neves	Pesquisa mista, questionários, entrevistas e análise documental.	Os fatores individuais decisivos na condição de evasão e permanência foram: adaptação à vida acadêmica, encanto ou motivação com a escolha do curso e fatores internos à instituição de ensino foram: questões didáticas pedagógicas, existência de programas institucionais, e como fator externo a conjuntura econômica e social.
Criação de um painel de controle para prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ferreira, 2021)	Desenvolver um painel de controle para a prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.	Método Científico-Tecnológico (MC-T), combinando etapas de desenvolvimento científico com a geração de produtos tecnológicos.	As principais causas da evasão escolar no IFAM: vulnerabilidade social, distância de moradia, gravidez, carga horária de aulas, falta de identidade com o curso, inassiduidade, apatia, problemas familiares e defasagem no aprendizado.

Indicadores de equidade e de trajetórias da Educação Profissional e Tecnológica: Monitoramento dos índices de acesso e de evasão no ensino médio integrado do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí (Nunes, 2021)	Investigar os indicadores de acesso e de evasão dos estudantes do ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí e suas relações com variáveis categóricas de gênero, modalidade de acesso, vida escolar pregressa, auxílio financeiro estudantil e local de residência.	Estudo documental e bibliográfico partir de levantamentos, fichamentos, ordenação e aplicação de testes estatísticos sobre os dados	Os resultados apontaram que estudantes do sexo masculino, cotistas e aqueles que não foram contemplados com auxílio financeiro apresentam maior probabilidade de evadir da escola, bem como estudantes pretos, amarelos e indígenas; oriundos de escolas públicas e aqueles que tiveram uma vida escolar entre escola pública e privada e estudantes que residem fora do município de Araçuaí.
Reflexão sobre a evasão escolar no ensino médio a partir do olhar de educadores: Um estudo de caso (Melo; Peplinski, 2021)	Discutir o conceito e reflexões da evasão escolar no ensino médio público na educação e prática escolar	Qualitativa com estudo de caso, análise de literatura e questionários	Os discursos desenvolvidos sobre a evasão são diversos e refletem as ideologias que atravessam a escola, também foi possível perceber os avanços em relação às políticas públicas para a juventude que precisam ser discutidas para garantir o acesso e permanência de todos os estudantes à escola
Assistência estudantil e seu papel na permanência e êxito escolar: percepções dos estudantes do ensino médio integrado (Miranda, 2022)	Analisar as percepções dos estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI), atendidos pela Política de Assistência Estudantil (POLAE) do IFPI/ <i>Campus</i> Floriano, quanto aos contributos da política em sua permanência e êxito escolar	Qualitativa com questionários semiestruturados e análise documental	Os educandos compreendem a POLAE como uma política pública voltada ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que contribui na permanência estudantil e no êxito escolar, através do atendimento de suas necessidades básicas e educacionais, de ações que promovem a motivação e o estímulo para os estudos e por meio da acolhida, da integração e melhoria no desenvolvimento acadêmico.
Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: Contribuições para uma Identidade para Além dos Auxílios Financeiros (Soares, 2022)	Contribuir com uma identidade de Assistência Estudantil para além dos auxílios financeiros no Instituto Federal do Acre	Descritiva e exploratória, natureza aplicada e abordagem qualitativa com pesquisa-ação	Concluiu-se que a assistência estudantil precisa ser ampliada para incluir aspectos educacionais e culturais, fortalecendo a identidade institucional.

Políticas de assistência estudantil e a permanência escolar em um Instituto Federal (Oliveira; Coutinho, 2022)	Investigar a importância das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado (EMI) em um Instituto Federal.	Pesquisa mista com aplicação de questionários e análise documental das políticas institucionais.	Conclui-se que as políticas de assistência estudantil impactam positivamente para a permanência dos estudantes, não somente pela disponibilização de recursos financeiros, mas também por oferecer ações que contemplem todas as dimensões dos sujeitos, permitindo que possam se desenvolver plenamente.
Fatores de evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio (Rezende, 2022)	Investigar os fatores determinantes para a evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no Brasil.	Quantitativa e Revisão Sistemática de Literatura	Com relação aos resultados, eles mostram um risco maior de evasão para estudantes do gênero masculino, para estudantes negros, de faixa etária mais elevada, com menor renda, cursos com carga horária mais elevadas.
MÁS ALLÁ DEL ACCESO: La política de cuotas y el abandono escolar en el Instituto Federal de Paraná - <i>Campus</i> Paranaguá (Kostrycki; Urbanetz, 2023)	Investigar as principais causas do abandono escolar dos estudantes atendidos pela política de cotas nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná IFPR - <i>Campus</i> Paranaguá	Estudo de caso com análise documental e entrevistas.	A política de cotas teve um impacto positivo no acesso, mas o abandono escolar ainda é um desafio significativo.
A assistência estudantil no ensino médio integrado: uma análise sobre a evasão no curso técnico em agropecuária do IF Sudeste MG - <i>Campus</i> Rio Pomba (Doriguetto; Barbosa, 2023)	Analisar a evasão no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio no IF Sudeste MG - <i>Campus</i> Rio Pomba, com foco no Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica.	Qualitativa, bibliográfica e documental.	Como resultados desta pesquisa, tem-se um percentual (19,75%) pequeno de estudantes que evadiram e foram atendidos pelo programa de assistência estudantil, se comparado ao total de evadidos no período estudado; outras causas para sua saída da instituição (desinteresse pelo curso, jubilamento e a saudade da família). Os resultados mostram que a política de assistência estudantil do referido <i>Campus</i> vem cumprindo seu papel, que é minimizar os índices de evasão e contribuir com melhores condições de permanência escolar.

A exclusão escolar de estudantes dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados no IFSUL/<i>Campus</i> Camaquã: Motivos da reprovação e da evasão (Coutinho, 2023)	Auxiliar a instituição escolar a identificar rapidamente os estudantes dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados com maior probabilidade de encontrar eventuais dificuldades em suas trajetórias acadêmicas as quais podem levá-los à situação de exclusão escolar e também desenvolver, junto a eles, ações com foco na redução da exclusão escolar	Pesquisa mista, questionários, entrevistas e análise documental.	A realização do estudo possibilitou construir, um aplicativo de análise de dados a fim de auxiliar a instituição na identificação dos estudantes dos primeiros anos maior probabilidade de encontrar eventuais dificuldades que possam levá-los à situação de exclusão escolar e também desenvolver, junto a eles, ações com foco na redução da exclusão escolar
--	---	---	---

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL

O documento completo será anexado em arquivo separado.



FIQUE POR DENTRO:

Tudo sobre as Políticas Públicas de Permanência Estudantil (PPPE) do IF Goiano - Campus Iporá





INSTITUTO FEDERAL
Goiano



**Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica em
Rede Nacional (ProfEPT)**

**Instituto Federal Goiano
Campus Ceres**

Produto Educacional:

**FIQUE POR DENTRO: Tudo sobre as Políticas Públicas
de Permanência Estudantil (PPPE) do IF Goiano -
Campus Iporá.**

Organizadores:

**Claudete Madalena Valadão
Rhanya Rafaella Rodrigues
Denise Dias
Láyza Ferreira Lopes**



Ceres-GO
2025



Apresentação



Este Guia, intitulado "FIQUE POR DENTRO: Tudo sobre as Políticas Públicas de Permanência Estudantil (PPPE) do IF Goiano - Campus Iporá", foi desenvolvido como desdobramento da pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), ofertado pelo Campus Ceres do Instituto Federal Goiano, na linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", intitulada: "SEGURANDO AS MÃOS QUE ESCAPAM: O papel das Políticas Públicas de Permanência Estudantil na redução da evasão no Ensino Médio Integrado"

O objetivo deste guia é fornecer informações práticas e objetivas sobre as PPPE ofertadas pelo Campus Iporá, a fim de orientar os estudantes na obtenção de auxílios financeiros e acesso aos Programas de Auxílio Estudantil.





Sumário



Auxílio Permanência	09
Auxílio Alimentação	10
Pé de Meia	19
Bolsa Monitoria	24
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)	30
Apoio a Projeto de Arte e Cultura	37
Referências	45



Sobre a Instituição

O Campus Iporá do IF Goiano tem sua sede situada à Avenida Oeste nº 350, Parque União. O Campus foi criado pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, mas iniciou suas atividades em fevereiro de 2010. Seu objetivo principal é apoiar os arranjos produtivos locais e da microrregião, que ainda apresenta indicadores de desenvolvimento econômico e social inferiores a outras regiões do estado (PDI, 2024-2028).

Atualmente, o Campus oferece uma ampla variedade de cursos, desde o nível médio/técnico à pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Essa diversidade busca atender às necessidades dos estudantes, adotando como estratégia educacional a verticalização do ensino, permitindo a continuidade e progressão acadêmica dentro da mesma instituição.



O IF Goiano Campus Iporá



Fonte: Arquivo do Campus (2025)

Página 6 de 47

Programas Nacionais de Auxílios Assistenciais (PNAEs)

O PNAE, criado pela Lei nº 11.947/2009 e atualizados pela Lei nº 14.914/2024, tem como propósito assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes em instituições federais de educação superior e profissional em nível técnico, com ênfase nos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Seus principais objetivos são ampliar o acesso à educação pública, combater desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão, além de fomentar o desempenho acadêmico e a inclusão social.



Auxílios Assistenciais do PNAE disponibilizados pelo Campus Iporá

- **Auxílio Permanência**
- **Auxílio Alimentação**



Auxílio Permanência

É um repasse financeiro mensal destinado aos estudantes selecionados por meio de Edital específico publicado no início de cada ano letivo e que estejam em situação de vulnerabilidade biopsicossocial e econômica, tendo como principal objetivo auxiliar para a permanência e a conclusão do curso do estudante, na perspectiva de contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.



Auxílio Alimentação

Como o Campus ainda não conta com um restaurante estudantil, o Auxílio Alimentação é um benefício destinado aos estudantes selecionados por meio de Edital específico publicado no início de cada ano letivo e que esteja em situação de vulnerabilidade biopsicossocial e econômica.

Esse auxílio compreende a distribuição de cinco refeições semanais na forma de marmitas aos estudantes beneficiários, visando garantir uma alimentação saudável, bem como contribuir com a permanência e conclusão do curso que eles estão matriculados.



Modalidades de seleção dos beneficiários

- Por ordem de classificação socioeconômica de renda, sendo essa uma forma de organizar e atender os indivíduos de acordo com o grau de necessidade, sempre respeitando critérios previamente estabelecidos.
- Pelo Auxílio Emergencial, que configura o atendimento de situações pontuais de estudantes que no decorrer do período letivo estejam passando por situação de vulnerabilidade biopsicossocial e econômica. Essa análise é feita por uma comissão específica do Campus.



Requisitos

São requisitos para o recebimento dos Auxílios Permanência e Alimentação:

- Estar regularmente matriculado em curso presencial de qualquer nível/ modalidade do Campus Iporá e com frequência regular de no mínimo 75%;
- Possuir renda familiar per capita bruta de até 01 (um) salário mínimo;
- Não possuir qualquer vínculo empregatício com o IF Goiano durante a vigência do auxílio assistencial;

Renda per capita = Somatória da renda total de todos os membros da família dividida pelo número de pessoas da família.



Critérios socioeconômicos

Para o recebimento dos Auxílios Permanência e Alimentação, são analisados os seguintes critérios:

**01**

Estudantes que possuem renda per capita igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo.

Prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica.

estudantes

**02****03**

Prioritariamente matriculados por reserva de vagas (cotas)

Passo a passo

**01**

Acesse o site e leia o Edital e seus anexos.

Obtenha sua declaração de matrícula e frequência na Secretaria/Registro Escolar ou pelo sistema online SUAP.

02**03**

Preencha o Questionário Biopsicossocial e Econômico.





Documentação necessária

A documentação necessária para concorrer aos Auxílios são:

- Formulário de inscrição preenchido e assinado;
- Questionário biopsicossocial e econômico;
- Anexos preenchidos e assinados;
- Comprovante do CadÚnico (caso tenha);
- Declaração de Matrícula e Frequência;
- RG e CPF (seus e dos seus responsáveis);
- Comprovante de residência atualizado.

Como enviar?

Após preenchido e assinado o Formulário de inscrição e anexos digitalize-os, juntamente com todos os documentos "necessários" previstos no Edital divulgado e insira na sua página do SUAP ou envie esses documentos digitalizados para o e-mail indicado no Edital de seleção dos auxílios.

Check List





Anexos obrigatórios para todos os candidatos

Anexo I: Termo de consentimento

- Autorização para coletar, usar, armazenar e tratar informações de estudantes e de suas famílias, permitindo que a Comissão de Auxílio Permanência avalie e gerencie os dados.

Anexo III: Composição familiar, relações de parentesco com vínculos socioafetivos e dependência econômica.

- Conjunto de pessoas que vivem na mesma residência, que, possuem laços de parentesco, afeição ou dependência econômica.

Anexo XI: Termo de veracidade de informações do questionário biopsicossocial e econômico.

- Declaração de que as informações do questionário biopsicossocial e econômico são verdadeiras.

Anexo XV: Opção de auxílio assistencial que deseja concorrer.

- Indicação de opção do tipo de auxílio ao qual quer concorrer. Os estudantes podem concorrer ao ao Auxílio Permanência ou ao Auxílio Alimentação; ou optar por concorrer aos dois.

Os demais anexos deverão ser preenchidos conforme situação socioeconômica do candidato.



Posso perder meu Auxílio Permanência?

Sim. Caso o estudante não cumpra os critérios definidos no edital divulgado, poderá perder seu benefício. Dentre os principais critérios de cancelamento da bolsa, estão:

- Não estar com matrícula ativa;
- Frequência inferior a 75% em cada disciplina;
- Ter Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) baixo;
- Por Infração às normas disciplinares da instituição.



Posso perder meu Auxílio Alimentação?

Sim. O auxílio poderá ser cancelado nas seguintes situações:

- Caso o estudante deixe de retirar a refeição por três vezes consecutivas sem justificativa plausível ao Setor de Assistência Estudantil;
- Por infração às normas disciplinares da instituição.



Para saber mais



<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/assistencia-estudantil-ipora.html>



Manual de Assistência Estudantil (Aqui você conhecerá seus direitos e deveres enquanto estudante do Campus, bem como conhecerá as normas disciplinares da escola e outras informações pertinentes).



Contatos



assistenciaestudantil.ipora@ifgoiano.edu.br



(64) 3674 - 0457



(64) 99254-6561



Avenida Oeste, 350. Parque União, CEP: 76.200-264
Iporá-GO

Programa Pé de Meia

Trata-se de um programa de incentivo financeiro-educacional, criado pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 na modalidade de poupança, destinado exclusivamente a estudantes do ensino médio público.

Seu objetivo é promover a permanência e a conclusão escolar desses alunos, oferecendo suporte financeiro para que concluam o ensino médio e realizem o Enem.





Requisitos

- Ser estudante matriculado no ensino médio regular das redes públicas;
- Ter entre 14 e 24 anos;
- Ser integrante de família inscrita no CadÚnico, ou ser beneficiário do Programa Bolsa Família;
- Ter inscrição regular no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Ter o mínimo de 80% de frequência escolar no mês.

Como faço para me inscrever

Não é necessário se inscrever. Ao preencher todos os requisitos do Programa, após a efetivação da matrícula, o estudante já estará participando e a CAIXA abrirá uma conta digital em nome do estudante beneficiário, o qual poderá acessar essa conta pelo App CAIXA Tem.



Benefícios

Os valores são "depositados" em conta bancária do estudante durante o ensino médio. Esses pagamentos ocorrem da seguinte forma:

**Incentivo
matrícula**



R\$ 200,00 - Na matrícula

**Incentivo
frequência**



R\$ 200,00 - em cada mês que tiver frequência igual ou superior a 80%

**Incentivo
Enem**



R\$ 200,00 - pela participação no Enem

**Incentivo
Conclusão**



R\$ 1.000,00 - após a conclusão do Ensino Médio



Acompanhe pelo App

Para acompanhar seu Pé de Meia, baixe o app **Jornada do Estudante** em seu celular. Lá, você terá informações sobre:

- pagamento das parcelas;
- canais de atendimento;
- calendários de pagamentos;
- valores.

Jornada do Estudante

Serviços e Informações do Brasil

3,4★
8,35 mil avaliações

Governo

5 mi+
Downloads

Classificação Livre

Instalar

Compartilhar

Adicionar à lista de desejos

Este app está disponível para todos os seus dispositivos





Para saber mais



Contatos



 ensino.ipr@ifgoiano.edu.br



(64) 64 3674-0439



Avenida Oeste, 350. Parque União, CEP: 76.200-264
Iporá-GO

Bolsa Monitoria



O Programa visa estimular a participação dos estudantes no processo educacional, promovendo sua inserção em atividades de ensino, reforço escolar e apoio acadêmico. O objetivo principal do Programa de Monitoria é superar problemas de retenção, evasão e desmotivação escolar e contribuir para a permanência e o sucesso dos estudantes, bem como proporcionar experiências de aprendizagem ativa e colaborativa.

Para saber mais, acesse o Regulamento do Programa no link abaixo:



Benefícios da Bolsa Monitoria

- Apoio financeiro mensal;
- Oportunidade de reforçar seus conhecimentos na disciplina que você é monitor;
- Desenvolvimento de habilidades pedagógicas e de trabalho em equipe;
- Valorização do seu currículo acadêmico.

Modalidades

- Ampla Concorrência;
- Renda Per Capita familiar mensal inferior a um salário mínimo.





Requisitos

Antes de se inscrever, é importante verificar se você cumpre todos os pré-requisitos para atuação no Programa:

- Ser aluno regularmente matriculado e frequente no IF Goiano – Campus Iporá;
- Já ser monitor voluntário no Programa;
- Ter Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) igual ou superior a 7,0;
- Não estar recebendo outra bolsa (como a Bolsa Iniciação Científica, por exemplo). Sendo possível acumular somente com Auxílio Alimentação e Auxílio Permanência;
- Ter disponibilidade de tempo para cumprir as horas de monitoria prevista no edital;
- Comprovar vulnerabilidade econômica e/ou renda inferior a um salário mínimo per capita, se for o caso.



Preencheu todos os requisitos?

Então é hora de conversar com o professor da disciplina que você deseja atuar como monitor para verificar se há vagas para monitoria naquela disciplina de seu interesse.



Documentação necessária



- Anexo I, devidamente preenchido e assinado;
- Histórico escolar constando o I.R.A;
- Relatório mensal de atividades realizadas como monitor voluntário;
- Declaração da Coordenação do Programa de Monitoria de que está atuando como monitor voluntário;
- Declaração do assistente social do Campus Iporá comprovando vulnerabilidade e/ou renda inferior a um salário mínimo per capita, se for o caso.

Como faço para me inscrever?

Fique de olho nos prazos, normalmente o edital tem lançamento no primeiro semestre de cada ano letivo e é publicado e divulgado amplamente para a comunidade acadêmica.

Com o aval do professor da disciplina, reúna toda a documentação e envie pelo e-mail **monitoria.ipr@ifgoiano.edu.br** toda a documentação exigida.



Para saber mais!



Regulamento do Programa Bolsa Monitoria



Contatos



monitoria.ipr@ifgoiano.edu.br



(64) 3674-0439



Avenida Oeste, 350. Parque União, CEP: 76.200-264
Iporá-GO

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)

Tem a finalidade de despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os estudantes do Ensino Médio, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica.



Benefícios do PIBIC

- Apoio financeiro mensal para desenvolver o projeto;
- Oportunidade de aprimorar habilidades de pesquisa e investigação científica;
- Contato com o mundo acadêmico e científico, podendo participar de congressos e eventos;
- Valorização do currículo acadêmico para o futuro.



Modalidades

As modalidades de Bolsas do PIBIC são financiadas pelo:

- IF Goiano
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Podem concorrer as bolsas financiadas pelo IF Goiano os estudantes com os seguintes perfis:

- a) membro de família de baixa renda por meio de certidão de inscrição no CadÚnico.
- b) ou ser membro de família de baixa renda (com renda familiar per capita mensal de até um salário-mínimo).
- c) ou possuir comprovação do recebimento do auxílio permanência emitida pela assistência estudantil.

Os estudantes que não possuírem os requisitos acima descritos podem concorrer as bolsas financiadas pelo CNPq.



Requisitos

Antes de se inscrever, verifique se você atende aos requisitos básicos exigidos pelo edital. Normalmente, para participar do PIBIC, você deve:

- Ser aluno regularmente matriculado no IF Goiano ou em outra Instituição de ensino público ou privado;
- Ter Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) igual ou superior a 6,0;
- Ter currículo cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq com atualização nos últimos 3 meses;
- Não ser parente do (a) orientador (a) até 2º grau.

Preencheu todos os requisitos?

É hora de encontrar um professor orientador.

Converse com professores do seu curso que têm projetos de pesquisa em andamento e veja se eles estão disponíveis para serem seus orientadores.

O professor orientador é responsável por acompanhar seu projeto do início ao fim.

Documentação necessária para a inscrição

- Ficha de Inscrição preenchida e assinada, contendo o link para o seu Currículo Lattes, atualizado;
- CPF;
- Comprovante de matrícula e frequência escolar atualizado;
- Histórico Escolar atualizado do(s) aluno(s);
- Comprovante de endereço;
- Termo de concordância assinado pelo aluno;
- Autorização dos Pais ou Responsável, para alunos menores de 18 anos.

Critérios de avaliação

Os critérios de avaliação considerados são:

- Índice de Rendimento Acadêmico (IRA);
- Projeto de Pesquisa;
- Currículo do orientador.





O que preciso fazer para me manter no Programa?

Durante a vigência das atividades é necessário atender aos seguintes requisitos:

- Manter o rendimento escolar médio acima de 60% (sessenta por cento);
- Apresentar disponibilidade de 10 (dez) horas semanais para o desenvolvimento das atividades do projeto;
- Possuir frequência no curso igual ou superior a 80% (oitenta por cento);
- Executar o projeto cumprindo o cronograma estabelecido e suas metas;
- Publicar os resultados das pesquisas realizadas na Jornada de Iniciação Científica da instituição e em seminários e congressos da área, exceto trabalhos em fase de registro de patente;
- Dar crédito à Instituição nas publicações provenientes do trabalho, fazendo referência à sua condição de bolsista;
- Elaborar e entregar, para o orientador o relatório semestral e final.



Para pesquisas que envolvam seres humanos ou animais

No caso dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos ou animais, deve apresentar junto ao relatório parcial um comprovante de submissão emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ou pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) do Instituto Federal Goiano, de acordo com as características da pesquisa.

Posso perder minha bolsa?

Sim. O não cumprimento dos requisitos e compromissos acima mencionados implicarão em falta grave aos envolvidos junto ao Programa

Nesses casos, o cancelamento do pagamento da bolsa poderá ser adotado para o bolsista bem como a não emissão de certificado do Programa/Projeto.



Para saber mais



Contatos



pesquisa.ipr@ifgoiano.edu.br



[https://www.instagram.com/pesquisa_if_ipora?
igsh=c3Njd2h0M2Q0Y3o4](https://www.instagram.com/pesquisa_if_ipora?igsh=c3Njd2h0M2Q0Y3o4)



(64) 3674-0401



Avenida Oeste, 350. Parque União, CEP: 76.200-264
Iporá-GO

Apoio a Projeto de Arte e Cultura

As atividades de Extensão nas áreas de Arte e Cultura são iniciativas que possuam vínculo direto com a comunidade externa e estão em consonância com o Plano Nacional de Cultura.

Devem ser desenvolvidos em um ou mais setores culturais com representação no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC): arquitetura, circo, dança, música, memória e patrimônio material e imaterial (arquivos e coleções), museus, arte digital, audiovisual, artes visuais, artes plásticas, design, cultura afro, literatura, artesanato, cultura indígena, moda, teatro, cultura popular, entre outros.

O objetivo do processo seletivo é incentivar projetos de Extensão nessas áreas. Os projetos são destinados a estudantes extensionistas de cursos técnicos, de graduação ou pós, regularmente matriculados no IF Goiano.



Modalidades

- Cumprimento de 10 horas semanais de atividades;
- Cumprimento de 20 horas semanais de atividades.



Benefícios

Aos estudantes executores dos projetos selecionados, será concedida bolsas pagas em conta bancária própria durante a vigência do Projeto prevista no plano de trabalho.



Requisitos

Quanto ao estudante interessado, é necessário preencher os seguintes requisitos:

- Ser aluno regularmente matriculado e frequente no IF Goiano – Campus Iporá;
- Dispor de tempo mínimo de (10 ou 20 horas semanais) de acordo com o projeto para o desenvolvimento do programa ou projeto de Arte e Cultura, previstas no plano de trabalho individual;
- Não possuir vínculo empregatício e/ou ser beneficiário de outra modalidade de bolsa do IF Goiano ou de outra instituição, durante vigência da bolsa (exceto bolsas assistencialistas).

Quanto ao Projeto/Proposta deve:

- Possuir vínculo com a comunidade externa estabelecidas pelo Regulamento de Ações de Extensão do IF Goiano;
- Possuir período de execução mínimo de 03 meses;
- Possuir período de execução máximo de 36 meses para programas e 24 meses para Projetos;" o período dos projetos são de até 12 meses.;
- Apresentar projeto que tenha vínculo com a comunidade externa, seguindo as linhas temáticas disponibilizadas.





São compromissos do estudante

- Dedicar no mínimo dez (10) ou vinte (20) horas semanais de acordo com o edital que participou para o desenvolvimento do Programa ou Projeto de Extensão, conforme plano de atividades elaborado pelo coordenador do projeto;
- Apresentar, SEMPRE QUE SOLICITADO, os relatórios ou produtos referentes às atividades desenvolvidas durante a vigência do programa ou projeto de extensão, respeitando a data limite estabelecida no Edital;
- Participar dos eventos promovidos pelo IF Goiano (Seminários, Semanas, reuniões etc.), sempre que convocado, apresentando os resultados sob a forma de painel, apresentação oral, resumo simples ou expandido. Justificar sua ausência por escrito, em caso de impossibilidade de comparecimento, assinada pelo coordenador;
- Mencionar nas publicações e trabalhos apresentados, a sua condição de Extensionista do IF Goiano;
- Autorizar o “Uso de Imagem” por meio de fotos e vídeos relacionados às atividades desenvolvidas ao longo do programa ou projeto.



Posso perder minha bolsa?

Sim. A bolsa poderá ser cancelada, a qualquer tempo, nos casos em que:

- O bolsista trancar a matrícula, finalizar ou abandonar o curso;
- Não cumprir com prazos e atribuições estabelecidos no cronograma de execução e no plano de trabalho, de forma a comprometer de forma irreversível a condução das atividades propostas;
- Não apresentar frequência compatível com a carga horária estabelecida;
- Quando solicitado pelo coordenador do projeto aprovado, mediante justificativa escrita e deferida pelo Comitê de Extensão.

Para saber mais!



Regulamento Institucional das ações
de Extensão



Contatos



extensao.ipora@ifgoiano.edu.br



(64) 3674-0420
(64) 3674-0413



Avenida Oeste, 350. Parque União, CEP: 76.200-264
Iporá-GO

Dicas Finais:

- Fique atento (a) aos prazos: não perca o período de inscrição estipulado nos editais;
- Documentação sempre em dia: Certifique-se de que todos os documentos estão atualizados;
- Acompanhe os processos: Verifique regularmente o status da sua solicitação;
- Fique atento ao e-mail cadastrado para receber atualizações;

Fique sempre de olho nos canais de informações do IF Goiano – Campus Iporá para se informar:

- Redes sociais:
- Site do IF Goiano:
- SUAP.





Cálculo da Renda Per Capita Familiar

O cálculo da renda per capita familiar é realizado somando-se os rendimentos brutos de todos os membros da família e dividindo-se o total pelo número de membros.

Para as famílias que não possuem renda fixa deve fazer a soma dos rendimentos dos três últimos meses, proporcionando assim uma média mensal

Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico

O CadÚnico identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Podem ser registradas as famílias que vivem com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa.

O responsável pela família deverá procurar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de posse de todos os documentos pessoais das pessoas que vivem na residência.



Referências

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm. Acesso em 08 de jan. 2025.

BRASIL. **LEI Nº 14.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2024.** Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14818-16-janeiro-2024-795255-publicacaooriginal-170861-pl.html>. Acesso em: 09 jan. 2025.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2024–2028.** Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/VERS%C3%83O_FINAL_-_PDI_2024-2028.pdf, Acesso em 08 jan. 2025.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Manual de Assistência Estudantil.** Disponível em: https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/2020/Marco/MANUAL_ASSISTENCIA_ESTUDANTIL_BpNRx2M.pdf, Acesso em 08 jan. 2025.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. **Edital de Assistência Estudantil nº 10 de 01 de março de 2024.** Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Edital_10-2024_-_Aux%C3%ADlios_assistenciais.pdf. Acesso em 07 de jan. 2025.



Referências

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
Resolução nº 070/2014 de 05 de dezembro de 2014. Aprova alterações no Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino do IF Goiano. Disponível em:
https://ifgoiano.edu.br/home/images/HIDR/Ensino/docsdeapoio/Regulamento_Monitoria_Res_sTOZwC4.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
Edital nº 04 de 27 de março de 2024. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica do Ensino Médio (PIBIC-EM) e Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica do Ensino Médio (PIVIC-EM). Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Edital_n_4-2024_PIBIC_EM.pdf. Acesso em 09 jan. 2024.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
Edital PROEX nº 09 de 23 de maio de 2024. Dispõe sobre as normas e instruções para seleção de Programas e Projetos de extensão e concessão de bolsas a estudantes do IF Goiano. Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/PPE0610_-_EDTIAL_PROEX_09_2024_V2-pdf.pdf. Acesso em: 09 jan. 2025.

IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
Edital nº 16 de 26 de março de 2024 - Ranqueamento de Bolsa de Monitoria de Ensino. Disponível em:
https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Edital_16-2024_-_Ranqueamento_de_Bolsa_de_Monitoria_de_Ensino.pdf. Acesso em 08 jan 2025.

Sucesso!!!

